



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E**  
**TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**

**ANA CLAUDIA MATOS DA SILVA**

**UMA ESCRITA CONTRA-COLONIALISTA DO QUILOMBO MUMBUCA**  
**JALAPÃO-TO**

**Brasília-DF**  
**2019**

**ANA CLAUDIA MATOS DA SILVA**

**UMA ESCRITA CONTRA-COLONIALISTA DO QUILOMBO MUMBUCA  
JALAPÃO-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas

**Brasília-DF**

**2019**

Ficha catalográfica

**ANA CLAUDIA MATOS DA SILVA**

**UMA ESCRITA CONTRA-COLONIALISTA DO QUILOMBO MUMBUCA  
JALAPÃO-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UnB, sob Orientação do Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas.

**Brasília-DF, 2 de julho de 2019.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas – Orientador  
Universidade de Brasília

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Tereza Reis da Silva  
Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Guilherme Moura Fagundes  
(Membro Externo)

---

Profa. Dra. Cristiane Portela  
(Suplente)



DE um povo que foram proibidos de DANÇAR.  
E continuam DANÇANTES:  
De mente  
De corpus  
Na vista  
No escondido

PARA um povo que sabe DANÇAR!  
Danças de antigamente e as danças da contemporaneidade  
Dançantes de ALMA e ancestralidade.  
ESTAMOS DANÇANDO.

(Ana Mumbuca)

Nós! Caminhando pelos penhascos...  
Atingimos o equilíbrio das planícies!  
Nadando contra as marés...  
Atingimos as forças dos mares!  
Edificando nos lamaçais ...  
Atingimos a firmeza dos lajeiros!  
Habitando nos rincões....  
Atingimos as proximidades das redondezas!  
Somos o começo o meio e o começo.  
E por isto existiremos sempre!  
Sorrindo nas dificuldades...  
Para comemorar as vindas das alegrias!  
Nossa trajetória nos movem...  
Nossa ancestralidade nos guias!

(Nego Bispo)

## AGRADECIMENTOS

Os sonhos são possíveis querida mãe! Se os ataques são permanentes as defesas também! Lembro do dia em que a senhora sustentou minha ida para estudar na cidade. Até hoje sei e não quero certezas do que te aconteceu, quando o pai deu por minha falta. Mãe lembro dos 30 km que a senhora caminhava comigo de Mumbuca a cidade de São Felix do Tocantins. Lembro-me, debaixo do sol escaldante, no meio do cerrado limpo, eu olhava a imensidão das campinas e parava. Ouvia lá da frente a senhora gritar: – Venha Lelê temos que chegar no Borá, antes de ficar de noite. Cansaço, sede e medo de onça tomava conta do meu corpo. Mas sua coragem me fazia ter coragem.

Mãe, lembro das alegrias das chegadas e das lágrimas das saídas. Valeu a pena Dona Mera. Ainda estamos caminhando, nesta caminhada encontrei tantas pessoas que me fizeram ter força, outras que me desanimaram e me fizeram chorar, estas também fazem parte das nossas trajetórias, a senhora sempre falou que na caminhada encontraremos tucuns gostosos e junto também os espinhos.

Mãe! Encontrei nesta caminhada tucuns e os espinhos. Propositamente vou mencionar os nomes dos tucuns, que me fizeram forte e alimentada. Quero agradecer as minhas primeiras professoras Tinteia (Maria dos Prazeres Alves) Tia Tonha (Antônia Ribeiro da Silva) e assim todos os professores que me ensinou no quilombo. A tia Dotora, tia Martina e Maéta, minhas mestras de vida e estendo a todos interlocutores e construtores deste trabalho. Agradeço minha família querida, meu pai Juraci Ribeiro Matos, orgulho imensurável do meu velho domador de cavalo, com ele aprendo domar a vida. E com a senhora aprendo ser indomável. Agradeço pelo encontro da senhora com as minhas quatro outras mães: Daldiva Ribeiro da Silva, mãe de cuidado; Olaidés Carlos mãe de cuidado e Dalzina Mendonça mãe de cuidado, Eurides a parteira mãe de pegação, Isaura mãe de leite e toda família do seu Fernando Mendonça e os médicos Figueiró e Luiz.

Meu pai e mãe, o cunhado preferido Adelino Ribeiro e minha mãe irmã Iraciene da Silva Matos, queridos irmãos, Ronaldo Matos, Juraildes e Silas Matos, minhas irmãs: Claudiana, Sirlene, Rosineide, Givoene e Nubia! Aos meus irmãos do coração: Guilherme Moura e a Mariana, Lucas Coelho e a Carol Barradas. Sem vocês não teria percebido tantos alimentos e os espinhos teriam me sufocado.



Paulo Rogério Gonçalves e o Eduardo Gomes Paulino, e o Calango Verde Marcus Bonilla Facchin, uma amizade verdadeira nos ensina que é possível conectarmos pelos embates e pela as alegrias.

Ao meu povo Mumbuca, aqueles que me fazem sorrir e chorar, aqueles que me elevam e me abaixam, aqueles que me acusam e me defendem, aqueles que me estranham e me acolhem. Se tivesse certeza que voltaria ao mundo outras vezes, queria voltar sempre sendo de Mumbuca, pois mumbucar é a melhor filosofia de vida. AMO DEMAIS.

Mãe no caminhar encontrei tantos professores maravilhosos. No período da graduação encontrei, em especial o meu orientador Mauricio José da Silva. Na UnB, foram tantos encontros com alimentos de diversos sabores. Meus colegas de mestrado, uma turma multiétnica. A coordenação do mestrado MESPT, Mônica Nogueira, Ana Tereza Reis e todos os demais professores, em especial, Cristiane Portela, amo do meu jeito arisco de amar.

Mãe, a chegada na universidade, encontrei curvas, encontrei frutos que não tinham sabores, mas entendo que os remédios da planta de sabor amargo são os que tem melhor resultados na cura, por isto, também fui amarga. Dentre as diversas plantas encontrei o Rafael Litvin Villas Bôas, uma planta medicinal indispensável na cura das minhas dores coloniais. Com tantas outras ocupações, não fazia parte do programa do Mestrado no qual estou inserida. Mesmo assim, topou ser meu orientador. Rafael você é um exemplo de travessia possível, compreendeu os segredos, defendeu o direito de existência da escrita contra colonial.

Mãe, o Paulão ouviu em um evento o Antonio Bispo dos Santos no ano de 2008, e me disse em 2012, fiquei a procura dele até encontra-lo no ano de 2015. Gratidão pela sua existência contra colonialista, você provoca muzuar de inspirações, meu amigo companheiro ancestral, Nego Bispo.

Querida mãe! O GQMP conseguiu andar pela lógica do tempo, estando sobre regime dos horários. Somos os primeiros do nosso quilombo a entrar na universidade e estamos juntas na luta para não sermos as últimas.

Gratidão é a palavra deste momento mãe Mera!

## RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo na perspectiva contra colonialista do quilombo Mumbuca, situado no Município de Mateiros, interior do Estado do Tocantins, região do Jalapão. A pesquisa se construiu em processo de metodologia compartilhada, fundamentada no compromisso ancestral dos participantes. Para afirmação da cosmologia quilombola, identificando os aspectos de como a mesma se origina, se gesta, diverge e confluencia. Dessa forma, o trabalho considerou as análises a partir de quem somos, dentro de uma perspectiva de compartilhamento ancestralizado. Para a concretização deste estudo foram acessadas bases teóricas/históricas/metodológicas que materializaram, para a escrita, a existência contra-colonial a partir do falar de mestres, mestras, jovens e crianças do quilombo, além das escritas teóricas, especificamente dos teóricos Antonio Bispo dos Santos, Bell Hooks e Abdias do Nascimento. A investigação primou pela criação de espaços específicos de partilha, em especial, a “fogueira de memória” para realizarmos conversação com os interlocutores da nossa civilização, e a construção de análises sobre pesquisas acadêmicas e processos midiáticos de representação do quilombo, em reportagem de ecoturismo e obras fictícias.

**Palavras-chave:** Escrita contra-colonialista; Quilombo Mumbuca Jalapão-TO; Cosmologia quilombola; Metodologia compartilhada; Fogueira de memória.

## ABSTRACT

This dissertation presents a study against the colonialist perspective of the Mumbuca quilombo, located in the Municipality of Mateiros, in the state of Tocantins, Jalapão region. The research was built on a shared methodology process, based on the ancestral commitment of the participants. For the affirmation of the quilombola cosmology, identifying the aspects of how it originates, if it gesta, diverge and confluence. In this way, the work considered the analyzes from who we are, from an ancestral perspective of sharing. For the accomplishment of this study, theoretical / historical / methodological bases were used that materialized, for the writing, the counter-colonial existence from the talk of masters, teachers, young people and children of the quilombo, in addition to the theoretical writings specifically of the theorists Antonio Bispo dos Santos, Bell Hooks and Abdias do Nascimento. The research focused on the creation of specific spaces for sharing, in particular, the "memorial bonfire" to hold conversations with the interlocutors of our civilization, and the construction of analyzes on academic research and media processes of representation of the quilombo in an ecotourism report and fictional works.

**Keywords:** Contra-colonialist writing; Quilombo Mumbuca Jalapão-TO; Quilombola cosmology; Shared methodology; Memory bonfire.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AAETPM</b>	Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca
<b>ADCT</b>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
<b>APA-TO</b>	Alternativa para Pequena Agricultura no Estado do Tocantins
<b>CEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa
<b>COEQTO</b>	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins
<b>CONAQ</b>	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>FCP</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>GQMP</b>	Grupo Quilombo Mumbuca de Pesquisa
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INCT</b>	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
<b>MESPT</b>	Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>ITERTINS</b>	Instituto de Terras do Tocantins
<b>MQM</b>	Memorial Quilombo Mumbuca
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>NATURATINS</b>	Instituto Natureza do Tocantins
<b>ONG</b>	Organização não governamental
<b>PEJ</b>	Parque Estadual do Jalapão
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>RTID</b>	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
<b>SNUC</b>	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UFT</b>	Universidade Federal do Tocantins
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – DAS NARRATIVAS DO FALAR ÀS NARRATIVAS DAS ESCRITAS DE UMA PESQUISADORA QUILOMBISTA JALAPOEIRA.....	19
CAPÍTULO 2 – PERCEPÇÕES QUILOMBOLÍSTICA JALAPOEIRA.....	31
2.1 Quilombo Mumbuca – Jalapão-TO: escrevendo sobre nós.....	31
2.2 A dinâmica da organização associativista: fronteira e possibilidade.....	41
2.3 O ser Quilombo.....	47
CAPÍTULO 3 – GRUPO QUILOMBO MUMBUCA DE PESQUISA – GQMP.....	56
3.1 Significado da existência do grupo.....	56
3.2 Percepções sobre pesquisas no Quilombo Mumbuca Jalapão-TO.....	62
3.3 Lei nº 2.106, de 14 de junho 2009, reconhece o capim dourado como patrimônio cultural do Tocantins.....	72
CAPÍTULO 4 – PADRÕES HEGEMÔNICOS DE REPRESENTAÇÃO DO QUILOMBO MUMBUCA.....	78
4.1 A representação jornalística (em reportagens de ecoturismo).....	78
4.2 A representação ficcional na telenovela "O outro lado do paraíso".....	82
4.3 Como queremos ser apresentados.....	89
CONSIDERAÇÕES CONTÍNUAS.....	89
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICE 1 – Termo de Concordância Quilombo Mumbuca.....	95
APÊNDICE 2 – Certidão de Auto-Reconhecimento Quilombo Mumbuca.....	97
APÊNDICE 3 – Monografias, dissertações, teses e outras publicações relacionadas ao Quilombo Mumbuca – Jalapão-TO.....	98

## APRESENTAÇÃO

*Quilombo já surge nos navios, os quilombolas nunca foram colonizados, sempre existiu lutas contra os colonialistas em todos os aspectos, foi isso que fez o povo de África resistir até os dias de hoje.*  
(Nego Bispo, 29-11-2017)

Partimos do propósito de escrevermos a partir daquilo que afirmamos sobre nós e sobre os outros, entrelaçamentos das percepções de mundos.

Apresentamos as *escrevivências*<sup>1</sup> fundamentadas nas transmissões ancestrais e contemporâneas das falas, com o propósito de marcamos a nossa existência com a nossa própria ótica. As escritas do eu conjunto, com análises da trajetória quilombola e as percepções sobre os diversos meios de representação dos Mumbucas.

Em um sentido mais amplo, a ambição deste trabalho é sistematizar algumas das nossas percepções, para a forma escrita e tecer análise crítica sobre o poder das ciências ocidentais e mídias, em geral, de invalidar ou validar modos de vida que possuem diferentes matrizes. Sabendo da potencialidade da escrita em sistematizar conhecimentos. Os dilemas primordiais colocados em debate neste trabalho são: o que escrever? Quem escreve? Para quem se escreve? Para que serve a escrita? Em se tratando do universo acadêmico, o fato é que, em grande parte dos casos, as pesquisas feitas em quilombos são construídas a partir de interesse, exclusivamente, da academia ou do pesquisador, existindo assim uma correlação desigual de interesse e poder.

Pretende-se com este trabalho, superar a escrita descritiva, fugindo assim da lógica comum que nos condiciona ao lugar de apenas descrever a nossa realidade. Idealiza-se conseguir, de forma compartilhada, disputar possibilidades de análises crítica.

Dividimos esta dissertação em quatro capítulos. O primeiro, apresenta narrativas e percepções desta pesquisadora quilombista jalapoeira e as questões provocadas a partir da existência contra colonial. O segundo costura posicionamento

---

<sup>1</sup> “**Escrevivência**” – a escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo – conceito afirmado pela escritora negra Conceição Evaristo, e no livro, *Ponciá Vicêncio* (2003).

analítico sobre percepções quilombolística, arranjos, fronteira e possibilidade organizativa e o jeito quilombo de existir. Escrita contra-colonialista fundamentada em pilares ancestralizados da afirmação da nossa cosmologia em defesa existencial. No terceiro capítulo abordamos o significado da existência de grupo de pesquisa no/do Quilombo Mumbuca, arguição conjunta sobre as pesquisas realizadas/procedimentos de pesquisa/ demandas de pesquisa/metodologias abordagens teóricas e ideológica adotada em Mumbuca, e questionamentos de ordenamentos jurídicos. No quarto capítulo fizemos análise da representação do Mumbuca, sistematizando acontecimentos midiáticos e fictícios, sua projeção, exposição, desapontamentos e resultados. Por fim, colocamos nossa posição deliberativa sobre como queremos ser apresentados e as considerações contínuas.

Sendo a primeira mestranda do Quilombo Mumbuca, no Jalapão (TO), carrego o peso e alegria do compromisso em não reproduzir o sentido comum dos moldes de pesquisa em quilombo, nisto, esta pesquisa conta com o aval e demanda dos mumbucas em compartilhamento com cinco acadêmicas e o mestre de ofício e intelectual Quilombola Antonio Bispo Santos, e de forma colaborativa com o ideal de construir meio compartilhado de pesquisar e escrever a visão civilizatória dos quilombolas. Para tal parte, compreendendo, discutindo e teorizando primeiramente afirmando os nossos modos em contra-ponto sobre o que os “outros” dizem de nós. Elegemos começar a escrita contra-colonizadora a partir deste conceito propagado pelo mestre Antonio Bispo dos Santos que tem como proposta não apenas contrapor, mas, também confluir com o conhecimento científico ocidental o que o Antonio Bispo conceitua de saber sintético.

Partimos do pressuposto da afirmação de quem somos e, para isto, desenvolvemos espaços para descobertas e afirmações dos dados. A criação de espaços/momentos para discussão sobre padrões hegemônicos de representação do Quilombo, deste as narrativas ficcionais, reportagens, relatórios, livros, dissertações, teses e leis. Esta escolha se deu em razão do descontentamento e necessidade de identificamos discursos e escritas que se referem a nós sem ou com os nossos consentimentos e aprovações.

Cabe destacar que esta possibilidade de construção de pesquisa acadêmica com escrita na perspectiva contra-colonial é viável, atualmente, pelo fato de os Mumbucas estarem ocupando os espaços acadêmicos e atentando para esta forma de defesa.



Conceituamos a metodologia que utilizamos neste trabalho de metodologia compartilhada, consistindo fundamentalmente em pilares de compromisso ancestral. No qual todos os participantes envolvidos se evoluem a partir das suas condições, mesmo que cada um esteja em estágio e espaço distinto. Com funções e responsabilidades diferentes, nesta pesquisa tenho maior responsabilidade. Conseguimos confluências, percepções colocadas em um caderno de partilha, no qual decidimos o que e como expor no corpo desta dissertação.

Como percurso metodológico, criamos espaço para tecermos análise das descobertas, histórias, junção das narrativas, explicações, interpretações, memórias, interações recreativas, documentários, reportagens, e análises das narrativas contadas nas “fogueiras de memórias”, leituras das falas, e leituras das escritas sobre nós. Elaboramos roteiros e programação com informações norteadoras do que pretendíamos descobrir, analisar, avaliar e planejar cada espaço e encontro. Sobre a fogueiras de memórias o trabalho de conclusão de curso da pesquisadora do grupo GQMP Keila Barbosa demonstrará as descrições e análises sobre tal espaço.

Os encontros partilha foram realizados de forma programada com alguns ou todos do grupo, sejam para realizar ações referentes a esta pesquisa ou as pesquisas dos componentes do grupo. Quanto ao mestre Antonino Bispo dos Santos, sua participação se deu pela escrita e pela fala. Estando ele presente por duas vezes no território do Jalapão. E acompanhei todas as aulas ministradas quando professor e mestre convidado do projeto Encontro de Saberes, na UnB, pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT). E além dos muitos diálogos por telefone e e-mail.

Em nosso método de pesquisa, diversos foram os momentos de estar juntos com o quilombo e com os componentes do grupo, momento com os mais velhos; momentos com a juventude; momentos com as crianças, as informações adquiridas foram recapturadas e analisadas pelo grupo de pesquisa nos encontros.

Além da metodologia compartilhada, esta pesquisa adotou a metodologia da pesquisa ação participativa, como ferramenta de expor as vozes coletivas (BRANDÃO, 1981). Essa metodologia proporciona articulação crítica do conhecimento científico e quilombola provocando um novo conhecimento. Dessa forma a “pesquisa ação participante” conforme Brandão (1981) é uma ferramenta de pesquisa, também é uma forma de concepção de construção científica.

Construímos espaço de formação de pensadores da nossa realidade, pesquisadores capazes de posicionar qualificadamente. Pois, em sua maioria os

acadêmicos quilombolas de Mumbuca quando adentram o espaço universitário, são constrangidos e influenciados a assumirem apenas outras formas de narrativas e lógicas epistemológicas, distanciando da nossa matriz originária. Isso pode ter como efeito o apagamento do nosso saber quilombola, o que Antonio Bispo chama de saber orgânico.

Uma ambição mais ampla deste trabalho é de que a possibilidade metodológica: pesquisa compartilhada, seja referência, pois segue a lógica do compartilhar dos quilombos. Sendo assim uma questão insurgente, inovadora e desafiadora para a academia e para o grupo de pesquisa. Temos perspectiva que essa opção seja inspiradora para outros quilombos brasileiros.

A fundamentação teórica desta dissertação encontra-se sobre pilares de teóricos que tem relações com os quilombolas. Como autor porta de entrada, o nosso coo-pesquisador e referencial teórico Antonio Bispo dos Santos (2015), teoriza e nos auxilia no entendimento sobre “modos e significações” “civilização quilombola”, “confluência/transfluências”, “Uma voz quilombola na contra-colonização da academia”. E estamos juntando está voz a outras vozes comprometidas em afirmarmos a defesa contra-colonizadora, como ação dos negros que sempre resistiram as diversas formas de colonização imposta aos povos “afropindorâmicos” – conceito com que Antônio Bispo dos Santos, se refere aos povos negros e indígenas brasileiros.

Destaca-se também a escritora negra norte-americana, Bell Hooks (2013), no livro *Ensinando a transgredir*. A partir deste livro chegamos ao entendimento de que nós quilombolas vivemos a prática da pedagogia engajada, pois possuímos a arte do bem viver, existe integridade existencial entre “mundos” material e espiritual, passado, presente e futuro, morte e vida. Confluindo com o que diz Antonio Bispo dos Santos, somos “começo, meio e começo” representado na geração avó como começo, geração mãe como meio e a neta como começo novamente.

Vivemos a plenitude da existência, para que as nossas lógicas persistam em um sistema que exige rapidez. Enquanto nós trazemos sossego, o sistema busca competição. Nós, por outro lado, vivemos o compartilhar. Esta lógica engajada de viver indiscutivelmente está sendo impactada pelas lógicas externas. Como enfrentamento a tal influência destaca-se a força da nossa lógica do comprometimento. Somos comprometidos com o que gostamos, somos comprometidos com o nosso modo de ser.

Buscamos uma abordagem metodológica que permitisse o protagonismo acadêmico do quilombo e seus membros, sendo nós agentes possuidores de completa certeza da nossa função no mundo em que pertencemos.

Utilizamos como referência os processos e ações desenvolvidas pelos movimentos populares e povos indígenas, quilombola e tradicionais como raiz inspiratória. A exemplo do livro *MST – universidade e pesquisa* (CALDART; ALENTEJANO, 2014). E os diversos protocolos de consulta elaborados pelos povos indígenas, quilombolas e tradicionais do Brasil a fora, uma experiência referência em construção no bioma Cerrado, vem acontecendo no maior território quilombola do Brasil, o território Kalunga.

A iniciativa de organização do Comitê que vocês estão levando adiante é tão promissora quanto repleta de desafios. É uma experiência política de formação, de educação popular, de organização social, que pode lhes permitir a ampliação da atuação de vocês e da compreensão que o coletivo tem sobre a realidade. (VILLAS BÔAS, 2013).

Nisto pretende-se romper com o estigma da ciência neutra, e expor as forças antagônicas entre “colonizadores e contra-colonizadores” culminando com construções de práticas de pesquisas e projetos que sejam compartilhados por diferentes matrizes epistemológicas.

Convidamos os leitores para o esforço de abster do possível caminho de entendimento da escrita contra colonialista, como dicotômica simplista e essencialista de “nós contra eles” no sentido de inverter posições ou sinônimos de “nós” melhores e “eles” piores. Está escrita afirma “nós somos”, “eles são” e os diversos devem confluenciar, sem sobreposições. Por fim, como estratégias de facilitação do entendimento, adotamos a iniciativa de fazermos sínteses das reflexões em formato de poemas, no qual estão inseridos no corpo do texto.

## **CAPÍTULO 1 – DAS NARRATIVAS DO FALAR ÀS NARRATIVAS DAS ESCRITAS DE UMA PESQUISADORA QUILOMBISTA JALAPOEIRA**

Temos na escrita a possibilidade de tornar nossa fala fixada no papel. Somos da fala, não somos do mundo da escrita, o ato de entrar em uma lógica da escrita acadêmica, pertencendo o mundo do falar é dolorido, pois somos obrigados a adequarmos, existe o esforço de enfrentar este desafio, pois o sentimento é de incompetência.

Existe permanente sentimento de incapacidade para juntar as letras, formar palavras, frases, e construir escrita que seja compreensiva, propositalmente, primeiro para dentro e depois para fora do quilombo, por isto a opção por uma escrita falada. Como nas narrativas do falar, as narrativas das escritas, vem entrelaçadas de muitas vozes, pois Zumbi é pequeno sem Palmares, e afirmamos que no Quilombo Palmares não existe apenas um Zumbi ou uma Dandara. Não existe história de um único(a) guerreiro (a) em quilombo, pois somos muitos.

Minha matriz lógica de pensamento que reconheço é africana e indígena, entre os nossos a cronologia não nos importa, nunca nos importamos tanto com datas e sim para os acontecimentos e as passagens. Em muitos dos diálogos com os mestres e mestras, eles dizem: “no ano que aconteceu o truvo na terra”, “no tempo que a lagoa de Bilau secou”, “na era que caiu chuva de pedra no tamanho de um beju”, “no ano que deu uma praga das pulgas grandes”.

De fato, temos outra lógica do tempo, temos a lógica dos acontecimentos e não de calendários ocidentais. Nisto, dar margem e fica fácil para colonialistas colocarem qualquer marco temporal sobre a nossa existência, nos seus trabalhos científicos.

Nos cartórios não tem documentos, nos livros não tem as nossas histórias, nos cemitérios os túmulos são apenas cercados com pedras, não existia paróquias, por isto não existe registros paroquiais, não tinham câmara fotográfica por isto não temos álbuns antigos.

Conforme o africano Amandou, Hampâté Bâ: “Nas narrativas africanas, em que o passado é revivido como uma experiência atual de forma quase intemporal, as vezes surge certo caos que incomoda os espíritos ocidentais” (BÂ, 2013, p. 12). Nisto, a nossa existência é documento físico comprobatório encontrado, o nosso marco temporal é a nossa chegada no território brasileiro, no século XVI, pois somos transgressores do tempo.

Os Mumbucas não precisavam de papel, o primeiro documento que a comunidade decidiu tirar foi o título da terra, para se defenderem dos invasores pela primeira vez, no ano de 1989. As pessoas mais velhas foram registradas quando souberam que tinham direito a aposentadoria. Nasci no ano de 1987, porém, o meu primeiro documento, a certidão de nascimento, foi tirado em março do ano 2000, junto comigo o documento de todos os meus nove irmãos.

Ao longo dos séculos fomos construindo pelo falar a arte da existência, mesmo em meio as opressões. Na contemporaneidade queremos construir também de forma escrita, mesmo com dificuldade de domínio desta linguagem. Estamos construindo escritas próprias, rompendo a lógica comum de apenas “outros” escrevendo sobre “nós” em diversos aspectos e razões. Tenho como propósito apresentar parte das travessias fronteirísticas, como mulher quilombista jalapoeira. Tive, pela primeira vez, aos nove anos de idade, em 1996, “o primeiro lápis para chamar de meu”. Desse ano até agora, vivo o propósito de trilhar da fala para escrita e da escrita para fala.

*Querida Ana Mumbuca. Você é FOGO de palha e de jatobá.*

*Nestas travessias o fogo de palha clareias as noites trucas.*

*Nestas travessias o fogo do jatobá aquece as noites frias.*

*Em dias de difíceis trilhas, o calor do fogo nos dar força para caminhada.*

*Nestas trajetórias me vejo debaixo de um céu estrelado em noites de julho.*

*Em redor de uma fogueira com histórias de travessias, contadas e cantadas.*

*Seguimos! Temos muitas travessias para atravessar.*

*(Nubia Matos)*

Ana Mumbuca é o pseudônimo de Ana Claudia Matos da Silva, decidi que quero ser chamada assim. Essa é uma escolha política em honra ao meu quilombo e os nossos ancestrais que lutaram e lutam por nós. Sou quilombista tenho 31 anos, solteira e não tenho filho, faço parte de uma geração de mulheres de Mumbuca que abdicou da condição comum de ser mãe, esposa, no propósito de percorrer caminhos “outros” nunca antes trilhados pelos nossos.

A minha trajetória, assim como a dos demais componentes do grupo de pesquisa, é trançada pela vivência individual e grupal, com trançamentos do passado,

presente e futuro de homens e mulheres quilombolas, sejam os que viveram, os que vivem e os que virão.

O que se espera de uma narrativa de uma mulher quilombista jalapoeira? Não tenho nenhum propósito de fazer uma narrativa, “floreada”, “embelezada”, “penosa” ou “heroica”. Por isso, seleciono apenas partes das minhas vivências contra-coloniais capaz de gerar, inspirações, questionamentos, reflexões e críticas, nisso escrevo primeiramente para os meus pares.

Quem são os meus pares? Os meus pares estão localizados em diferentes espaços geográficos mundo a fora, eles foram colocados em situação de “expropriados”, “inferiorizados” são ao longo de anos subalternizados e assim como eu, aos poucos estamos tentando dominar o mundo da escrita, entre outras ferramentas de defesas contemporâneas. Tal desafio posto, faz-me compreender as condições desiguais no qual nos impuseram, para isso tenho o compromisso de estimular, para que dominemos em totalidade esses instrumentos outros, acredito que muitos ainda poderão de forma escrita narrar as nossas trajetórias.

Essa narrativa tem o compromisso ancestral, viés político ideológico, de romper paradigmas e conseguir o êxodo do domínio ou a tentativa de escrever, colocar na escrita, nomes, histórias, fatos, percepções cosmológicas quilombola, sobre nós e com nós escrevendo.

No Brasil estou aquilombada em uma região chamada Jalapão, que está localizada no leste do Tocantins e faz divisa com os Estado da Bahia, Piauí, Maranhão. Exatamente no município chamado Mateiros (TO), somos uma grande família, descendentes de negros africanos, que foram desembarcados no Estado da Bahia e Piauí. Saímos do Estado nordestino e ocupamos um recanto, cercado por serras e rio. Sou a sexta geração desse quilombo, hoje estamos na oitava geração, pertencço ao tronco familiar da linhagem das seguintes mulheres: Jacinta, Guardina, Laurina, Laurentina e Almerinda. Na cosmologia quilombista, sou geração neta da Jacinta, portanto, sou o começo da primeira geração em território jalapoeiro.

Sou filha de Juraci Ribeiro Matos e Almerinda Ribeiro da Silva Matos, juntos tiveram treze filhos. Sou a sétima filha, a minha mãe contou-me que o meu nascimento aconteceu assim: era no ano de 1987 descobriu que estava grávida novamente. E nessa descoberta foi diagnosticada pela sua mãe excelente parteira que a gravidez era de risco, pois ela estava anêmica. Como a gravidez era de risco, sabiamente a minha vó Laurentina, uma da mais experiente parteira do quilombo, passou a

acompanhar a gravidez. Ao acompanhar, fazendo remédio, cuidando da alimentação e apalpação do meu crescimento e movimentos na barriga.

Como uma sabia parteira, no sétimo mês ela foi incisiva ao dizer, que eu não estava girando em posição necessária para o nascimento. E nisso ela ordenou que a minha mãe teria que ir para a cidade, pois não teríamos condições de viver, caso não tivesse apoio de médicos da cidade.

Uma sábia parteira, abdicou-se da razão de muitas experiências com partos, em que nenhuma criança morreu em suas mãos, fez-se de incompetente para salvar as nossas vidas. A mãe, com muita fragilidade na saúde resistiu e não conseguiu viajar. A cidade, mais próxima era Ponte Alta do Tocantins, localizada a 180 km do caminho a pé do quilombo. Com a agravação do estado de saúde e a insistência da minha vó, ela decidiu fazer uma outra consulta com um famoso curandeiro, por nome Valdemar lei do cão. O diagnóstico foi o mesmo, nisto corajosamente, decidiu montar no jumento e seguiu para a cidade com 8 meses de gravidez. No caminho após andar 90 km, encontraram um caminhão de uma fazenda chamada Triagro, no qual deu carona para ida até a cidade de Ponte Alta do Tocantins.

Chegando na cidade após 4 dias, sentiu dores de parto e acolhida na casa de uma senhora chamada Dona Dalzina que solidarizou e chamou uma experiente parteira e levaram a mãe para o posto de saúde. Logo perceberam que estava com o cordão umbilical envolvido no pescoço, segundo a mãe, com muita dificuldade conseguir nascer as 6 horas da manhã do dia 23 de agosto de 1987. Minha mãe teve que ficar na cidade até eu completar 6 meses.

Quando ela contava a narrativa do meu nascimento lembrei-me da minha música de ninar. Todos os meus irmãos têm uma música, um aspecto da ancestralidade africana. E a minha é assim: “Vou embora pro o Jalapão vou sujar é de areia, mas não é de barro não, o tindó lelê... o sindô sindô...lelê... o lêlê...arreda dessa estrada deixa a menina passar, a menina é mulher bruta e ela não vai chorar... o sindô sindô lelê ou sindo Sindô lala”. A letra e a sonoridade da minha música de ninar cantada pela minha mãe mostra, desde cedo que tivemos que ser forte (bruta) para nascer, *arreda dessa estrada*, diz que saia, questão de ordem para alguém forte que vem de um lugar “quilombo” passar.

E foi sendo forte que tenho existido. Com a saúde frágil, fui acometida de paralisia infantil e anêmica. Sempre tive que contar com muito apoio de outros, tenho noção de vida e morte de forma aproximada. Desde muito cedo vi a minha irmã morrer,

e antes dela partir eu sonhava com ela dizendo que a gente iria morrer. Eu e ela tínhamos certeza que iríamos morrer, era algo inexplicável os nossos encontros através dos sonhos.

Um outro sofrimento na minha vida no qual fui submetida a um silêncio extremo, fiquei emudecida por anos, não contei a nenhum familiar. Talvez seja essa uma das maiores revelações que muitos dos meus familiares não sabem, dos cinco aos dez anos, fui pedofilada por uma pessoa que não era da família, no entanto, tinha grande confiabilidade perante todo quilombo.

A decisão por narrar estas travessias tem o propósito não de revelar nomes, embora sabendo da responsabilidade criminal deste sujeito, carrego consequência até hoje. É uma alerta para dizer que os “pedófilos” estão próximos e estão vestidos de homens de bem. A confiança em um criminoso, aquele que ajudava em meus problemas de saúde, era o mesmo que trazia sofrimento.

Contudo, minha infância foi maravilhosa e tomávamos muitos banhos de rio, brejo, brincávamos, plantávamos, pescávamos, fatiava. O meu pai era um dos grandes caçadores do quilombo. Quando ele chegava com a carne, nós tínhamos a função de fazer a distribuição em cada casa dos familiares do quilombo, em uma partilha inarrável. Ele chegava muitas das vezes a meia noite e acordava a gente para comer o “frito” que ele fazia no mato. Pois ele sabia que nós tínhamos dormido esperando.

Fui a escola pela primeira vez com 9 anos de idade, pois morávamos longe da escola em um local denominado Brejo Escuro. Minha primeira professora era a mulher do meu tio. O nome dela é Maria dos Prazeres, mas chamamos ela de Tintéia. Estudei no quilombo da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, nunca repeti de série, aprendi a ler nos primeiros 6 meses de aula. Minha outra professora tia Antônia, observou que eu conseguia fazer as atividades igual aos alunos da 2ª série, então naquele mesmo ano ela fez minha mudança de série, e assim conseguir concluir 4ª do ensino fundamental com 12 anos de idade. Em Mumbuca não tinha outras séries e o meu pai não aceitava que eu morasse fora do quilombo, tive que ficar três anos sem estudar.

Estudar sempre foi uma questão de ordem pessoal, o saber das coisas, o viajar nas histórias, sejam elas contadas pelo meu povo ou escrita nos livros. Tive o encontro com o primeiro livro, ninguém de nós tinha um livro para chamar de seu, eu ganhei um livro, o meu primeiro livro, o Bolsa Amarela de Lygia Bojunga, eu lia e relia, me via na personagem Raquel, uma menina que escondia numa bolsa amarela, três grandes



vontades: 1ª a vontade de crescer; 2ª de ser garoto; 3ª a de se tornar escritora. A partir do contato com essa narrativa, crescia os mesmos sonhos da Raquel, acredito que ganhar esse primeiro livro foi uma confluência indescritível que me impulsionou para o mundo da escrita.

A partir do contato com esse livro que passei a sentir que eu tinha vontades e para além de ter vontades, queria romper com a ideia que põe limites nas meninas, enquanto os meninos são livres para fazer quase tudo, e junto a isso queria ser gente grande, sonhava crescendo, pois poderia decidir sozinha.

Assim como a personagem Raquel, tinha uma profunda fascinação, eu queria escrever, mas não tinha caderno, tinha apenas um caderninho em que cada folha era contada, muita escassez, o lápis era compartilhado com os irmãos. Eu era limitada a escrever, mas aproveitada para falar histórias, me achava uma boa contadora de histórias e juntava as criançadas e começava a contar diversas histórias, as que eu ouvia dos mais velhos, as que lia nos raros livros didáticos e as que eu inventava, lembrei-me as que eu inventava sempre não tinham final, cada criança inventava o seu final.

Com 14 anos, em busca de continuar os estudos, desta vez fora do quilombo, pois se passaram 3 anos sem estudar, fui até a casa das minhas primas Valdelice Batista e Lucirene Batista, no qual estavam na mesma situação que a minha. Combinamos irmos para a cidade de Mateiros (TO).

Um dos desafios era conseguir a autorização do meu pai, e como já esperava ele não aceitou. Como justificativa ele dizia que moça que estudava não servia para casar. Era justamente isso, eu não queria ser útil para casamento. Uma das minhas estratégias era não aprender a fazer comida, principalmente o café, pois ao preparar o café e se o mesmo ficasse delicioso, ouviria: “muito bom você estar pronta para casar”. Abduquei com todas as forças o estar pronta para casar. Com apoio da minha mãe, mesmo sem a autorização do pai fui para a cidade. E assim fui estudar a 5ª série na cidade de Mateiros (TO).

Cheguei em Mateiros no mês do Natal. Encontrei pela primeira vez o Papai Noel. Era um misto de sentimentos, entre medo e alegria, eu lembrava do quilombo que ficava para trás. E nisso lembrava do meu pai e a decepção dele comigo, e seus afetos, contando as histórias de antigamente, as lendas para nós.

Aquele que tem como princípio de vida verdade e justiça. Aquele que nos ensinou domar a vida e os cavalos brabos. Aquele que sempre diz: quem tem 2 tem

1 e quem tem 1 não tem nenhum, por isto fez 13 e sobreviveram 10 filhos. Aquele homem analfabeto que caminhou com sua filha nos anos 80 até a cidade grande Goiânia-GO, para salva-la do câncer, por ano teve que ausentar de nós, mesmo em um estado avançado de adoecimento.

Foi além das possibilidades e condições da época! Aquele que sozinho saiu com o seu filho a procura de saúde e no deserto do Jalapão, viu o seu filho morrer e lá mesmo teve que deixá-lo. Aquele pai que nunca me bateu, só os olhares e os pantins já dava o recado. Se eu voltasse ao mundo, quantas vezes fosse queria ser tua filha todas as vezes pai.

*Você mostra para nós que guerreiro existe e  
 Erra e acerta  
 Cai e levanta  
 Machuca e é machucado  
 Sorri e chora  
 Ama e odeia  
 Perdoa e é perdoado.  
 Decepciona e é decepcionado  
 Mas acima de tudo sabe viver intensamente.  
 O primeiro grande homem que sempre amei.  
 Carinhosamente seu Jura. Nosso pequeno e grande pai.*

*(Ana Mumbuca)*

Diante do Papai Noel e dos seus presentes embrulhados em papel colorido, fitas e brilhos reluzentes. Mateiros agora era o mundo, mundo que abria suas porteiras para o sonho de estudar. E em meio ao monte de crianças rodeando o velho, eu me colocava como se estivesse dormindo e sem querer acordar. A boneca que ganhei era menos importante do que aquilo que estava vivendo.

Quando Papai Noel terminou sua função, decidi chamar uma colega para o seguir de longe, entre risadas abafadas e passos apressados, que o homem andava rápido. O que esperava ver, não sabia bem, certamente algum espetáculo, como ele pegar uma carroça e voar pelo céu. A TV, que assisti pela primeira vez naquele

mesmo ano, prometia-me as coisas mais improváveis. Entre a expectativa e a pressa de não perder o benfeitor de vista.

E o Papai Noel se desfez numa esquina. Sentou-se, arrancou a barba, tirou a touca, despiu-se da camisa vermelha e brilhante, ficando com uma camiseta encardida. Decepção então era aquilo, aquela tristeza de ter num momento um sonho diante de mim e no momento seguinte ele se desfazer. A colega, despreocupada, anunciou o que já era evidente: *É só um homem.*

Então, chorei lágrimas disfarçadas, engoli o choro e fui para casa, o lugar que agora chamava de casa, onde moraria. Deitada na cama, penso sobre o dia, sobre o Papai Noel desfeito, sobre como será a minha vida daí por diante.

Nessa noite sonhei com os tempos de antigamente e no sonho eu era vó Jacinta, a velha índia. No sonho vestia-se de Jacinta e falava a todas as pessoas do quilombo do alto de uma cadeira de couro e madeira, depois que eu descia voltava a ser quem era, a mesma menina. Acordei com uma sensação boa, como se pudesse saber do futuro. E seguir com um pensamento firme: *Nós podemos ser quem quisermos, sem deixar de ser quem somos.*

Naquele dia em diante entendi o recado da minha 5ª vó Jacinta a primeira mulher do quilombo uma indígena que foi capturada pelos negros quilombola oriundos da Bahia. Afirmar o meu sentido de pertencimento, procurei compreender nosso contexto, nossa história. E no sonho a comunidade se reunia em torno de nossa história.

### *Poema de fogueira*

*Na fogueira*

*Falamos sobre as vidas*

*Vida que foram vividas*

*Vida que vivemos*

*Vida que viveremos*

*Lá na fogueira*

*Falamos da arte de viver juntos.*

*(Ana Mumbuca e Thomas Tanaka)*

Na decepção com o papai Noel e o sonho com a vó Jacinta encontrei o espírito do teatro na escola um meio de expressão que entrava em sintonia com meus anseios. Voltando à Mumbuca com uma ideia na cabeça, reuni jovens e velhos e propus trazer nossos ancestrais lembrados pelos membros mais velhos, então criamos o grupo de teatro Encenando a Tradição. Trouxemos para o teatro os modos de vida dos nossos ancestrais, a partir das lembranças e orientações dos mais velhos. Assim fomos compondo os nossos espetáculos de vidas reais.

Com dificuldades, sem alimentos, tive vezes que a única certeza que eu iria alimentar, era o lanche servido na escola. Longe de casa e sem renda e condições logística de levar alimentos do quilombo para a cidade. Pensei por várias vezes desistir, mas a fome pelo conhecimento era maior que as dificuldades. Em certa metade do ano o tio Moises acolheu eu e minhas primas em sua casa. E no final do ano conseguir concluir a 5ª série do ensino fundamental, e o medo tomava conta, outra vez, pois era sabedora das condições e dos caminhos incertos, medo de não encontrar apoio para morar em Mateiros no próximo ano.

Ao retornar para o quilombo, felizmente fui convidada por minha irmã Iraciene, que resolvera mudar para a cidade de São Felix do Tocantins. A partir daquele convite tive a certeza, pois, sendo assim poderia continuar os estudos.

Morei na cidade de São Felix do Tocantins até concluir o ensino médio. Ao concluir o desafio passou se a conseguir uma formação superior. A distância entre os sonhos e a realidade continuavam. Passaram 4 anos, em busca de oportunidade para fazer formação superior, neste tempo sempre trabalhando e em busca de recursos e formas para adentrar nos espaços acadêmicos.

No ano de 2012 consegui ser aprovada no curso de Serviço Social em uma universidade privada em Palmas (TO) e em seguida fiz o Enem (Exame Nacional Ensino Médio) e aprovada como bolsista Prouni. Os temas abordados nas diferentes disciplinas do curso possibilitaram-me a entender a conjuntura social em amplitude de uma sociedade que estava sendo descoberta, e nisto estava a partir de outras técnicas, incidir com maior qualificação nos espaços e debates em nossas defesas.

As minhas experiências de vida, atuação profissional e militância sempre fizeram-me perceber a necessidade de fundamento teórico. O árduo “exercício de saber o que os outros sabem” para incidências nos mundos. Pois o ato de estudar possibilita um ganho imensurável não apenas de cunho pessoal, mas também para

os quilombos, permitindo a nós construirmos sistematizações científicas confluenciadas.

*Menina negra quilombola*

*Conheci uma menina negra quilombola*

*Tinha os cabelos alisados pela opressão dos padrões da beleza europeia*

*Caminhava sobre conflitos e contradições*

*Ancestralidade e mercantilismo, Deus e o homem,*

*Conheceu as letras, os livros, as teorias*

*Neles não encontrou seu povo*

*Encontrou seu povo na labuta do dia a dia*

*E na luta diária por outros dias*

*Seguiu com seu povo*

*Libertou seus cabelos, seu corpo, seu ser*

*Levou seus livros*

*Sabia que era importante saber o que o opressor sabia*

*Caminha verde, amarelo, vermelho e preto*

*Quando toca o seu Borá todo o mundo ouve*

*Seu Borá nunca se calará*

*E o mundo nunca mais será o mesmo.*

*(Paulo Rogério Gonçalves)*

No ano de 2017 decidi concorrer meu primeiro processo de mestrado, especificamente, pela possibilidade de sistematizar melhor as minhas leituras de vida congratulando com as demandas do quilombo a partir da identificação dos objetivos do Mestrado Profissional Sustentabilidade de Povos e Território Tradicional (MESPT). Sendo a primeira da família e do quilombo a participar de um processo seletivo de mestrado. Fico orgulhosa e ao mesmo tempo triste em ser exceção desta regra. Vivemos as consequências dos ataques impositivos, foi nos negado o direito de estudar. Frente a isso lutamos por igualdade racial, rompendo os paradigmas.

Ao ser selecionada em segundo lugar, das cinco vagas destinadas as comunidades quilombolas foi uma das melhores alegrias da minha vida. Entre os meus, poucos sabiam o que um mestrado representa, mesmo assim festejaram essa

alegria comigo. Ao chegar no mestrado encontrar diversas lutas, entendi que nesse espaço não estava só. Carrego a luta daqueles meus ancestrais que primeiro abriram caminhos, tenho o compromisso de fazer valer a luta dos nossos, abrindo caminhos para outros que já estão e que ainda chegarão.

A respeito da atuação no território e pelo território, o primeiro enfrentamento pelo território que vivi tinha 14 anos, logo que voltei a estudar. Quando nos deparamos com os “carros brancos”. Eles foram chegando e eram muitos, nos reuniram e avisaram que o governo tinha criado um parque sobre as nossas terras e em parque não podia morar gente, apenas os animais.

Esse foi o primeiro momento mais angustiante, ver as pessoas chorando e sem saber o futuro, não sabíamos nem quais as armas poderíamos usar para nos defender. Nunca antes alguém dos mumbucas sabia o que era um Parque.

Entramos em conflito com o próprio Estado, o qual criou sobre o nosso território o Parque Estadual do Jalapão, área de proteção integral, sem nenhuma consulta prévia, ignorando totalmente a nossa existência, e assim fomos restringidos, proibidos de praticar atividades tradicionais, uso do fogo e da caça, criação de gado e até plantio de roças etc.

Ocorreram vários momentos tensos e reuniões, o meu papel era ficar junto com meu povo. Mesmo sem entender muito. Eu sabia ler e escrever e isso nos ajudava. Mesmo tendo que ausentar do quilombo para estudar, eles davam jeito de eu participar de todas as reuniões.

Desde então, tinha noção das minhas responsabilidades, pois era uma batalha que exigia outras defesas, não eram as mesmas da luta dos mais velhos, quando precisavam se defenderem dos animais silvestres. Por esse motivo, estudei sobre unidades de conservação, estudei o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) de forma minuciosa. E buscava forma de entender leis e normativas que nos amparassem e assim não sermos desapropriados.

Para nós nenhum dinheiro paga a nossa saída. Aliás não estávamos e estamos negociando preços, desapropriação. Nossa afirmação é das nossas terras não sairemos, nem se nos matarem

Fui responsável para fazer a mobilização para sermos reconhecidos pelo Estado Brasileiro, através da Fundação Cultural Palmares, quando fiquei sabendo sobre o artigo 68 da ADCT e, posteriormente, o decreto 4.887/2003.

Foi no direito de autoafirmação que nos afirmamos, tive o papel de mobilizar e informar para a comunidade sobre os direitos e iniciamos o processo reivindicativo. Nesse momento entrávamos em contato com o conceito “Quilombola”. Tive informações transmitidas por Marco Alcubierre, estudante de Geografia da USP, no qual veio a comunidade a passeio turístico e após retornou para escrever o seu Trabalho de Conclusão de Curso, sobre os Impactos do Parque em nossa comunidade. Ele foi uma das pessoas fundamentais para conseguimos buscar reivindicar um direito que diziam que tínhamos.

E foi a partir dele que eu tive o contato e elaboração de estratégias jurídicas para não sermos desapropriados. No ano de 2005 a comunidade entrou com o pedido de reconhecimento, o mesmo ano em que o estado decretou a desapropriação. Em março de 2006 fomos reconhecidos. Esse reconhecimento foi um grande alívio, uma vez que passamos a compreender que o Estado que estava querendo nos retirar do nosso território, era o mesmo que tem a obrigação de titular o nosso território.

Percebia o papel de intermediação, participei de diversas reuniões, fora da comunidade, em 2009, foi um ano importante, pois tive a oportunidade de denunciar o que o Estado estava fazendo conosco, perante o Ministério Público Federal e outras instituições que até então ainda não tínhamos acionado ao debate. Articulamos com demais parceiros e comunidade a grande audiência com todas as comunidades dos Jalapão em Mumbuca. Nessa reunião iniciou o processo de articulação do Termo de Compromisso (TC). Na perspectiva contra- colonial, este TC não deveria nem existir uma vez que temos as nossas próprias normas de existências territoriais, no entanto estando em um país colonialista, se faz necessário construirmos normativas que garanta a nossa permanência neste território e sobre TC a Pesquisadora Claudiana Matos da Silva abordará de forma detalhada em seu trabalho de conclusão de curso.

Mesmo com a situação de delimitação e regularização das unidades de conservação no Jalapão não resolvida é fato os debates e tentativa para garantimos os nossos direitos territoriais sobrepostos. Em uma instancia nacional represento as comunidades quilombolas junto ao Mosaico Jalapão, um instrumento de gestão participativa e integrada, promovendo identificação de ações sinérgicas entre essas áreas protegidas, incluindo assim os territórios quilombolas.

Nesse contexto, vem sendo favorecidas possibilidades de se somar esforços entre os órgãos ambientais gestores atuantes na região do Jalapão a fim de otimizar recursos e compatibilizar atividades. As travessias escritas aqui não são apenas

minhas, acima de tudo são nossas, pois perpassa pela tessitura de vidas. Identificando o mundo que nos ataca, usando o saber dos antigos, juntando ao saber dos novos, fazendo uma gororoba para existimos.



## CAPÍTULO 2 – PERCEPÇÕES QUILOMBOLÍSTICA JALAPOEIRA

### 2.1 Quilombo Mumbuca – Jalapão-TO: escrevendo sobre nós

Inicialmente temos que entender a origem do termo quilombo, pela ótica de um africano. Conforme o africano Munanga (1996), a palavra kilombo com (k) em vez de (Q) vem dos povos das línguas *Bantu*, de uma região entre Angola e Congo. Aconteceram diversos processos até apropriarmos desde conceito. Reivindicado a existência quilombista contra colonialista, não somos e não temos memória de escravidão. Nisto, vamos percorrer o caminho do sentido da nomeação dada por colonialistas e contra- colonialista ao longo dos séculos, após existência em território pindorâmico.

*Pessoas que ensinam fazendo...*

*Outras que fazem aprendendo...*

*Lá no meio do Cerrado!*

*Ninguém proíbe uma cópia...*

*Aqui tem escola própria...*

*E o saber é compartilhado.*

*Com grande sabedoria...*

*Construído autonomia...*

*E se livrando do Estado.*

*Salve, essa linda labuta!*

*Salve, o quilombo Mumbuca!*

*Salve, o capim dourado.*

*(Nego Bispo)*

O conceito de quilombo foi escrito pelos colonizadores pela primeira vez em 1740, ou seja, a quase dois séculos depois da invasão das terras do chamado por eles de Brasil. Para entendimento sobre esta primeira definição colonialista, apresenta-se os escritos do Conselho Ultramarino:

[...] era segundo definição do Rei de Portugal, em resposta a consulta do conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem achem pilões neles. (MOURA, 1993, p. 11).

Os Quilombos, na ótica dos colonizadores tinham elementos definidores: *fuga* estaria ligado aos fugitivos; com número mínimo; *localização* isolamento geográfico; *ranchos* local de moradia passageira e o pilão objeto de preparação de alimentos. Destaca-se que esta definição era a válida quando o quilombo era organização criminosa. Procura-se, neste trabalho romper com tal conceito dos escravizadores.

A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, conceitua como Remanescentes das Comunidades de Quilombo, Decreto, 4.887/2003 Art. 2º:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O Estado Brasileiro, atualmente, utiliza-se do conceito de quilombo ressemantizado especialmente pelo campo da antropologia, nesta perspectiva antropológica ocorreu a nova abordagem sobre quilombos, ou comunidades remanescentes de quilombos. Foram categorizados como agentes sociais produtores e reprodutores de uma memória social do grupo étnico a partir do território brasileiro (O'DWYER, 2002).

Apesar da ressignificação do conceito apontar avanço, no sentido de não nos caracterizar como “escravos fugidos”, este conceito também nega ou não afirma as nossas relações ancestrais com a África. Considerar o presente desconsiderando as origens é ser colonialista, cuidar das folhas sem perceber a raiz da árvore é insignificante.

Antonio Bispo dos Santos nos disse através da fala que “nominar é um dos atos de dominar”. Após a Constituição de 1988, passamos a ser sujeitos de direito, nos nomearam, como “grupos (quilombos) com “trajetória histórica própria” e com “relações territoriais específicas”, conforme reconhece o Decreto Presidencial nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º. Propagando assim as lógicas colonialistas de negação da nossa, ancestralidade africana, destacando a opressão ocorrida com o ato da escravidão.

Buscou-se utilizar do suporte conceitual de Quilombismo e contra-colonização. O Quilombismo apresentado por Nascimento, reivindica uma memória anterior ao tráfico e à escravização dos africanos.

O quilombismo busca no presente e no futuro e atua por um mundo melhor para os africanos nas Américas. Resume suas teses do quilombismo em 16 itens. O primeiro deles define o quilombismo como um movimento político dos negros brasileiros visando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República de Palmares, no século XVI e em outros quilombos que existiram e ainda existem. Esclarece que não se trata de um modelo segregacionista mas de um movimento que advoga o poder político realmente democrático, que implica a presença da maioria afro-brasileira em todos os níveis desse poder". (NASCIMENTO, 2002, p. 21-26).

Antonio Bispo dos Santos (2015, p.48) conceitua contra-colonização como "Todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios".

Quilombo como um ato de reedição:

E o que é contracolonizar? É reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes. E quem é capaz de fazer isso? Nós mesmos! Só pode reeditar a trajetória do povo quilombola quem pensa na circularidade e através da cosmovisão politeísta. (SANTOS, 2018, p. 55).

São com estas últimas concepções de quilombo que apresentaremos o Quilombo Mumbuca. Como outros quilombos é uma organização de defesa combativa. Povo marcado por lutas ancestrais, localizado em um dos Estados da Amazônia Oriental, Tocantins, no Município de Mateiros, região do Jalapão. Um território onde ainda se encontra a maior área de Cerrado preservado e contínua do Brasil.

Existe a ausência da história documentada em cartórios, registros ultramarinos etc. Pois os quilombos jalapoeiros, eram selvagens, o negro que conseguiam chegar até o Jalapão, construía sua própria liberdade. Mesmo sem o propósito de construir ou reconstruir a história de Mumbuca a partir de escritas encontradas nos arquivos documentais oficiais.

Realizamos pesquisas, em cartórios, paróquias, dos Estados da Bahia, Tocantins e Goiás e no arquivo ultramarino. E constatou-se a inexistência de documentações referente a Mumbuca. Nisto, partimos do pressuposto que a nossa história permanece conosco há oito gerações só no território jalapoeiro, histórias escritas, nas arvores; nos nomes dos lugares; nos brejos; nas roças; nos rios; nos versos; nos cantos/cantigas; nas lendas; estórias de livuzias e memórias. Não sendo considerada a oficial, mas não nos importa a oficialidade de uma narrativa dos outros sobre nós. O pesquisador Melo (2017) afirma

Em uma Comunidade onde a história é transmitida entre gerações pela oralidade, a sua sistematização pela escrita, feita pelo interesse de outros, neste caso, pelo governo do Estado, forjou uma parcela da história de Mumbuca, ao tempo que legitima a tradição inventada. Versões oficiais como estas são difíceis de serem reescritas ou questionadas, a não ser aquelas que legitimem o interesse de seus criadores. (MELO, 2017, p. 65).

Inspirada no que diz a escritora negra africana Chimamanda Adichie (2009), em *O perigo de uma história única*, esta escrita entra no campo de disputa para que as nossas trajetórias não sejam apenas as narrativas existentes, escritas por agentes externos. Temos como propósito fazer ecoar as vozes que sempre tiveram suas narrativas escritas por “outros”: “Poder é a habilidade de não só contar a história de uma pessoa, mas de fazê-la história definitiva daquela pessoa” (ADICHIE, 2009).

Este trabalho não tem como propósito reconhecer ou contrapor as publicações sobre nós. No entanto, como uma sociedade de matriz politeísta, temos o propósito de afirmar a nossa versão na escrita acadêmica.

Para isto, tivemos o cuidado de fazer estudos sistematizados dos trabalhos acadêmicos, no qual fomos objetos de pesquisas a partir do ano de 2005, desde a primeira dissertação de mestrado e o primeiro trabalho de conclusão de curso até à última tese de doutorado concluída: Schmidt (2005), Alcubierre (2006), Figueiredo (2007), Alves (2008), Sousa (2009), Fredrych (2009); Belas (2012), Pereira (2012), Teles (2014), Mota (2016), Caracristi (2016) e Melo (2017). Ressalta-se que nem todos os trabalhos estudados foram utilizados como referência bibliográfica, no entanto, todos estão anexados na tabela de trabalhos identificados.

A tia e mestra Martina Ribeiro Tavares, uma das intelectoras do nosso saber nesta pesquisa, falou ao grupo GQMP sua percepção de pesquisa: “os pesquisadores

que vem até Mumbuca pesquisar, eles fala cinquenta palavra, nós só aproveita uma! Nós fala uma palavra e eles escreve um livro”.

É nessa perspectiva e de forma contundente que queremos superar apenas uma versão do discurso de uma palavra com muitas interpretações que vira um livro. Por isso atrevo a escrever nossas trajetórias. A partir do que alertou Abdias do Nascimento, em seu livro *O quilombismo*: “dedico este livro aos jovens negros do Brasil e do mundo, continuidade da luta por um tempo de justiça, liberdade e igualdade onde os crimes de racismo não possam jamais se repetir” (NASCIMENTO, 2002, p. 1).

É seguindo estas pegadas que compreendemos a importancia de deliberarmos o que queremos que seja pesquisado, escrito e publicado. Uma escrita que tem pretensões de trazer à tona a existência de um território das memórias, tradições, ancestralidade e identidade que fundamenta a nossa resistência a partir dos olhares de dentro. Escrevo, o que o meu povo nos disse dos mais diversos jeitos, pelo linguajar falado, pela escrita dita aos pesquisadores, pelos cantos, pelas estórias, pelos poemas, pelos fazeres, pelos sonhos e pela perspectiva de futuro.

O valor dos elementos no passado e no presente se entrelaçam e são fortalecidos ao longo de gerações mediante a vivência do espaço habitado e as descobertas do grupo no preparo para o futuro.

O saber quilombola possui elos de pertencimento das existências ancestrais, desta forma, e nesse recorte, que Mumbuca assim como diversas comunidades quilombolas do Brasil, vem reivindicando e se fortalecendo para a manutenção de seu modo de vida.

Muitos séculos, vivendo os ataques contra a nossa existência. Mesmo com a última Constituição (1988), Mumbuca só recebeu reconhecimento da sua existência, pelo Estado no ano de 2006, ou seja, século XXI quando o quilombo fez a reivindicação pois estava sendo ameaçado de expropriação pela criação da unidade de conservação instituída pelo Estado do Tocantins.

Nesse processo político e histórico, o Quilombo Mumbuca construiu sua identidade ancestral, baseada em um conjunto de práticas e modos singulares de comportamento compartilhados nas concepções, jeitos, decisões, gestos e significados que continuam presentes na vida do quilombo como elementos singulares e indispensáveis da nossa identidade. Vivemos a ausência e presença do Estado, tempos que “não éramos gente” “chegava na cidade como Ponte Alta logo eu ouvia -

jalapoeiro pé rachado”, “deu uma doença febrão, sarampo, tosse braba matou muita gente, o remédio era bosta de cachorro”.

A Organização Mumbuca é a forma específica de viver desta comunidade, que mantém forma de vida considerada pela lógica colonialista como “atrasada” para a realidade contemporânea capitalista, pois sabemos manter as transmissões ancestrais do viver em sossego. A vida tem uma lógica de valor e sentido que difere de uma sociedade ocidental, embora tenhamos sido atacados pela lógica colonizadora ainda resiste a lógica e cultura dos povos originários africanos isso é perceptível, desde a lida no território aos modos da lida com a natureza, como extraímos os elementos o modo de caça, domínio do fogo, criação de animais moldes à solta, a prática da agricultura, o fazer artesanal, os cantos e as espiritualidades.

Diegues (1996) afirma que mulheres e homens, quando inseridos em outra lógica organizativa contemporânea ocidental, tem seu modo de vida alterado e sua existência e reprodução social como populações tradicionais colocadas em xeque (DIEGUES, 1996, p. 84).

O “xeque” para nós é uma encruzilhada. Segundo Antonio Bispo dos Santos, “quem nunca esteve em uma encruzilhada, não sabe escolher caminho”. Ser contra-colonialista exige saber escolher caminho. Nisto, mesmo supostamente inseridos na lógica ocidental, os quilombos são povos de fronteiras e estão em estado permanente de defesa, e isto nos permite ficar em constante alerta, quanto ao mundo que nos ataca e ao mundo que pertencemos. Desta forma, nos garantimos nas negociações com as organizações colonizadoras.

Observa-se que os mumbucas fazem confluências organizativa juntando os princípios do carrancismo e contemporâneo de forma exímia. A organização segue a lógica dos acordos. Entende-se acordo, de forma diferente de regras. Regras como o regime fixo que faz parte da ordem e do poder de “alguns” sobre “outros”. Enquanto o acordo é o poder flexível de “todos” com “todos”.

Um exemplo ilustrativo é a diferença entre o futebol (criados pelos ingleses, um povo de cosmovisão monoteísta) e a capoeira (criada pelos povos afro-pindorâmicos, de cosmovisão politeísta). O jogo de futebol é regido por regras estáticas e pré-definidas, onde vinte e duas pessoas jogam, uma pessoa julga e milhares de pessoas assistem. Pode ocorrer que entre as pessoas que assistem exista alguém que jogue melhor que uma das vinte e duas pessoas que estão jogando. Mesmo assim dificilmente esse alguém poderá entrar no jogo. Numa roda de capoeira, regida pelos ensinamentos de vida, podemos ter

cinquenta pessoas jogando, uma pessoa ensinando e pouquíssimas assistindo. Entre as poucas pessoas que assistem pode haver alguma que nunca viu a capoeira. No entanto, se esta quiser, ela pode entrar na roda e jogar. (SANTOS, 2015, p.42).

A partir do princípio de que todos, detêm poder em nível diferente ou igual, com liberdade para compartilhar ou não, participantes dos ônus e bônus.

Não é verídico o conceito de coletividade que construíram sobre nós o coletivo do “tudo é de todos”. Pois, está é uma lógica ilusória e colonialista, com objetivo de nos colocar como sociedade de pessoas desunidas, pela impossibilidade de tornar real tal coletividade.

Na lógica compartilhada, pensamos de forma a identificar: o indivíduo; núcleo familiar; e assim todos os integrantes do quilombo. Temos as individualidades dentro da pluralidade. Todos sabem quem são os/as “nossos (as)” e quem são os/as “deles”, quem são os/as de “dentro” e quem são os/as de “fora”, os/as que estavam e os/as que chegaram e em que condições estavam e em que condições chegaram e estão.

O código conduta de uso interno e externo, ainda baseado nos modos de pensar, falar, existir e cada quilombo possui a sua característica específica. A sociedade ocidental colonizadora, abomina a diversidade, para Antonio Bispo “os quilombos são perseguidos exatamente porque oferecem uma possibilidade de viver diferente”.

A punição não faz parte da nossa cultura, quando uma conduta não procede conforme acordos estabelecidos, ensina-se, existe a cultura do ensinamento, existem diversas formas de ensinar. Uma das maiores ofensas é dizer que uma determinada pessoa não tem “palavra”, ou seja, a um zelo para o cumprimento dos acordos falados. Foram muitos interlocutores desta pesquisa, da geração nascida em 1950, afirmaram que precisavam apenas fazer o combinado de fala e apertar a mão.

Atualmente, mesmo usando o papel, ainda vale muito o que se fala. Percebe-se que não é considerado como ofensa dizer que tal pessoa não tem letra, não tem escrita ou não cumpriu o que estava escrito no estatuto da associação, por exemplo. Pois são literalmente linguagem de “fora” do quilombo, e seguimos tais regras para comunicar com os criadores destas regras.

Nosso acordo primordial ainda é o nosso falar, “ele deu aquela terra com o combinado de boca, ele morreu e nenhum dos descendentes dele tomou, pois deu tá dado, falou ta falado”.

Percebe-se uma sociedade da confiança e comprometimento. A ênfase que dão ao jeito de ser, muitos ressaltaram sobre “a linguagem dos nossos” “Linguajar dos que vieram primeiro que nós, nossos antepassados tem um jeito de trançar a fala”. Não existe apenas o ato de saber sobre o “linguajar próprio”, mas a defesa deste linguajar. “O mais novo entra para os estudos, pois nós já ensinamos o nosso linguajar, e eles aprende a linguagem dos de fora. Hoje os nossos traiçadores, que vem com a palestra bonita, tem medo em saber, que aqui, tem esta menina estudando, tem a outra e tem os que já estudaram e estão trabalhando aqui”. A apropriação das diversas linguagens externas (escrita), faz parte do modo de organização Mumbuca.

Literalmente, carregam na fala e na prática a vida ancestral: “Para ter o conhecimento, dessa era e da outra era, (deste tempo e do tempo passado) é preciso fazer a trançassão! Que o nosso mais velho deixou. E eles falavam com nós - “Cuidado para não deixar nós morrer” e assim estamos fazendo o trançado de conhecimentos. Nosso povo trabalha com as imagens comparativas e um trançado é feito de diversas partes que se misturam, se juntam e se tornam muitas partes em uma só. Antonio Bispo dos Santos, nos afirma que todo quilombo do Brasil, tem algum tipo de trançado.

Nisto, percebemos as confluências entre escritas e falas, construções de dentro para fora, de fora para dentro do quilombo, em diversos aspectos, principalmente, relacionados ao artesanato de capim dourado, como um objeto de brilho que atraiu os olhares dos agentes externos e a luta dos mumbucas para fazer a gestão, e não serem ofuscados pelo brilho da lógica do capital, também foi identificado na pesquisa de doutorado de Melo (2017).

Mumbuca é um quilombo em que as mulheres constroem e compartilham a gestão. No propósito de apropriar e ampliar o conceito o termo quilombista construído por Abdias do Nascimento conceituei-as como quilombista. Seria incoerência conceituar as mulheres de Mumbuca como Matriarcas ou Feministas. Tal afirmativa não entra no campo da disputa por disputa ou o não reconhecimento da árdua luta das feministas contra o patriarcado e igualdade. Trata-se da tentativa de superação dialética no sentido de delimitar a especificidade das mulheres negras dos quilombos. As peculiaridades existências das mulheres dos quilombos, nos faz afirmar o que não somos e o que somos. Por isto, mesmo sendo o feminismo teorizado pelas negras feministas como Angela Davis, Bell Hooks, Lelia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, entre outras, mesmo sendo negro, não foi e não será preponderante a luta



das mulheres quilombolas, superando assim o idealismo que apenas um único grupo de mulheres fizeram e fazem luta.

Os primeiros ideais feministas partiram de mulheres brancas, (as sinhás das casas grandes) e da luta pela lógica trabalhista e igualdade, objetivo distante da nossa realidade, enquanto as quilombistas, estavam e estão defendendo suas vidas e seus quilombos, pelas ações, hoje também pelas falas e escritas vivas. As quilombistas, não exigiram igualdade trabalhista, pois as labutas dos homens quilombolas não eram as mesmas dos homens brancos. Dito isto, não para negar a importância das lutas, teorias e práticas feministas. Mas, sobretudo, marcar que sempre fizemos as nossas próprias defesas. E que é chegado o tempo que mulheres quilombistas protagonizarem suas próprias pesquisas/teorias e não apenas afirmar o que já foram concluídos sobre nós, com o propósito de assegurar a nossa existência e confluenciar com as práticas de lutas de mulheres de todo planeta, sejam elas feministas, matriarcais, indígenas etc.

Não somos um quilombo matriarcal, embora muitos dos pesquisadores que pesquisaram em Mumbuca afirmarem isso. Ao estudar sobre o que significa matriarcado, tanto pelo viés das abordagens antropológicas e sociológicas pré-coloniais ou pós-coloniais. Mesmo sendo a partir da perspectiva abordada por Fernanda Chamarelli de Oliveira (2018), em *O matriarcado e o lugar social da mulher em África: Uma abordagem afro centrada a partir de intelectuais africanos*”.

Para embasar sua teoria do matriarcado relacionada ao continente africano, Cheik Anta Diop trabalha com a concepção de uma unidade cultural africana, onde haveria uma transmissão entre as gerações de valores e crenças, considerando as diferenças que foram impostas ao longo do tempo pelas dominações árabe e europeia (Oliveira, 2018, p. 318).

Apesar da abordagem de olhares e afirmações do matriarcado na África por conceituados estudiosos africanos. Por sermos de matriz africana considera-se que exista no nosso jeito quilombista elementos que remetam ao matriarcado africano. Logo, por sermos de matriz politeísta não existe um único jeito de ser quilombista, no entanto, o ser mulher quilombista remete ao exímio equilíbrio com o ato de controlar, ser controlada, não permitir ser controlada, excelente capacidade de negociação. O ser mulher quilombista é ter a capacidade de reeditar conforme seu tempo, espaço e plano.

Existe a capacidade de permitir ser doutrinada pela lógica, “mulher edificadora da casa”, “homem cabeça da casa” “mulher submissa” “mulher de um só homem”. Elas pregam isto nos seus discursos cotidianos, pois na prática elas sabem o que e como acontecem. Na dança real, existe diferentes mundos que, estrategicamente, estão sendo tratados, só quem vive sabe. Os acordos grupais, sobre o que deve e o que não deve ser propagado. E nisto, estamos em acordo com o mundo dos fatos.

São excelentes negociadoras, mesmo em uma sociedade machista, eurocristã monoteísta, mesmo estando longe dos órgãos de proteção estatal. Nos 31 anos de existência neste quilombo, fiquei sabendo apenas de dois casos de violência doméstica, dois casos, que ambos receberam e ainda recebem ensinamentos do quilombo. Existe mais homens identificados por Raimundo de Mila, de que Mila de Raimundo, José de Maria, de que Maria de José. Existe o acordo do saber que ambos têm poderes e ambos são importantes, refutando a disputa por igualdade ou superioridade. Pois não olhamos, para os nossos, pais, irmãos, companheiros a partir do machismo ou do sexo que eles pertencem, observamos primeiro a pessoa importante que eles são, depois tratamos do que não gostamos neles.

Atualmente, destaca-se que são as mulheres, que tem maior ganho monetário, mas antes de qualquer fator financeiro, elas já compartilhavam gestão com os homens. São elas que exercem a função de serem as professoras, as artesãs, mesmo assim, compartilham as deliberações tanto no âmbito familiar como comunitário.

Destaca-se que quando se trata de ocupação de espaços que não originários da nossa cultura organizativa, ou que não tenha cunho educativo, elas estimulam e elegem homens, a exemplo, da associação; Câmara Legislativa e da Igreja cristã.

A cultura quilombola se expressa no conhecimento e na organização, por meio da vida.

A expressão “cultura quilombola” pode abranger, por exemplo, o saber local, a memória coletiva e o conhecimento geográfico ambiental (socioambiental). No modo de vida, cabe incluir a própria organização social, o parentesco, o espaço vivido por crianças, adolescentes e jovens, experiências de deslocamentos para as cidades, as formas de construção, plantação e colheita, o enfrentamento dos problemas como discriminação social e racial (RATTS *apud* LOPES, 2009, p.43).

Resulta-se dessa análise teórica a visível existência de uma organização Mumbuca, organização social, política, econômica, entre outras, adquirida ancestralmente, transmitida de geração em geração, e que se perpetua no presente.

## **2.2 A dinâmica da organização associativista: fronteira e possibilidade**

Em paralelo, e como resultado da lógica colonizadora, os mumbucas fundaram a organização associativista, no qual assume a forma de uma Organização Não Governamental (ONG), cuja finalidade é atender a interesses diversos dentro do quilombo. Essa forma organizativa é regida pelo Código Civil Brasileiro o qual define a organização não governamental como de direitos privados, sem fins lucrativos, com especificidade de pessoa jurídica, sendo uma forma de organização coletiva com finalidades específicas.

A existência desta organização é uma imposição estatal, neste estado de sujeitos de direito. O decreto nº 4.887/2003 afirma a obrigatoriedade da constituição de associações de moradores para a titulação das suas terras e ao mesmo tempo implica na autonomia desse grupo. Conforme o artigo 17 deste Decreto, “o território deve ser reconhecido e registrado mediante entrega de título coletivo às comunidades, que serão representadas por suas associações legalmente constituídas”. Sendo assim existem motivos de ordens estatal para existência deste modelo de organização externa.

Nesse modelo organizacional o controle sobre a associação é exercido pela Assembleia Geral, e a operacionalização dos trabalhos geralmente são realizados por um conselho diretor, e as atividades são fiscalizadas e avaliadas por um conselho fiscal, conforme a estrutura posta no Estatuto, sendo o presidente constituído de forma eletiva, cabendo a ele representar a Associação em juízo e fora dele.

Destaca-se nesse contexto, a obrigatoriedade de que a organização associativista possua Estatuto Social, que é o documento formal que prova a existência da associação e as provisões estatutárias. Este documento foi aprovado em uma assembleia de fundação da associação, que rege sobre os objetivos, órgãos de administração, fiscalização e o patrimônio da associação.

Associação possui a ata de fundação e as demais atas de assembleias sendo documentos formais que provam o regular funcionamento da associação, e assim como o estatuto, terão que ser registrados em cartórios de registro de pessoa jurídica.

Existem outras formalidades, entre elas, a declaração de imposto de renda da associação, que deve ser entregue todo ano, mesmo com baixa ou nenhuma movimentação financeira. As obrigações fiscais e contábeis que devem ser registradas também de forma específica, por profissional capacitado para cumprir os procedimentos exigidos pela legislação.

Nos tempos contemporâneos em uma comunidade quilombola, existe a necessidade que organizemos como uma organização não governamental – associação, no caso. Isso porque o reconhecimento do território da Comunidade Quilombola pelo Estado só se dá mediante à constituição formal de associações.

O Estado impõe uma lógica baseada em princípio de escrita e burocracia monista, enquanto a comunidade tem que se adaptar a tal situação.

Afirma-se que a introdução de nova forma organizativa, dita moderna e estatal, é resultado de um processo ideológico impositivo. Ironicamente, não respeitam os processos organizativos dos quilombolas possuidores de sua forma própria de organização, essa prática ignora a sabedoria ancestral e a forma de organização tradicional desse povo, uma complexa forma de violência intelectual a esses quilombos. Muitos, considera o quilombo como desorganizado, quando a organização associativista se encontra desativada. Não entende como organismo externo é quase que comum a não operacionalização da mesma. No entanto os quilombos nunca deixam sua forma originária de organizar, mesmo em processo de reedição.

Uma estratégia desenvolvida pelos mumbucas é a constituição da diretoria da Associação, composta por membros de todos os arranjos da organização originária, pessoas mais velhas, mulheres acadêmicas, mulheres não acadêmicas, jovens acadêmicas e não acadêmicos. Eles fazem os personagens mesclarem, a partir dos arranjos existentes, faz o mono ficar diverso.

Das lutas pelo direito de existir em constante processo de ataques. Estamos em constante luta e resistência desde quando trouxeram a força os nossos ancestrais de forma covarde do continente africano, não apenas em Mumbuca ou Jalapão (TO), mas toda diáspora africana. São situações de violações de direitos básicos e opressões. Nos pressiona de diferentes formas, seja expulsão dos territórios ou criando conflitos internos com o objetivo de dividir o grupo e desestruturar a organicidade originária. Foram muitas as tentativas de invasão do território Mumbuca, por parte de externos, munidos de poderes econômicos.

O nosso território não foi titulado e as políticas públicas/projetos são realizados sem respeitar os modos de vida e as formas como pensamos sobre o nosso próprio protagonismo. Estamos entre projeto de monocultura, a exemplo do MATOPIBA, iniciais dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – área geopolítica do grande projeto de desenvolvimento do agronegócio – e a conservação ambiental, pois no ano de 2001, foi criado sobre nosso território o Parque Estadual do Jalapão e no ano de 2005, que tornou o nosso território de utilidade pública, para fins de desapropriação das nossas áreas, pelo decreto 2.356 de fevereiro de 2005. Com isso, o Estado decretou que seríamos expropriados do nosso lugar de existência. Destaca-se com as mudanças climáticas e desmatamentos de vastas áreas do Cerrado jalapoeiros, estamos sendo condicionados a entrar em conflito com os animais que perderam seu habitat, inúmeros pássaros estão disputando as nossas plantações, onças e lobos estão comendo os nossos animais domésticos, estão provocando desequilíbrio ambiental para nós, animais e a natureza.

Estamos na fronteira da construção de injustiça ambiental, se não confluírem com os quilombos responsáveis não apenas por proteger, como também contribuir com a promoção da biodiversidade do Jalapão. Se, atualmente, o Jalapão é reconhecido como um dos últimos redutos preservados do bioma Cerrado, isso apenas foi possível em razão do patrimônio biocultural dos que habitam aqui secularmente.

A nossa territorialidade passa pela tessitura de vidas que carregam a luta ancestral. Afirmamos que a resistência encontra inteiramente ligada as formas organizativas, como pilar que garante a nossa existência.

Buscamos a superação do estigma de sermos identificados como descendentes de escravos, pois pertencemos aos diversos grupos de africanos livres, trazidos ao Brasil de forma covarde. Afirmamos categoricamente que não somos descendentes de escravos, pois tal afirmação nos enfraquece e condiciona a uma continua memória do processo colonizador no qual fomos submetidos. Nenhum desce de colonialista aceita/foram/são conceituados como descendentes de escravizadores. Por nenhuma qual razão nós povos contra-colonial, devemos aceitar tal nomeação.

Temos plena consciência do ato de rebeldia e resistência dos nossos ancestrais, no qual não conformaram com as condições impostas a eles e buscaram a liberdade, andando quilômetros e quilômetros a procura do espaço de refúgio

libertário, até encontrar esse lugar no qual colocaram o nome de Mumbuca, pela razão da existência da abelha nativa preta que faz sua morada na terra, assim como os mumbucas tem conectividade territorial.

Apresenta-se o Mumbuca a partir da ótica de seus pesquisadores e pelos nossos mestres e mestras, juventudes e crianças deste quilombo. Procura-se apresentar as alegrias e as labutas da vida quilombo.

Vivemos em conjuntura desafiadora e desfavorável, a nossa existência encontra-se extremamente ameaçada, somos sujeitos de um direito que nunca se consolidou e ainda nos tiraram da condição de organização criminosa, aqueles que causam medo para as estruturas dos colonialistas. Nisso aponta-se para a insegurança quanto a nossa existência. A todo instante somos provocados a saímos da condição de afrontantes para afrontados.

Nesse contexto, desde a promulgação da atual Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, os mumbucas, vivem o dilema da existência de um suposto direito que nunca foi efetivado. Nos tiraram do nosso primeiro território, o continente africano e após aproximadamente cinco séculos, ainda não nos permitiram possuímos um território próprio titulado.

Nessa conjuntura social brasileira, todas as comunidades tradicionais enfrentam o desafio constitucional dos tempos atuais para além de não conseguir efetivação no plano jurídico, estão perdendo suas normativas e legislações já garantida, ou seja, estamos em uma conjuntura que além dos direitos não serem consolidados em sua totalidade, até as mínimas conquistas estão sofrendo retrocessos.

Embora a Constituição atual, assegure aos quilombolas brasileiros, tal como aos povos indígenas, no entanto, o artigo 68 da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que ordena que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

No entanto, ainda hoje vivemos e continuamos lutando no território e pelo território sem expectativa da entrega definitiva do título. Diante do descaso e regressão aos direitos quilombolas, e a desigualdades no tange a desvantagens quanto a destinação da atenção da agenda pública frente a outras demandas, principalmente, ao que cumpre o interesse do capital e da monocultura, os quilombolas estão na desvantagem, devemos continuar nossas defesas com a força

recebida dos ancestrais, fortaleza existente no sangue valente, no nome e na cultura afro-pindorâmica.

Um território secular, fomos desconsiderados como dignos de viver em terras tão ricas de belezas naturais, nisso que consideramos como racismo ambiental, no qual propõem a divisa exata da residência para os negros. Estabelecendo assim os piores lugares como: as favelas, margens da cidade, morros etc. São situações de violações de direitos básicos vinculadas à dinâmica opressiva do colonialismo. São desafios enfrentados por diversos quilombos do Tocantins e de todo Brasil.

Nesse sentido, percebe-se, uma das facetas do racismo ambiental, se materializa também pelo fato de embora seja uma das maiores e mais belas áreas naturais do Brasil, o Jalapão é também a região em que está localizado, segundo dados da última Pesquisa de Orçamento Familiar divulgada pelo IBGE (2010), um dos três municípios com maior incidência de pobreza do Brasil, o município de Mateiros (TO) com 81,5 % de pobreza. Vale o questionamento de qual pobreza e de qual riqueza estão escrevendo nos dados oficiais.

Sendo importante colocar que o Jalapão possui 17 núcleos de quilombos organizados em 7 territórios, em quatro municípios. No Estado do Tocantins não existe nenhuma comunidade Quilombola que possui o seu território regularizado com o título, conforme artigo 68 da ADCT.

Os Quilombos seguem a ordem das muitas comunidades, povo que são violados em seus direitos, sentem sede, adoecem e sofrem agruras diversas em silêncio, ano, após ano. Segundo, dados sobre racismo e violência contra quilombo no Brasil: “Nos últimos 10 anos, o ano de 2017 foi o mais violento para as comunidades quilombola de todo o Brasil. De acordo com os dados levantados, o número de assassinatos de 2016 para 2017 cresceu em aproximadamente 350%” (CONAQ; TERRA DE DIREITOS, 2018, p. 46).

O Estado do Tocantins é um dos entes que tem dever de proteger, no entanto é um dos violadores, e tão pouco se sente responsável a fazer algo. O silêncio profundo parece calar a consciência em relação ao povo que sofre o descaso e são pauperizados em uma terra de riqueza.

Diante de todos os desafios, a cada dia se faz necessário que os quilombolas de todo Brasil, tomem consciência da neocolonização em execução. Pois a falta de compreensão e afirmação quilombada são utilizadas como estratégias pelos colonialistas e seu sistema de negação, no qual investem na afirmação para nossa

auto-negação da história, origem, cor, espiritualidades, e toda nossa cultura. Tiram de nós o que somos e nos deixam vazios de nós.

Nisto, seremos permanentemente atacados, se não soubermos dessa estratégias de dominação, será difícil combatermos o modelo de produção colonialista que avança de forma avassaladora sobre os quilombos, vamos reagir sempre, conforme Santos (2015):

No plano individual, as pessoas afro-pindorâmicas foram e continuam sendo taxadas como inferiores, religiosamente tidas como sem almas, intelectualmente tidas como menos capazes, esteticamente tida como feias, sexualmente tidas como objeto de prazer, socialmente tidas como sem costumes e culturalmente tidas como selvagens. Se a identidade coletiva se constitui em diálogo com as identidades individuais e respectivamente pelos seus valores, não é preciso muita genialidade para compreender como as identidades coletivas desses povos foram historicamente atacadas (SANTOS, 2015, p. 78).

Os ataques atingem a todos, tanto nos aspectos individual, quanto no coletivo. Os jovens estão visivelmente na mira de tais ataques colonialistas. Acredita-se no comprometimento da juventude quilombola ao adentrarmos em espaço como a academia, construirmos possibilidades e mecanismos de denúncia e confluenciamento de conhecimentos.

Como defesa é preciso tornar visível, também através da sistematização acadêmica os modos sustentáveis de existir dos povos, considerando como sujeitos que lutam na construção ou manutenção do jeito circular de existência. Identificando não apenas o mestre da geração vó, mas os da geração neta também. Seguindo a luta no controle do quilombo que temos, quilombo que vamos ter e o quilombo que queremos. Defendendo o jeito quilombo de ser.

*Sou dos carreiros da vida.*

*Quem consegue ver carreiros tem olhar profundo.*

*Perceber carreiros é ver pegadas e pegadas de lambu, juriti e tentem.*

*Carreiro é oculto para quem tem o olhar vazio. Carreiro é oculto para quem não ver detalhes. Sigo carreiros a partir de muitos carreiros.*

*Uns seguem estrada e estrada não leva a porta de entrada do meu coração.*

*No mundo sintético, as estradas são feitas pelos tratores*

*Sou do mundo orgânico, os carreiros são feitos por seres vivos.*



*(Núbia Matos)*

Por fim, entre as fronteiras e possibilidades, os mumbucas com seu jeito constróem e desconstróem mundos, descortinam os discursos colonialistas de construção de um formato único de organização. O ato de escrever e afirmar o conceito quilombo é o chamado do auto-olhar conjunto e assim fazer emergir todas as forças reativas do meu povo, de todos os tempos, espaços e planos capazes da ultrapassagem as imposições padronizadoras. A organização dos mumbucas é fundada em valores ancestrais e coletivos e tem base na busca pelo equilíbrio e igualdade de direitos de todos os sujeitos, valorizando o protagonismo de todos, e em todas as gerações.

### **2.3 O ser Quilombo**

*Sou e Não Sou.*

*Sou quilombo*

*Sou contra-colonialista de agora e outrora*

*Não tenho lembranças de "sim, sim, senhora"*

*Não tem como eu ser colonizadora*

*Não tenho como descolonizar.*

*Pois não fui e nem sou colonizada, fui e sou atacada.*

*Para os atacamentos tenho o aquilombamento.*

*Nessas encruzilhadas, temos que saber quem é você?*

*Capitão do mato?*

*Contra-Colonialista?*

*Descolonizador(a)?*

*Colonizador(a)?*

*Decolonial?*

*(Ana Mumbuca)*

Quilombo é um organismo de defesa, com pilares de sustentabilidade baseada em compromisso de compartilhamento ancestral, firmamento existencial. Quilombo

é poder, quilombo é a força da insubmissão das ordens opressoras. Somos aqueles que não pedimos e nem pediremos libertação, nós construímos e construiremos liberdades existenciais.

Os quilombos conhecem profundamente seus membros, suas paisagens, pegadas de animais e das pessoas, sonoridades, plantas, seu mundo espiritual, habilidades características de cada indivíduo e clã familiar. A pedagogia do conhecer de muitos quilombos, que conheço e ouvir falar, o ato de colocar as crianças para comerem em um mesmo momento e em uma mesma vasilha, sendo supervisionado pelos olhares dos pais. Na minha casa nossos pais, faziam análises de cada um a partir do comportamento no ato de comer, averiguavam os mais diversos aspectos. Principalmente as relações e a consciência de compartilhamento, como era o nosso comportamento na lida com a nossa fome e a fome dos outros.

Temos as nossas próprias pedagogias de estímulo ao respeito e relações interativas entre os membros do quilombo e os seres vivos, seja no Cerrado ou em outro bioma, sejam eles humanos ou não. Isto vem garantindo, ao longo dos anos, segurança alimentar e nutricional e muitas conexões, como a produção de utensílios artesanais e cuidados com a saúde através da utilização de plantas medicinais e saber respeitar as vidas. Desde muito cedo somos levados a perceber que temos o poder de matar e de ser matado; de viver e fazer viver.

Guardamos as relações do saber e interagir com elementos da natureza existentes no território. Em Mumbuca foram notórios os elementos que compuseram as falas, expressões, gestos, entonações, silêncios, como também certa dificuldade em recordar os usos que já foram bastante expressivos na comunidade, em épocas passadas. Por exemplo, foi perceptível o esforço da interlocutora ao recordar:

Nossa opção de uso...era o mato...tudo vinha do mato do Cerrado desde o que comer, o que beber, o que vestir...vinha das coisas da natureza desse nosso Cerrado maravilhoso que existe aqui... eu tou tentando alembrar tantas coisas boas que temos.... as nossas vasilhas era do mato da cabaça ... faz tempo que eu tento alembrar... (INTERLOCUTORA N, 74 anos).

Os esforços na tentativa de lembrar e dizer os nomes dos produtos que se faziam com as espécies do Cerrado, me fizeram refletir sobre aspectos que estão sendo reeditados, como um ato comum de um grupo com modo de vida dinâmico.

Por meio dos diálogos, foi nos proporcionado a oportunidade de saber um

pouco mais sobre tais conhecimentos que se transformaram em experiências e práticas comuns, e por isso permanecem na memória mesmo, sem necessidade de uso.

Para exemplificar, apresento o relato seguinte:

Eu participo desse tempo... o tempo que tudo nosso vinha do que tinha aqui... a panela, o forno... óleos, os remédios. O buriti a gente respeita muito... pois ele é a árvore que de tudo dele se aproveita... até depois de morto ainda serve para fazer adubagem... sempre vivemos juntinho com a natureza nem nós estravaga ela e nem ela estravaga nós. (INTERLOCUTORA J, 67 anos).

Nessa fala, o uso do tempo presente na frase “Eu participo desse tempo...[...]”, demonstra que a interlocutora não apenas presenciou, mas tem relações que permaneceram. Tais momentos são vividos intensamente. Também, ao finalizar a frase “sempre vivemos juntinho com a natureza, (ninguém faz mal ao outro)”, seguida de silêncio, foi por nós compreendido como expressão de uma profunda integração de tempos, passado e presente em uma mesma vida.

Não pensa no tempo presente sem olhar o passado, as temporalidades são misturadas. Percebe um jeito integral de viver. Enquanto na lógica ocidental, uns são para pensar e planejar e outros para executar. Existe uma separação entre os que pensam e os que executam. Ao questionar uma das interlocutoras, qual a lembrança que ela tinha da sua vó? Ela disse: “Minha vó, plantava o café; colhia o café; secava o café, torrava o café; pilava o café, preparava o café e nós tomava o café, minha vó tinha cheirinho de café. Toda vez que eu tomo o café eu sinto o cheiro da minha vó”.

As razões para afirmarmos os nossos modos ser e sentir ultrapassa as lógicas de uma sociedade ocidental, somos construtores de todo processo de forma integral. O que tem valor para nós é o que tem sentido. Diversos motivos vieram à tona pelas vozes, até mesmo como formas de manter a natureza em pé, frente a muitas ameaças. Assim como o Cerrado os quilombos são exemplos de resistências capazes de criarem condições de vida em uma região arenosa.

Há significativos posicionamento sobre a importância das experiências que criam suas formas de vida. Chamou-me bastante atenção o momento em que uma interlocutora relatou as relações com o Cerrado:

Oh a gente não perde esse documento.... não... a gente....não pode

perder.... a gente tem ensinado para o futuro das famílias de hoje da moçadinha de hoje...essa moçadinha que esta acontecendo no período de hoje... a gente quer levar....o conhecimento... falando dos pau que nos socorreu naquela época e ainda hoje socorre...e agente explica...sobre as ervas que a gente fazia e faz continua ainda a gente tendo vida e essa vida....no cerrado é mais positivo....ja temos este costume a tempo...e a gente hoje ensina os frutos...de hoje para as criança para ela aprender....e guardar é muito importante...a gente fala com toda ousadia....porque lá nos antepassado no tempo de minha avó meu avô...minhas tia... minha vó... minha mãe....a minha tia Lorentina...foi um documento vivo de lá pra cá....então a gente como ouve e serviu...a gente tem que ensinar....e guardar e respeitar....porque é um documento vivo.... e perfeito...foi e é...e a gente cita o pau direitinho no nosso conhecimento o pau que é verdadeiro... para a nossa saúde...para o nosso sustento certo...e a gente quando caminha no Cerrado...eu ando no Cerrado...conversando com os pau...esse aqui é a mangabeira,... esse aqui é o babatimão...esse aqui é o patrude...esse aqui é a cagaita...esse aqui é a sambaiba...entendeu.... a gente....faz isso que é muito importante mesmo. (INTELECULTORA, 68 anos).

A certeza do construir relações com a geração de agora, para o viver hoje e amanhã, diz também respeito a atuação de cada indivíduo em cada geração, repassando para as novas gerações. “Quando Maria morreu quem avisou pra nós foi um passarinho, os passarinhos, o vento conversa com a gente. Eles sabem que um ajuda o outro com o que sabe”.

Os tempos passaram e, junto com ele, a forma de viver com a chegada de energia, TV, internet e outros meios de comunicação modernos, os hábitos da nova geração normalmente vão mudando, mesmo sobre diversos riscos, conseguimos construir jeitos de fazer a nova geração manter essa relação ancestrais com o ambiente, pois somos construtores da educação própria.

Na situação em que uma comunidade tradicional insere-se numa sociedade capitalista globalizada, o ponto positivo desse desafio é considerar a identidade desse grupo, sua noção de pertencimento, sem, contudo, perder de vista as relações múltiplas que o grupo estabelece no ambiente interno e externo (PEREIRA, 2012, p. 8).

A pesquisa possibilitou uma percepção do ser quilombo e dentro destas percepções desconstruir discursos que afirmam que não temos nossa cultura. O modo existir quilombola se reedita e aparece em vários formatos e aspectos. É impossível querer encontrar no século XXI o mesmo ser quilombola do século XV, e em cada região se configurou uma pratica quilombolistica especifica. Conforme

afirma Nascimento (2002), “Os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista”.

Os quilombos do Brasil a fora, estão cumprindo a responsabilidade da obtenção dos legados, ampliando-os, reeditando-os, readaptando-os. E assim construindo liberdades. Existe um olhar monoteísta sobre os quilombos e quilombolas no Brasil, muitos que vão aos nossos quilombos, pensam que, as mesmas práticas espirituais, as mesmas formas de vida, as mesmas construções e arquitetura etc. Tal pensamento violenta de forma contundente, o processo histórico dos atacamentos colonialista, além da não aceitação da nossa matriz civilizatória politeísta e sermos de origem dos diversos povos que foram trazidos do continente africano.

Realizamos as nossas defesas a partir das comparações com a natureza. Pelo falar Antonio Bispo dos Santos, nos disse se um dia acabarem com a natureza, poderão acabar com nós. Pois nosso existir estar ligado com a natureza, os nossos plantios, nosso pensamento, a estória de comparações com os elementos ou animais da natureza. Somos respeitosos com os animais, respeitamos seu tempo de habitação no território, eles não são objetos ou seres vivos irracionais, ao contrário, temos uma ligação incontestável, respeitamos os territórios deles e eles respeitam o nosso. Existe uma ligação com os animais tão forte que inúmeros animais, através dos cantos nos avisam de acontecimentos e nos auxiliam nas leituras dos tempos e do céu.

A exemplos das nossas estórias, todas têm finalidade prática de ensinamento. O macaco é o animal, de extrema inteligência e em todas as narrativas vence a onça, mesmo com pouca força física. Enquanto na sociedade ocidental, o macaco é sinônimo de animal feio, sendo xingamento chamar de macaco.

No decorrer da pesquisa identificamos e transcrevemos diversas estórias sobre macacos, e ele só perde em duas situações, mas não foi para a onça. O ser macaco para nós é ter a capacidade de vencer. Nas estórias do amigo macaco e amiga onça, sempre tem uma lição a apreender. O aprender lidar com aquele que quer e tem o poder de te matar. Mas o esperto macaco, tem a capacidade de trabalhar com a onça, ir na casa da onça; festejar com a onça e não ser comido pela onça. Escolhemos uma estória para fazermos uma breve análise do que representa a inspiração dos animais nas nossas vidas.

O encontro da amiga onça com o amigo macaco.

Certo dia, um macaco seguia viagem, tranquilamente, quando de longe viu uma onça andando em sua direção. Rapidamente ele começou a tirar galhos e folhagens de uma árvore. O feroz animal logo se aproximou e começou o diálogo:

– Oh, amigo já comido, o senhor por aqui? O amigo já comeu? Na verdade, a pergunta dava a entender que ela, a onça, não havia comido e o macaco seria sua refeição. Em resposta, muito concentrado, o macaco disse:

– Não, amiga onça. No momento estou muito preocupado, pois fiquei sabendo que vem aí um vento forte, forte sem medidas, vento medonho e acabará com tudo, por isso estou tirando essas ramas para que eu possa me amarrar neste pau. Assustada com a notícia, a onça perguntou:

– E eu, meu amigo, o que faço?

– A senhora tira as ramas daquela outra árvore e também se amarra. Disse compenetrado o esperto animal.

A onça estava nervosa e insegura, pois não seria capaz de amarrar-se sozinha. Diante da falta de habilidade, ela pediu ajuda:

– Ei, amigo macaco; eu não consigo me amarrar. Você pode fazer isso por mim?

Ao ver que o plano estava dando certo e, tentando conseguir definitivamente a confiança da felina, o macaco perguntou:

– E quem vai me amarrar?

A onça, dependente do astuto animal, respondeu:

– Você é mais jeitoso, é esperto. Certamente conseguirá fazer isso sozinho.

Então, o macaco armou mas que depressa, amarrou a amiga onça em uma árvore e aproveitando a oportunidade para ser autoridade no momento. Com alta voz dizia:

– A senhora encosta aí. Agora vira de lado. Obediente a onça seguia as ordens.

– Vamos, amiga onça, o vento não é brincadeira, tem que amarrar forte com as ramas grossas, pois é uma ventania medonha, como nunca houve. Estica mais um pouco para eu marrar mais forte.

Depois de assegurar-se que aquela fera estava totalmente presa, o macaco confessou:

– Amiga onça, era isso o que eu queria fazer. Agora, a senhora está presa e não vai mais me fazer seu alimento nem me chamar de “amigo comido” e assim

seguir viagem.

Ao analisarmos as nossas potentes histórias que eram e são contadas ao longo das nossas vidas. Narrativas construídas há muitas gerações. Transmitidas por muitos dos nossos contadores de histórias. Neste caso esta foi transmitida ao grupo por Juraci Ribeiro Matos. Não são e nunca foram sem um propósito. Somos o macaco, o mundo colonialista é a nossa “amiga onça”.

Sendo nós seu alimento, uma predadora tão forte e tão poderosa. Faz nos entrar em autodefesa utilizando do que temos, a tranquilidade e capacidade de negociação, quem vive no mato sabe que não basta a força se não se munir de inteligência capacidade de raciocínio e relações com o ambiente, no caso, ele utilizou-se dos ventos, “ventania medonha”, “ventos sem medidas”, “vento como nunca houve”.

Ressalta-se que ambos se chamam de “amigos”, ambos sabem os interesses em questão, um de atacar outro de se defender. Percebe-se que como nós o macaco não tinha a intenção de matar, pois se tivesse tinha feito já que conseguiu domar, apenas seguiu sua viagem tranquilamente. Não queremos a morte daqueles que querem a nossa morte, queremos apenas que não nos ataquem.

Diversos momentos quando nos contaram esta narrativa, pensava e dizia macaco, foi sabido e foi besta se fosse eu já que ela estava presa, metia-lhes o pau até matar, todas as vezes o contador nos diziam, o macaco só quer da lição na onça não quer matar ela não.

Estamos em momento dos encontros entre as onças e os macacos o que fazer com as onças? O que será dos Macacos? Continuamos dando lição de defesa? Continuarmos em estado permanente das defesas? Como ainda não temos resposta para tais perguntas prefiro nadar no poema do Antonio Bispo dos Santos,

*Fogo!...Queimaram Palmares, Nasceu Canudos.*

*Fogo!...Queimaram Canudos, Nasceu Caldeirões.*

*Fogo!...Queimaram Caldeirões, Nasceu Pau de Colher.*

*Fogo!...Queimaram Pau de Colher... E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando*

*Porque mesmo que queimem a escrita,*

*Não queimarão a oralidade.*

*Mesmo que queimem os símbolos,*

*Não queimarão os significados.*

*Mesmo queimando o nosso povo, Não queimarão a ancestralidade.*

Sendo contracoloniaalista, tenho certeza que já cansamos muitos e temos que continuar cansando, pois o mundo dos colonizadores, não sabem que somos diversos e como diversos somos para além de macacos, somos sapos, maribondo, papagaio, jacaré, grilos, gato e burro.

Para ilustrar tal afirmação acima, escolhemos mais uma das nossas narrativas, do amigo sapo. Era uma vez, o rei que queria a morte do sapo, por achar que o sapo era feio demais para permanecer vivo. Grandes fortunas foram construídas e oferecidas para quem pegasse o amigo sapo.

O amigo coelho pegou a empreita para entregar o sapo vivo ou morto. Certo dia esperou o amigo sapo no bebedouro do sapo ele estava de tocaia.

– Amigo sapo! Hoje eu te troco pelos tesouros do rei.

O sapo mais que de pressa deu um pulo, viu o que o coelho pegou na perna dele disse:

– Opa belo pegou foi na raiz.

O coelho soltava a perna dele e segurava a raiz.

Ele dizia:

– Opa belo agora grudou na minha perna.

O coelho permanecia segurado na raiz. Enquanto isto ele fugia para mais longe.

Até o coelho perceber que estava sendo enganado e conseguiu pegar. Quando segurou o sapo, ele percebeu que estava preso e não tinha como sair, começou a cantar:

– Oh, morte feia é a morte da água, me jogue no fogo, mas não me jogue na água.

– Oh, morte feia é a morte da água, me jogue no fogo, mas, não me jogue na água.

E assim foi cantando até ser entregue no palácio. Ao chegar, o rei prestou atenção na cantiga intirissa dele e disse:

– Ele ainda quer morrer de morte bonita?

Ordenou:

– Mate ele de morte feia, jogando-o na água.



E assim fizeram e ele saiu nadando livremente.

– Oba era isto mesmo que eu queria, que me jogasse na água.

Analisando a narrativa acima podemos perceber que dentre os personagens, o sapo tem uma imagem feia e incomoda a monarquia, por não ter e nem querer tal padrão de beleza do rei, o sapo foi condenado a morte. Entende-se que quem o capturou-o, foi um personagem do mesmo reino animal.

O sapo buscou evadir-se, sem tentar contra a vida do seu capturador. Mesmo sendo aprisionado ele cantou, o canto faz parte da vida, na alegria e na tristeza e foi o canto que fez o rei atentar para não cumprir o desejo dele. Finalmente nisto ele conseguiu-se livrar.

O que chama atenção também nesta narrativa é a capacidade de um rei se incomodar com a característica do sapo, julgando-o como feio e indigno de continuar existindo. Na visão monárquica existe um padrão de beleza único. Nisto se assemelha com os julgamentos que fazem ao povo negro, não temos belezas padronizadas, pois somos diversos até no fenótipo.

Poderia neste trabalho transcrever diversas narrativas das nossas falas ancestrais, diversos personagens, diversas situações. No entanto, nosso propósito não é escrever sobre o pulo do gato, mas dizer que o gato pula.

Somos o gato que sabe pular e ser gaiato e os animais das narrativas se tornam reais, fato que cientificamente não podemos e nem queremos comprovar. Enquanto isto, estamos nadando e construindo mares de muitas águas.

## CAPÍTULO 3 – GRUPO QUILOMBO MUMBUCA DE PESQUISA – GQMP

### 3.1 Significado da existência do grupo

*Inspiramos nos animais*

*Para lidar com os calangos*

*Temos que encontrar os suspiros.*

*(Frase do grupo GQMP)*

O grupo de pesquisa de Mumbuca, foi criado para que de forma compartilhada e qualificada possamos realizar a auto-gestão dos processos de pesquisas, etc. Temos como propósito fazer o elo de interlocuções e traduções entre o mundo interno e externo do quilombo. Para seguir tal ideal, estamos usando como referência, ações e atividades realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que sistematizou diversas questões/temas norteadoras a serem pesquisados. Neste processo de protagonismo em pesquisa, também identificaram linhas de ação a partir do posicionamento,

A natureza academicista da produção de conhecimento dominante hoje na universidade brasileira constitui obstáculo importante para o avanço de uma produção científica comprometida com a transformação da sociedade. Por isso, um dos grandes desafios que se coloca é o de organizar esforços coletivos de pesquisa que rompam com a lógica fragmentária, competitiva e produtivista. (CALDART; ALENTEJANO, 2014, p. 258).

A nossa inserção na academia tem a incumbência comprometida e com outorga do quilombo, em constante processo de construção de mecanismo de defesas. Sabendo-se das limitações das gerações mais velhas não conseguirem escrever as nossas lógicas, nisto, temos o propósito de unificar e potencializar as novas formas de defesas entre as gerações quilombola, por isto, estamos na academia.

O grupo tem o árduo desafio de conhecer e tecer análise e leitura/releitura dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre Mumbuca, além de dar parecer e propor novas pesquisas para o quilombo; sermos porta voz do modo de ser Mumbuca para o mundo contemporâneo das escritas.

Compreendemos que os mumbucas ampliou a construção de formação de

peessoas que compreendessem sobre pesquisas etc, no momento que nos reunimos no mês de julho de 2004 debaixo do pé da árvore conhecida como “assa peixe” nos meses de férias escolares, realizando assim: brincadeiras, cantigas de rodas, contação de história, aula de reforço escolar, lendas locais, leituras e exposições e vendas de brinquedos construídos pelas próprias crianças, aulas sobre plantas medicinais.

Sendo esse o principal espaço de compartilhamentos das experiências e saberes construído por diferentes gerações, no qual são transmitidos como um legado para todos do Quilombo. Foram diversas formas e momentos de preparação para juntos afirmamos o nosso saber e entendermos o saber dos outros. Nisto, muitas pesquisas aconteceram e acontecem em nosso quilombo e participamos em sua maioria na condição de informantes.

A partir do ano de 2012 os mumbucas, entraram na academia com incumbência e validação outorgada por representações da organização social do quilombo. Nisto, temos o propósito de juntar e potencializar as novas formas de defesas entre as gerações, por isto, estamos na academia para construção de novo conhecimento.

Criando estratégia e espaço de discutir com os mumbucas, sobre o que escreveram sobre nós, na perspectiva de afirmar conforme a nossa ótica sobre quem somos, queremos e de que forma queremos ser pesquisados, auxiliando a associação na construção dos parâmetros normativos de pesquisa. Dentre as funções, o compromisso de sugerir redação para elaboração do protocolo de pesquisa do quilombo, a partir de diretrizes que confluênciem e transformem, e não apenas validem ou invalidem o nosso saber quilombolístico.

A busca de instrumentos que fará parte da afirmação das sabedorias, memórias, espiritualidades que reportam à nossa ancestralidade, no qual afirma-se aqui, como a materialização da ótica contra-colonizadora e a superação das “validações científicas”.

Nisto, este grupo busca dimensões teórico-ideológicas e percurso metodológico, que supere a ciência eurocêntrica exclusivista e consolidarmos formas capazes de se complementarem, sem supressões.

O grupo nesta pesquisa é formado por eu e quatro acadêmicas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, habilitação em artes e música, do campus de Tocantinópolis, a saber: Claudiana Matos da Silva, Givoene Matos da Silva, Keila Barbosa da Silva, Sirlene Matos da Silva, e Nubia Matos a Diretora Administrativa da

Associação do quilombo. Temos como coo-pesquisador Antonio Bispo dos Santos. O formato desta pesquisa e escrita deste trabalho, inicialmente, foi demandada pela mestranda e aceita pelo grupo GQMP.

No processo de pesquisa identificamos 51 trabalhos acadêmicos escritos concluídos, três teses e duas dissertações em execução, duas telenovelas, inúmeras reportagens, e muitas solicitações de pesquisas acadêmicas, desde trabalho de conclusão de curso a tese de doutorado. Dentre os trabalhos identificados que tem alguma relação com o Quilombo Mumbuca, em Jalapão (TO), apenas quatro Trabalhos de Conclusão de curso foram feitos por membro pertencente ao quilombo.

O procedimento para novas pesquisas no quilombo consiste a partir do contato dos pesquisadores externos com a associação do quilombo. E associação repassa o contato para o grupo. Após o grupo fazer a análise a associação retorna à posição para o solicitante baseado nas considerações do grupo. Vale lembrar que nem todos fazem solicitações formais, já foram identificados casos de pesquisadores “disfarçados” de turistas. De forma contundente o quilombo não aceitará proposta de pesquisa aprovado apenas por parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade. Nós temos construído normativas e articulado em grupo para romper com a condição de sermos objetos de pesquisas e com uma função demandada pelo quilombo de dar parecer/propor pesquisa e estudar todas as pesquisas já realizadas. Além de auxiliar na construção de protocolo de pesquisa dos mumbucas. Exige de nós um amplo esforço capaz de construir arcabouços de defesas compartilhadas, como a devolutiva no formato escrito.

Em um contexto de dominação hegemônica/colonizadora implica na razão de utilizarmos instrumentos que enunciem posicionamentos sobre o que escreveram ou escrevem sobre nós. Este ato é um chamado para sermos deliberativos sobre tais processos, em uma dimensão que ultrapassa a lógica dominante de apenas sermos pesquisados, implica em construirmos a nossa autonomia no mundo acadêmico, com qualificação técnica expressamente legítima.

Estudos apontam que muitos foram os negros que lutaram para que o Estado construísse proposta de ações compensatórias, entre os primeiros, Abdias do Nascimento como parlamentar apresentou o projeto de lei PL nº 1.332 (BRASIL, 1983) que dispõe sobre Ação Compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro.

A inserção em maior escala de sujeitos quilombolas, do campo e indígenas nas universidades, desde a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação, desde 2003, com o Programa de Expansão do Ensino Público Superior, ou seja, os próprios sujeitos pesquisando e sendo pesquisados. Conforme Bizerril (2018):

o ensino superior iniciou-se tardiamente no Brasil, apenas na primeira metade do século XIX foram implantadas as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. A partir de então surgiram outras Escolas Superiores ou Faculdades isoladas e disciplinares, como Escolas de Agronomia, de Enfermagem, de Engenharia, e Faculdades de Direito, Medicina, Pedagogia entre outras, em diversas regiões do país, consolidando um modelo de educação superior sem universidades. Apenas nas primeiras décadas do século XX foram instaladas as primeiras universidades por iniciativas estaduais e, a partir da década de 1940, iniciou-se um processo de federalização das universidades. (BIZERRIL, 2018, p. 1).

Os avanços foram significativos nos aspectos educacionais para aqueles que, de maneira equivocada, continuam sendo chamados de “minorias”. Destacam-se os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2002 à 2016, com a existência de programas educacionais, cotas e formas de financiamentos. Nisto, aconteceu a entrada de novos atores sociais que nunca tinham ocupado estes espaços acadêmicos em quantidade e incidência, dados do Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012:

No período do Reuni vivemos um ciclo inédito de expansão e interiorização. Se ampliaram a quantidade de campi no interior, novos cursos foram criados, a oferta de vagas foi ampliada e muitos professores foram contratados: segundo dados oficiais, a expansão da rede federal de educação superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais, com isso o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 para 237 até o final de 2011. Entre 2003 e 2010 foram criadas 14 universidades e 100 novos campi. (VILLAS BÔAS, 2017).

Uma das vantagens é que conseguimos aumentar em escala a quantidade de quilombolas capazes de disputar narrativas de forma escrita. Os dados demonstram a importância da política educacional afirmativa:

Em 2003, a UnB foi a primeira instituição federal a oficializar a opção pelo sistema de reserva de vagas para negros. Quase dez anos

depois, em 2012, o governo federal instituiu a Lei de Cotas Sociais e Raciais para todas as universidades do país e, em 2014, para concursos públicos. Dados da UnB mostram que, no primeiro ano do sistema, ingressaram na universidade 376 negros cotistas. A quantidade de pretos e pardos a entrar na instituição por meio de cotas foi crescendo ano a ano. Em 2011, por exemplo, 911 negros cotistas puderam fazer a matrícula na graduação. No acumulado de 2004 a 2018, ingressaram na universidade 7.648 negros pelo sistema de cotas raciais. (BIZERRIL, 2018. p. 2).

Neste contexto, mesmo com ampliação do acesso ao ensino superior e criação de novas universidades só a partir do ano de 2012 que o quilombo Mumbuca, conseguiu acessar tal política. Conforme Pereira (2012), em sua pesquisa no Quilombo Mumbuca:

Os dados demonstram que no ano de 2010, 14 famílias, das 26 pesquisadas acessaram a escola de Ensino Fundamental na Comunidade Mumbuca e 16 famílias acessaram a escola de Ensino Fundamental na cidade de Mateiros. Para o acesso ao Ensino Médio, 14 famílias optaram pela escola de Mateiros e 1 optou pelo acesso na cidade de Palmas. Analisamos que, em 2010, nenhuma das 26 famílias pesquisadas teve acesso às escolas técnicas e ao ensino universitário. Verifica-se, portanto a demanda de ensino fundamental completo, de ensino médio e superior, expresso no desejo e no sonho dos estudos de uma das colaboradoras da pesquisa que disse: “sonho em fazer biologia em Porto Nacional, ou geografia”. É perceptível também que 10 colaboradores do universo de 26, não assinalaram nenhum campo de acesso à educação pública no ano de 2010. Esse número corresponde ao percentual de 38% do universo da pesquisa, reflexo da atual ausência do Estado. (PEREIRA, 2012, p. 222)

Considera-se está dissertação um ato político-cosmológico quilombolístico, uma forma de defesa para nossa existência nessa sociedade colonialista. Uma vez que os trabalhos acadêmicos em sua maioria recolhem dos quilombolas as informações como dados “brutos” e fazem análise interpretando-os geralmente pela ótica eurocêntrica.

Sendo acadêmicos quilombola, temos nos fundamentado no compromisso ancestral e elaborar escritas que evidenciam as nossas vozes sem tradução/interpretativa, e contribuir com pesquisas dos pesquisadores interno/externo na produção de pesquisa ética e com respeito.

Este ato exige de nós constante atenção para não reproduzirmos a lógica colonialista, é preciso coragem para transgredir as ordens, rompendo a neutralidade científica e se apropriando de metodologias e referencias teóricas contra- coloniais.

Neste sentido, percebe-se que vem aumentando o número de universidades e pesquisadores interessados em realizar pesquisas sobre os quilombos.

Não somos os únicos a ser pesquisadores das nossas trajetórias, sujeitos também do programa educacional multiétnico do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), mestrado regular da Universidade de Brasília, criado no ano 2010, com modalidade modular. A princípio, o objetivo do programa era garantir o acesso à pós-graduação apenas aos indígenas. No entanto, essa modalidade de mestrado passou por alterações, atualmente atende outros segmentos sociais historicamente excluídos do acesso ao ensino superior, a saber: Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais (Geraizeiros, Povos de Terreiro, Ribeirinhos, Pescadoras Artesanais, Povo Rom – os assim chamados Ciganos) e profissionais que atuam junto a esses Povos e Comunidades Tradicionais. Cada membro dos povos contra-coloniais que adentram a universidade com suas cosmologias, alteram a paisagem da academia eurocêntrica.

Neste propósito todos os temas das pesquisas do grupo de pesquisa GQMP, foram escolhidos e realizados de forma compartilhada. A pesquisadora Sirlene Matos, com o título: “O processo de aprendizagem da viola de buriti no quilombo Mumbuca-Jalapão-TO”, pesquisa que demonstrou questões referentes de como acontecem os processos de ensino e aprendizagem construída ancestralmente por mestres de ofícios da viola de buriti no quilombo Mumbuca Jalapão. Enquanto a pesquisadora Givoene Matos da Silva, pesquisou sobre performance teatral do quilombo, especificamente o Grupo Encenando a Tradição: Teatro de Comunidade no Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO, no qual analisou a importância do teatro na defesa do legado cultural de gerações do quilombo.

Ainda em processo de pesquisa a pesquisadora Keila Barbosa da Silva trabalha o tema: “Educação quilombola: Um estudo de caso da iniciativa educacional Casinha da Arvore do Quilombo Mumbuca Jalapão-TO”. O objetivo é sistematizar para a escrita acadêmica, através da metodologia “fogueiras de memórias” utilizando-se de roteiro norteador dos diálogos, para análise de estágios sobre a história do início; situação atual e perspectiva de futuro da experiência de educação própria dos Mumbucas.

Enquanto a pesquisadora Claudiana Matos da Silva, vem construindo sua pesquisa sobre o título: Processos e desafios da gestão territorial do Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO. Busca-se apresentar os processos e os desafios a partir de olhares dos mumbucas, partindo da razão de o território ser imprescindível e a não

gestão e aquisição definitiva do mesmo, tem implicações no eminente risco existencial do quilombo.

As demais pesquisadoras, Nubia Matos da Silva e Leiliane Barbosa da Silva, embora ainda pleiteando vagas em curso superior, já sabem quais as demandas e o caminho de pesquisas que os Mumbucas tem construído, e ao adentrarem nestes espaços não serão influenciadas à pesquisarem por temas alheios as nossas demandas.

Consideramos o nosso ato compartilhado de adentrar para a universidade, mesmo diante de inúmeros obstáculos, uma escrita contra-colonialista aborda de forma primordial posicionamento de quem somos, o que queremos e o que não aceitaremos, dentro e fora do quilombo. Uma reação e construção de novas formas de defesas, já se faz notório a capacidade de disputa dos povos contra coloniais. Todavia, entre avanços e violações, vamos resistindo e reagindo no propósito de ocupar/disputar posicionamentos.

Apesar da recente entrada dos Mumbucas na universidade percebe-se que estamos construindo condições objetivas de afirmar, contrapor e confluir com as escritas dos pesquisadores interno/externos.

Somos uma organização, assim como outras organizações, tem seus colegiados, comitês, protocolos. Afirma-se que temos os nossos procedimentos de pesquisa e exigimos que nos respeitem.

Nisto, estamos construindo uma sociedade que desenvolve pesquisas baseadas em princípios éticos, superando as abordagens que nos trata de forma violenta, como incapazes de decidir ou atestar sobre os processos que estão relacionados a nós.

### **3.2 Percepções sobre pesquisas no Quilombo Mumbuca Jalapão-TO**

Organizamos a nossa história em duas temporalidades, no qual houve mudanças significativas. Antes dos anos 2000 e depois dos anos 2000. Até o século XX, vivíamos em condição de autonomia existencial. Nossa luta era apenas para garantir alimentação. Nossos “inimigos”, quando não foram alguns fazendeiros que queriam expulsar nossos antepassados, eram apenas saber lidar com os *bichos do mato*, as picadas de cobra, as onças, sucuris e outras ameaças.



Nossos desafios eram voltados à construção de sistemas de plantios e armazenamentos de sementes. Com a chegada do século XXI, o mundo nos descobriu, atraídos pelo brilho do capim-dourado do Cerrado. A partir do encanto provocado pelo brilho de nosso artesanato, recebemos a reportagem do Fantástico (TV Globo), em seguida do Globo Repórter; depois a chegada da energia elétrica, a construção da ponte de acesso ao quilombo. A partir destes tempos, nunca mais vivemos só entre nós. Ao falar sobre as nossas percepções sobre pesquisas em Mumbuca, temos que ir até o século passado. Nos finais dos anos noventa, quando os mumbucas foram descobertos pela sua prática artesanal com o capim dourado.

Conforme também identificado pelo pesquisador Melo (2017),

Sobre o artesanato de capim-dourado e Mumbuca, pesquisas tem demonstrado aspectos da região e como as pessoas tem buscado melhorias que sejam significativas para suas vidas. Pesquisadoras e pesquisadores tem abordado e problematizado questões sobre o universo do Jalapão e do capim-dourado que envolvem temas sócio-ambientais (TOCANTINS, 2003; SCHIMIDT, 2005; SANTOS, 2007b; FIGUEIREDO, 2007; ALVES, 2008; FREDRYCH, 2009; SAMPAIO et al., 2010; SCHIMIDT, 2011; TELES, 2012; TELES, 2014; PEREIRA, 2012; DOLCE; MEDEIROS, 2014; CARACRISTI, 2016), turísticos (SENNA, 2008), culturais (MEDINA et al., 2015), de gênero (SOUZA 2012), histórico e antropológico de formação do quilombo (SANTOS et al., 2014), suas relações políticas institucionais (NUNES, 2013; CARVALLHO, 2014), a relevância do artesanato e sua representatividade (MILHOMEM, 2006; GOMES 2007; SOUSA, 2009; FUNDAÇÃO CULTURAL DO TOCANTINS, 2010; BELAS, 2008; 2012; CARVALHO, 2014), sua relação com o design (SILVA, 2011) e com os meios de comunicação (ANJOS, 2015). Portanto, desde os primeiros anos em que o artesanato de capim-dourado passou a ser um destaque no estado e no mercado, tem sido observado por diversos ângulos de análise. (MELO, 2017, p. 27).

Com esta descoberta também chegou o Estado, com seu órgão de fiscalização. Com estes episódios tivemos ganhos e perdas. Vivemos por anos com a ausência do Estado e ao chegar com o poderio de proibir o uso do fogo. Não importava os argumentos, de que o povo Jalapoeiro sabem lidar com o fogo como instrumento indispensável para as existências das vidas, há séculos.

Nos sentimos acuados, pois o fogo é um instrumento que produz vida, utilizamos não apenas para colheita do capim dourado. Mas, principalmente, para produção de alimentos, a exemplo da roça, das criações e para as caçadas.

Já que não deram crédito aos nossos argumentos, por iniciativa própria os mumbucas, foram em busca de órgãos e pesquisadores que pudessem realizar pesquisa, que comprovasse a nossa fala.

Através da nossa Associação, entramos em contato, com diversos pesquisadores, instituições e universidades. No ano de 2001 o próprio IBAMA, enviou a primeira equipe de pesquisa.

Esta associação foi uma das responsáveis pelo início do desenvolvimento de estudos científicos, tendo demandado ao Ibama, em 2001, que desenvolvesse pesquisas sobre a espécie. Desde o princípio deste trabalho, moradores desta comunidade foram envolvidos nas atividades de planejamento e execução dos trabalhos de campo. (SCHMIDT, 2005, p. 16.).

Tivemos que receber a equipe de pesquisadores, do órgão que estava nos proibindo de fazer as nossas práticas tradicionais, nesta época estávamos no auge das criações das Unidades de Conservação. Os mumbucas se viram na condição de ter que abrir as casas, veredas, histórias etc, para as pesquisas no intuito de que a ciência afirmasse os nossos conhecimentos, já que o que falávamos pouco era levado em conta.

No decorrer deste processo, outras pesquisas foram sendo construídas, os mumbucas se viam condicionados a depender dos resultados de pesquisas, pois estávamos, pela primeira vez, tendo que dialogar com mundo da ciência, cientes da importância que a mesma tem de validar ou invalidar o nosso saber. Registramos em Bonilla *et al.* (2017a, 2017b), Bonilla, Silva e Chada (2017) e Bonilla *et al* (2018) nossas percepções sobre pesquisas e construções de pesquisas no Quilombo Mumbuca.

Vale ressaltar que pela experiência com instituição religiosa cristã, sabíamos das possibilidades de riscos e resultados ao convidamos para o quilombo à academia, Estado, Ong etc, com outros códigos e linguagens diferentes dos nossos. Cientes disto, em decisão compartilhada decidiu-se permitir este fato e fazer o acompanhamento de forma intensiva, mas ainda não tínhamos conseguido fazer a validação da escrita final das pesquisas.

Durante o período de estudo, a equipe ficou alojada no Povoado da Mumbuca, município de Mateiros. Moradores deste povoado participaram intensamente das atividades de campo, de forma que

foram realizadas entrevistas com a maioria dos moradores deste povoado. (SCHMIDT, 2005, p. 21).

No processo de acompanhamento da primeira pesquisa, muitos foram as reuniões com a comunidade, no qual os pesquisadores apresentavam o processo e resultados desta pesquisa de forma expositiva, pelo falar.

Somente no ano de 2016, pela primeira vez, alguém dos mumbucas leu a dissertação escrita, percebemos que a mesma estava sendo utilizada como fundamento para elaboração do Projeto de Lei Estadual de Uso Sustentável do Capim-dourado e do Buriti, objeto de questionamentos pelos mumbucas. Pois, entende-se que este PL, coloca o valor da propriedade acima do direito cultural dos artesãos de coletar o capim dourado. Além de que a nossa história como precursores ser desconsiderada, dando os créditos de origem aos indígenas, conforme SCHMIDT (2005, p. 23): “A técnica de costurar pequenos molhos de hastes (escapos) de capim dourado com ‘seda’ de buriti (*Mauritia flexuosa* Mart., *Arecaceae*) em feixes concêntricos que caracteriza o artesanato de capim dourado do Jalapão tem origem indígena”.

No entanto reportagens de jornais, demonstram que só no ano de 2004, a primeira etnia indígenas do Tocantins, encontram o capim dourado em seu território. Segundo Gouveia (2004),

Ainda incipiente, o artesanato dos Xerente com o capim dourado está feito nos mesmos modelos daqueles que eles já faziam com palha de buriti, madeira prima da qual tiram as fibras que formam as costuras dos objetos que fabricam. Mas segundo o próprio coordenador da Associação Indígena Xerente (AIX), Gilberto Xerente, é preciso investir em modelos diferentes e arrojado um pouco mais nos acabamentos apesar de muitas peças fabricadas nas aldeias já estarem com qualidade semelhante às do Jalapão. (GOUVEIA, 2004, p. 1).

Conforme o presidente da Associação dos Indígenas Xerente, o senhor Gilberto Xerente, em entrevista para o *Jornal do Tocantins* disse:

O capim dourado veio no tempo certo, na época em que o artesanato com o buriti já está acabando. Nós vamos investir nos artesãos tentando melhorar a qualidade. O capim dourado para nós é como uma descoberta do ouro para os Xerente. (GOUVEIA, 2004).

Esta pesquisa de etnobotânica e ecologia populacional do capim-dourado forjou uma narrativa sobre o “povoado de mumbuca” e seus efeitos foram inúmeros, principalmente a não afirmação da identidade quilombola, mas sim como “moradores” ou “residentes” de uma unidade de conservação. Isso desencadeou efeitos bastante concretos para a fortalecimento das unidades de conservação e, em contrapartida, uma série de dificuldades para o reconhecimento indenitário e territorial.

Três campos úmidos de ocorrência de *S. nitens*, que sofreram queima em 2002 e onde a colheita de escapos ocorre tradicionalmente, foram escolhidos para amostragens de ecologia populacional. As áreas localizam-se no interior do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), especificamente na Vereda do Antônio (VA) (10° 21' 97" S; 46° 34' 91" W), Vereda da Extrema (VE) (10° 21' 15" S; 46° 36' 54" W) e Vereda do Porco Podre (VP) (10° 18' 89" S; 46° 39' 74" W); as distâncias entre as áreas, em linha reta, são de 3,5 km (VA-VE); 6,9 km (VE-VP) e 10,3 km (VA-VP). (SCHMIDT, 2005, p. 45).

Os campos no qual os experimentos, foram realizados, pertencem ao Território de Mumbuca. No entanto, foram sistematizados na pesquisa como sendo áreas do Parque Estadual do Jalapão. Em muitos momentos somos referidos como “moradores locais”, “moradores da região”, no máximo comunidade “negra da Mumbuca” termos que não pertencem a categoria que garante direito identitário.

Apesar dos nossos desapontamentos com a escrita científica, fatores como estes, estimulam a necessidade de envio dos nossos, para espaços acadêmicos com o propósito não apenas de sermos inseridos mas, sobretudo, para poder pautar conteúdos contra-coloniais.

Percebe-se que pesquisa como de Faleiros (2002), Tocantins (2003), Milhomem (2006), Santos (2007), Gomes (2007), Nunes (2013), Soares (2014), Anjos (2015) e Caracristi (2016). Demonstram interesses de pesquisadores, universidades, empreendimentos empresariais, instituições governamentais e religiosas. Além de que algumas destas, o povo de Mumbuca não conhece o pesquisador (a) e não foi assinado nenhum termo de consentimento livre e esclarecido, seja de cunho individual ou da representação institucional dos mumbucas.

Nesta disputa de interesse, quase sempre os quilombos são estudados com o propósito de dominação, doutrinação, expropriação, exploração dos nossos bens, riquezas imateriais e materiais. Identificamos que a maioria das pesquisas realizadas

no Jalapão, tiveram ênfase nas questões ambientais. Geralmente um ambientalismo puramente conservacionista, que não considera e nos desqualifica como agentes possuidores de relações protetiva da natureza: denominamos tal abordagem como ambientalismo colonialista.

Embora exista ambiguidade com as referidas pesquisas, reconhecemos os resultados, descobertas e sugestões extraordinárias para a sustentabilidade da espécie e do fazer artesanato,

neste sentido, estudos de ecologia aplicada e divulgação de seus resultados são importantes. A discussão com os extrativistas, por meio das associações, e estabelecimento de regras e acordos para o uso sustentável dos recursos naturais são fundamentais. (SCHMIDT, 2005, p. 36).

E assim, defendemos uma ciência que não sobreponha as concepções quilombistas, mas contribua na ampliação de saberes que sejam eficientes em defesa das vidas. Nisto, estamos construindo possibilidade excepcional de provocar estudos e experimentos científicos em conjunto com o conhecimento quilombola, construindo caminhos confluenciados, não apenas, reconhecendo, mas afirmando a existência de conhecimento quilombola sem suprimi-lo.

As áreas estudadas, campos úmidos queimados em 2002, apresentaram maior floração em 2003 do que em 2004. Este resultado corrobora o conhecimento tradicional de que a produção de escapos é maior no ano subsequente a queima. (SCHMIDT, 2005, p. 83).

Para além de receber e permitir estudos e experimentos científicos em nosso quilombo, estamos indo para academia, em um processo que não iremos apenas ser modificados, queremos que os nossos conhecimentos modifiquem as estruturas acadêmicas.

Os acadêmicos do quilombo ao adentrarmos, não estraremos sozinhos, conosco estão muitos e estamos em um ideal. Em um lugar fronteiro e perigoso. Pois corremos o risco de sermos seduzidos para o estado de apenas nos deixarmos ser desconstruídos.

Aos ocupar o espaço do entre lugar, universidade e quilombo. Nos dispormos ao lugar fronteiro, vez e outra o quilombo precisa saber se estamos cumprindo o ideal, e uma das estratégias é nos reprovamos em algum aspecto propositalmente, como

teste para saber se permitimos o ego acadêmico estar nos dominando. De forma própria o quilombo faz o controle sobre nós, não permitindo nem nós, nem outros os dominar.

Uma das grandes reflexões entre nós pesquisadoras é como devemos agir para não desapontar os propósitos do quilombo. Temos construído o princípio das estranhezas:

*Temos estranhos*

*Os gravadores*

*Temos estranhas*

*As canetas*

*Temos uns estranhos*

*Os computadores*

*Muitas estranhezas*

*Somos estranhos, entre eles*

*E as vezes entre nós.*

*(Grupo GQMP)*

Neste processo nos permitimos sermos estranho (as), estranhar e ser estranhado (as). A partir do ano de 2012 temos formados (as) duas assistentes sociais, cinco pedagogas, três licenciados em educação do campo. Em formação: três licenciaturas em educação do campo: habilitação artes e música, uma engenharia ambiental, um em Matemática, quatro em ciências biológica, uma em história. Ademais, outros seguem na disputa por vagas do ENEM, vestibulares e duas pleiteando mestrado.

Estamos sendo deliberativos e construindo nosso protagonismo, os mumbucas pelos mumbucas, não nos fechando entre nós, e nem abrindo para todos de qualquer forma.

Nesta construção é importante destacar que entre as diversas áreas das ciências, que tem desenvolvido pesquisas em Mumbuca. Desde então, ressaltamos a confluência inédita em pesquisa, realizada com alguns componentes do grupo de pesquisa GQMP construiu-se experiência no âmbito de pesquisa, tanto pela disposição, quanto pela metodologia e a capacidade de incidência dos pesquisadores

de Mumbuca. Iniciada em fevereiro de 2017 a pesquisa de doutorado do professor Marcus Facchin Bonilla, pesquisa intitulada: “Minha viola é de buriti: tese-inventário e musicalidade do quilombo Mumbuca”. Conforme descrito na primeira publicação coletiva produzida pelo grupo,

no primeiro encontro do pesquisador com as pessoas desse povoado para tratar dessa pesquisa, ficou acordado com as lideranças, acadêmicos e artistas da comunidade que, em forma de contrapartida ao desenvolvimento dessa pesquisa, haverá um empenho para com o registro das produções musicais da comunidade de forma escrita (partitura), por entender de se tratar simbolicamente da “linguagem dos brancos”, o que poderá trazer desdobramentos tanto para a publicação dessas obras em formato de livro (Songbook), como na segurança jurídica, possibilitando seu registro de direitos autorais junto à Biblioteca Nacional. Esse registro também irá auxiliá-los no desejo de realização do registro do instrumento produzido pela comunidade, a Viola de Buriti, junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Esse empenho será construído de forma coletiva com a aplicação do Inventário Participativo (IPHAN, 2016) fornecido pelo instituto, e que contará com dossiês e um documentário. Após uma reavaliação do projeto, houve o entendimento de que essa contrapartida deve ser, na realidade, a própria metodologia de condução da pesquisa, levando-se em conta que serão feitas entrevistas e um documentário que, em si, é uma poderosa ferramenta de pesquisa, além de que, contará com a colaboração de um grupo de pesquisadores da própria comunidade. (BONILLA *et al.*, 2017b, p. 2).

Essa pesquisa mencionada acima é a materialização da tentativa de confluências de conhecimento, uma quebra de paradigma, como em nenhuma outra pesquisa realizada no quilombo. Tanto pela a metodologia da Educação do Campo e a Etnomusicologia Participativa/Aplicada, quanto pela participação de seis acadêmicas de Mumbuca, e a participação ativa dos violeiros, mestras das cantorias e a associação. Concordamos no que diz, Seeger (2015, p. 278) “A Etnomusicologia aplicada pode ser perigosa. Não há como prever quem poderá se machucar se alguém cometer um erro sério”.

Registra-se na nossa percepção o belo da ocorrência dos diversos embates no percurso da construção desta pesquisa, não apenas percorremos pelo perigo, como apresentamos amadurecimento em enfrenta-lo. Como grupo, nos permitimos ser machucados e machucar também.

Foi necessário nos machucarmos, não fazendo apologia ao sofrimento, mas compreendendo que promovemos encontros de matrizes referenciais de

conhecimento que disputam, geralmente uma para não ser suprimida e a outra para suprimir.

O grupo de pesquisa, decidiu escolher o caminho das confluências a partir de dores e curas. A capacidade em sermos resolutivos nos levou vislumbrar quase que a certeza que é possível, construir conhecimento em confluência em vez de influência, pois a influência um lado tende a dominar, enquanto a confluência ambos os lados se possibilitam a construir e desconstruir, em uma simbiose de dupla afetação.

Esta pesquisa se materializou como resultado concreto e confluído que é possível construir pesquisa que contemple aos interesses de todos os sujeitos da pesquisa.

Foi possível produzir de forma compartilhada oito artigos científicos, seis deles já foram publicados, e dois resumos publicados em anais de eventos.

Matos da Silva (2018) sistematiza tal construção em seu Trabalho de Conclusão de Curso:

Para a construção dos artigos utilizamos de dois tipos de metodologia em suas construções. Em Bonilla, et al (2017a; 2017b; 2017c) fizemos da seguinte forma: cada pesquisadora escrevia seu entendimento sobre o tema do artigo e, em seguida, enviava para o professor Marcus fazer as devidas correções na norma da academia, depois o mesmo mandava de volta para o grupo fazer as leituras e aprovações. O artigo Bonilla, et al (2018) teve outra forma de construção. Eu, juntamente com as pesquisadoras Keila Barbosa, Ana Claudia Matos, Givoene Matos e Nubia Matos, nos reunimos na escola Estadual Silvério Matos para debater sobre o tema e, em seguida, fazer a nossa contribuição escrevendo coletivamente. Este processo de escrever coletivamente foi o que mais marcou o grupo de pesquisadoras, pois o rendimento geral foi melhor, apresentando um resultado mais coerente. (MATOS DA SILVA, 2018, p. 24).

Pondera-se, de forma geral, que entre todos os excelentes resultados da pesquisa acima mencionada. O que ficou como legado, foi o rompimento com lógica comum das instituições religiosas eurocristã e as universidades euro-ocidentais, tendem a nos perceber a partir de olhares de “salvamento” ou seja, como se naturalmente os povos contra- coloniais, fossemos os “necessitados”, os que precisam serem “resgatados”, “organizados”.

Tantos as instituições religiosas fazem isto, no sentido de nos livrar do “inferno” e levar para o “céu”, quanto as instituições acadêmicas, insistem, geralmente, em nos livrar da “ignorância” e nos levar para o “conhecimento”. Como sujeitos da pesquisa,



nos esforçamos e rompemos com tal postura colonialista, não permitindo sermos considerados “ignorantes” e nem sermos ignorados.

Construímos caminhos, para além de sermos apenas participantes coletores de dados, atuamos de forma incisiva em todo percurso da pesquisa, exigindo a existência cosmológica, os nossos teóricos, que até então a universidade e o pesquisador externo não os conheciam, entre outras justificativas. Como impacto disto, todos os teóricos colocados nos trabalhos de monografia das pesquisadoras de Mumbuca, não foram aceitos e foram retirados das escritas.

Diante disso o grupo teve a oportunidade de dialogar no dia 18 de abril de 2019 com o pesquisador externo, juntamente com representantes da universidade e pactuamos que os nossos teóricos/históricos irão compor também os teóricos estudados no curso de Educação do Campo da UFT campus Tocantinópolis. Um encaminhamento extremamente inédito e relevante.

Conforme Antonio Bispo dos Santos vem nos alertando pelas falas, devemos compreender profundamente a matriz dos pensamentos que produzem o sistema colonialista e suas respectivas organizações, para tanto ao invés de utilizar como metodologia e referências teóricas produzidas pelos euro-ocidentais e seus descendentes, como somos induzidos, corremos o risco de atravessarmos as fronteiras dos nossos referenciais. Nisto devemos apenas compreendê-los e usarmos como instrumento investigativo ao nosso favor, na construção das confluências ou não. Não estamos demandando que sejam utilizados apenas as nossas metodologias e referenciais, no entanto, não abrimos mão de coexistimos. A pesquisadora Sirlene Matos da Silva se fundamentou na referência da metodologia inspiratória:

A metodologia inspiratória foi para essa pesquisa o desdobramento de todos os encontros, pois foi pela fala do mestre Arnon Tavares que percebi que tocar esse instrumento é decorrente de uma inspiração. Inspira-se em outro violeiro, mas usando-se da sua própria criatividade, trazendo novos elementos para antigos/novos repertórios, recriando-se assim seu próprio processo de aprendizado. (MATOS DA SILVA, 2018, p. 33).

Nossos referenciais não devem ser utilizados apenas como informantes de pesquisas, são referência para nossa existência. Conforme fala do Mestre Arnon Tavares (MATOS DA SILVA, 2018):

Isto é bom, o que eu sei, eu tento passar para muitas crianças. Vem aí as novas gerações, isso é importante assim como eu INSPIREI em alguém outrora eu quero que a minha inspiração venha passar para mais geração que vem aí. Eu tenho um sobrinho que fez uma viola para ele, estou ensinando ele no momento que ele vem para casa, tiro um tempo para ensinar ele tocar a viola, ele é o Cristiano meu sobrinho. E aí aqueles que interessar eu estou à disposição a ensinar e passar o que sei para mais pessoas que vem aí... que as crianças é o futuro de amanhã. Todos nós estamos neste mundo de passagem um dia nós não vamos estar aqui mais... e aí? Eu espero que venham continuar a nossa cultura, isto aqui não pode parar, pois é tradição antiga. (MATOS DA SILVA, 2018, p. 33).

Conclui-se, recomendando a leitura como exemplo de pesquisa admirável a tese intitulada “Minha viola é de Buriti: tese-inventário e musicalidade do quilombo Mumbuca” construída simultaneamente ao tempo desta dissertação. Pelo pesquisador externo Marcus Bonilla, Universidade Federal do Pará, construção com participação incisiva de pesquisadores de cosmologias e estágios diferentes de conhecimentos.

### **3.3 Lei nº 2.106, de 14 de junho 2009, reconhece o capim dourado como patrimônio cultural do Tocantins**

Estamos na incessante tentativa de compreender as trajetórias, para firmarmos nossas posições. Nisto, estamos fazendo questionamentos: há quem servem as leis?

Pelo falar, Antonio Bispo dos Santos nos auxilia no posicionamento afirmando que, no Brasil, os Quilombos foram tidos como organização criminosa desde os ditos primeiros navios negreiros até a promulgação da lei áurea em 1888. A Lei Áurea, no entanto, não revogou as leis que criminalizavam os quilombos, apenas silenciou, até a Constituição de 1988. Só a partir de então, a dita constituição cidadã, é que os Quilombos e demais organizações dos povos afros no Brasil, em tese, deixam de ser organizações criminosas e passaram a ser consideradas organizações de direito. Com tudo, outras normas jurídicas, criminalizaram as expressões culturais, religiosas e outros modos de vidas praticados pelos povos africanos e seus descendentes, nos Quilombos ou em quaisquer outros territórios por eles ocupados.

Neste sentido, a trajetória histórica das normativas legais brasileira, nos auxilia no entendimento do contexto atual. Devemos entender as leis como escritas ilusória? Dito isto, para abordar sobre alguns artigos da Constituição Federal de 1988, até a

referida Lei nº 2.106 de 14 de junho 2009 que reconhece o artesanato de capim dourado como patrimônio cultural do Tocantins.

Decidiu-se discorrer este assunto, a partir de perguntas sobre as escritas que afirmam que somos sujeitos de direitos. Não temos como propósito responde-las, mas provocar reflexões aos leitores, para que os mesmos formulem suas respostas e criem outros questionamentos.

O artigo quinto da Constituição brasileira, nos assegura que “todos são iguais perante a lei”, mas a mesma, não tem se efetivado para garantia da nossa existência plena. Será se de fato estamos entre estes “todos”?

Formos retirados do nosso primeiro território, há aproximados cinco séculos, no entanto, ainda não conseguimos o nosso território definitivo em terras brasileiras. Portanto, assim diz as escritas “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Tal escrita do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em vigor há trinta anos, e até o ano corrente, pleno século XXI no Estado do Tocantins, não ter nenhum quilombo com seu território definitivo. Este fato demonstra que estamos à margem do ordenamento jurídico? E o direito assegurado nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988?

Art. 215, §1 – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro- brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. ” “Art. 216- Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988).

Ao analisar as escritas constitucionais, deparamos com prerrogativas que asseguram nossas manifestações afrobrasileiras e nosso modo de criar, fazer e viver como patrimônio cultural imaterial brasileiro? Existe verdades jurídicas na dita escrita constitucional?

Os quilombos de todo Brasil, estavam em mobilização há 14 anos acompanhando a tramitação da ADI 3239. No ano 2018 ocorreu o julgamento e a decisão da maioria dos votos dos ministros do STF pela total improcedência da Ação contra o Decreto 4.887/2003. Este decreto que regulamenta o procedimento para

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, seu Art. 2º diz que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. § 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental [...] (BRASIL, 1988).

Mediante a expressiva vitória no STF, ainda estamos a questionar, qual a resolutividade do decreto? Se estamos presenciando os desmontes de todos os aparelhos estatais de efetivação dos direitos quilombola? Qual a validade dos marcos legais em uma estrutura institucional colonialista? Quais vantagens, entre sermos totalmente desconhecidos, invisíveis ao estágio de supostos sujeitos de direito? Já que os instrumentos jurídicos não estão sendo efetivados, o que os quilombos devem e estão fazendo frente as escritas “mortas” da legislação brasileira?

Nisto, ainda em uma abordagem questionadora dos instrumentos jurídicos brasileiros, faremos breve análise especificamente da lei nº 2.106 de 14 de junho 2009. Na íntegra a redação da mesma,

LEI Nº 2.106, DE 14 DE JULHO DE 2009. Publicado no Diário Oficial nº 2.942

Reconhece como bem de valor cultural e Patrimônio Histórico do Estado do Tocantins, o artesanato produzido em Capim Dourado.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprovou, o Governador do Estado, nos termos do § 1º do art. 29 da Constituição Estadual, sancionou, e eu, Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM, Presidente da Assembleia Legislativa, nos termos do § 7º do mesmo artigo e da alínea “h”, do inciso 6º, do art. 26 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Reconhece como bem de valor cultural e Patrimônio Histórico do Estado do Tocantins, nos termos do artigo 138, § 1º da Constituição Estadual, o artesanato produzido em Capim Dourado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 14 dias do mês de julho de 2009; 188º da Independência, 121º da República e 21º do

Estado. Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM Presidente. (TOCANTINS, 2009).

Dessa forma apresenta-se pontos e análise desta normativa. Desde do ano de 2009, o artesanato em capim dourado, foi reconhecido como patrimônio histórico do Estado do Tocantins. No entanto, qual o real prestígio da tal lei para os artesãos que confeccionam tal artesanato patrimônio do Estado do Tocantins?

Como reconhecer o artesanato e não se importar com os artesãos? Não existe nenhuma salvaguarda para proteção dos sujeitos que fazem o artesanato em capim dourado. Pesquisadores demonstraram ação desrespeitosa do Estado com Mumbuca. Melo (2017) destaca que:

Santos (2007, p. 41), ao entrevistar uma pessoa que participou do planejamento do PEJ, obteve a informação de que foi criado “encima do mapa”. Desde esta época persiste uma tensão envolvendo o uso do território. Ainda em 2001, alguns meses depois da criação do mapa, equipes da Secretaria do Planejamento e Orçamento (Seplan), visitaram às comunidades para explicar os limites do parque, ou seja, depois da criação. Os representantes da secretaria foram recebidas com hostilidade e reivindicações para novos limites. Dentre os insatisfeitos com a criação do parque estava Mumbuca. Com a criação do PEJ, 34,3% da população de Mateiros está legalmente impossibilitada de exercer suas práticas rurais (TOCANTINS, 2003). Entretanto, mudar os limites do PEJ não constitui interesse do governo estadual, pois seriam consideradas áreas privadas e a NATURATINS não teria a mesma autoridade como órgão público. (MELO, 2017, p. 44).

O paradoxo em elaborar lei que reconhece o artesanato como o patrimônio, e ao mesmo tempo criam lei que retiram os artesãos precursores do seu território? Quando o Estado irá promover ações coerentes e sincera de forma integrada a preservar a vida humana dos que são responsáveis pela continuidade deste legado de fazer artesanato em capim dourado? Será possível construir política eficiente que valorize o artesão de forma digna?

Conforme Melo (2017),

As experiências de Mumbuca na região não estão somente no passado. Como exemplo, está o envolvimento do quilombo com os obstáculos de leis que regimentam o uso do território. Estas leis influenciam diretamente no que acredita ser necessário para garantir a existência do grupo, como de suas práticas (MELO, 2017, p. 62).

O artesanato com capim dourado foi originado no quilombo Mumbuca, a partir dos anos 2002 a produção do artesanato se popularizou, tornando de grande importância econômica para outras comunidades quilombolas e agricultores do Jalapão, além de comunidades indígenas e agroextrativistas de outras regiões.

Ao longo das descobertas do capim dourado, para além do território de Mumbuca, o Estado do Tocantins se aproveitou para firmar sua identidade cultural com o capim dourado. Conforme Melo (2017), “Como Estado mais novo da federação, o artesanato foi importante para o discurso do governo que o transforma em símbolo de beleza, tradição, cultura, história e identidade”.

Melo (2017) ainda afirma que,

nessa empreitada, o governador Siqueira Campos fez parte desta produção cultural dos primeiros anos do artesanato de capim-dourado. No período, o governo do estado investiu na afirmação da comunidade Mumbuca como nome de relevância para a diversidade dos povos que habitam o Tocantins. O artesanato passou a ser conhecido como uma referência do Estado, (MELO, 2017, p. 64).

Nesse sentido, algumas questões serão pontuadas por serem consideradas fundamentais para a proteção e preservação do patrimônio cultural incluindo os artesãos.

Existe uma proposta de lei enviada pela Casa Civil, para a Câmara Legislativa do Tocantins desde o ano de 2017, criando a Política Estadual de Uso Sustentável do Capim-dourado e do Buriti. Embora reconhecendo como importante etapa no processo de atualizar os instrumentos legais existentes e para a implementação de outros instrumentos. Tal minuta de lei dar ênfase apenas aos aspectos ecológicos. Retrata-se que escritas com viés ambiental, poderá contribuir com o uso sustentável destes e outros produtos que associam geração de renda e conservação do Cerrado. No entanto perde a eficiência quando não considera os atores que constroem tanto o artesanato, quanto a preservação do ambiente. A Elaboração de legislação por se só não se torna eficaz se não estiver vinculado a políticas pragmáticas de contemplação e valorização das vidas, onde haja mobilização e comprometimento dos segmentos, instituições e pessoas envolvidas na produção e proteção deste bem cultural.

Faz-se necessário, portanto, que crie interfaces com ações que viabilizem resultados pragmáticos imediatos como garantia dos territórios dos artesãos, não

existirá artesanato de capim dourado sustentável se as áreas de ocorrência do mesmo não forem livres.

É preciso promover ações de valorização e adequação de espaços de comercialização do artesanato, viabilização de matéria-prima, exposição, edição de catálogos, impedir o tráfico de capim dourado, construção de arcabouços que mostre o consumidor final, a importância de aquisição de artesanatos de legado cultural e respeito com o manejo sustentável. Por fim, as comunidades de artesãos devem serem tratados em todos os aspectos, inclusive em sua saúde, física, espiritual e social. Nisto, é fundamental a aliança sincera entre diferentes esferas e comunidade para construção de ações conjuntas e eficientes.

Considera-se, importante os instrumentos jurídicos. No entanto o que temos sentido na prática, é o que Antonio Bispo do Santos, tem nos falado, que a dita constituição cidadã, mesmo nos reconhecendo como sujeitos de direitos, não reconhece de fato e não descriminaliza a nossa existência e consequentemente os modos de vida, pensados e processados durante todas nossas trajetórias históricas de defesas contracolonialistas. Em muitos casos, quando não criminalizam as nossas práticas, expropriam de nós.

Enquanto isso, no âmbito geral, a sociedade pseudo brasileira, ou melhor euro colonialista mantém todas as formas de discriminação, demonstrando que o estado democrático de direito, é nada mais, nada menos, que a legitimação da sociedade colonialista e a constituição dita cidadã e seus instrumentos legais, ao nos citar como sujeitos de direitos, não garante nossas condições de vidas, ao contrário, tem sido uma tentativa de revogar as nossas defesas.

## **CAPÍTULO 4 – PADRÕES HEGEMÔNICOS DE REPRESENTAÇÃO DO QUILOMBO MUMBUCA**

### **4.1 A representação jornalística (em reportagens de ecoturismo)**

No processo de pesquisa desta dissertação, percorremos, o caminho investigativo para juntar um conjunto de informações diversas sobre representação do quilombo, tanto em mídias escritas como em reportagem de audiovisual. Dentre as reportagens encontradas destaca-se a reportagem da TV Globo, em abril de 1999, uma das primeiras. A apresentadora Glória Maria, faz abertura do programa Fantástico, com os seguintes dizeres: “Uma cidade brasileira, finalmente, entra no século XX as vésperas do século XXI”. O apresentador Pedro Bial, continua: “Mumbuca vive hoje um tempo iluminado”. E assim a reportagem mostra como foi a chegada da energia no quilombo.

A primeira moradora de Mumbuca entrevistada pela repórter Jocielma Santana diz: “Hoje nós estar achando que estamos no meio da sociedade, através da energia” Um outro morador afirma: “É um milagre é uma coisa que a gente espanta, a gente fica até com medo, a gente passa pela esta estrada ai, vendo os portes vendo os fios, a gente fica espantados mais sabendo que já chegou em nosso meio, a gente não acredita mais quando ver a claridade a gente passa a acreditar né”.

Foi nos anos 2000 que, pela primeira vez, conseguimos assistir a reportagem que o programa Fantástico, da Rede Globo, fez de nós. Foi inacreditável nos vermos dentro da TV.

O programa mostrava de forma espantosa e sensacionalista o nosso jeito de viver isolados em terras jalapoeiras e de muitos dos mumbucas não conhecerem coisas da cidade grande, como energia elétrica, agua enganada, tv etc. Impressionados pelo nosso artesanato o repórter dizia ter encontrado o artesanato que brilhava como ouro.

Os principais programas de TV que realizaram reportagens identificadas no âmbito desta pesquisa, foram: Fantástico (Rede Globo) Globo Reporte (Rede Globo) “Domingão do Faustão, (Rede Globo) Globo universidade, (Rede Globo) Ação (Rede Globo), Globonews (Rede Globo) Mais Você (Rede Globo) e os programas das emissoras de televisão, Câmara Record (Record), Planeta Turismo (SBT), Caminhos da reportagem (TV BRASIL), e Jornal da Band (BAND). E as novelas Araguaia, (Rede



Globo, 2010) e Outro lado do paraíso (Rede Globo, 2017). Identificamos as seguintes reportagens publicadas em revistas: Vogue, Veja, Mari Clair, Casa e Jardim, TrustMe, Ações Legais e a TAM nas nuvens. Survivor: No âmbito internacional identificamos o *Tocantins Cast* programa de televisão norte-americano. Além de reportagens independentes das agências e operadoras de turismo que atuam no Jalapão e mídias do Estado.

E assim o mundo foi nos descobrindo, o Estado do Tocantins, investindo na divulgação do artesanato. Em diversos veículos de comunicação o capim dourado, foi denominado como “ouro do Cerrado”, “ouro vegetal”.

Neste aspecto, o pesquisador MELO (2017) destaca:

Em relação ao profissional da comunicação, deve-se destacar que desde o início da propaganda feita com o nome capim-dourado, o governo estadual não teria êxito sem a ação da imprensa. Assim como representantes da política, a divulgação nos meios de comunicação é parte intrínseca à midiatização do artesanato e da Comunidade. A atuação na exposição dos nomes como Mumbuca, Capim-dourado, Jalapão faz parte da criação e projeção do artesanato e da região. Mumbuca tem sido constantemente visitada por jornalistas, fotógrafos e documentaristas interessados em produzir, divulgar e vender seus programas, com ênfase para os dias de Festa da Colheita do Capim-dourado. Para as produções de filmagens, é comum a simulação da colheita em campos próximos, a costura em grupo, criação de cenários de uma aura e vida idílica nas veredas. (MELO, 2017, p.84).

E nisto, o nosso artesanato ganhou caráter glamoroso, e passou a ter preço atrativo, a planta passou a ser cobiçada por número cada vez maior de pessoas. Houve deslumbramento. Na euforia do boom, que aconteceu na primeira década do ano 2000, chamávamos a matéria prima de “capim de vereda” uma decisão compartilhada dos mumbucas, como forma de dialogar com o mercado. Fomos impulsionados a constituir associação e alterar o nome da matéria prima para então capim dourado.

Em paralelo a todas as reportagens e assédios de turistas, especialmente os chamados jipeiros, tínhamos que potencializar na mídia de forma explícita o orgulho de ser jalapoeiros, quebrando assim com a ideia pejorativa de que ser jalapoeiro era ruim.

Depois da descoberta, inúmeras notícias sobre o Jalapão se espalhavam Brasil a fora, e fomos nos tornando um dos roteiros turísticos do Jalapão. As tantas matérias

para mídia impressa televisiva, tiveram muitos lados, o que ainda se constitui num desafio.

E praticamente todas as atividades realizadas em termos de mídia, projetos, reportagens e pesquisas científicas na comunidade têm focado apenas essa temática. Nos condicionam somente a ser um “povoado” que confecciona um artesanato que tem brilho semelhante ao ouro. Vale destacar que, de forma proposital, “aproveitamos” desta exposição midiática, para não sermos retirados do nosso território pelo Parque Estadual do Jalapão, pois sermos conhecidos fazia parte da estratégia de resistência.

O lado extraordinário deste dilema é que os mumbucas, possuem capacidade crítica de fazer análise do contexto no qual estamos imersos, percebemos os riscos do destaque apenas para o monoextrativismo do capim dourado, podendo assim causar invisibilidade da nossa sociobiodiversidade. Conforme percebido pelo pesquisador Melo,

Por trás de imagens esquematizadas está o exotismo aliado ao mercado do artesanato fomentado pelo meio de comunicação. A venda da imagem da Comunidade não é algo aceito entre todas as artesãs, no entanto, as mais experientes entendem que sem a divulgação, de dentro da comunidade, a venda do artesanato fica mais difícil. Também compreendem que a excessiva exposição tem vendido uma ideia irreal de Comunidade resultado de uma excessiva projeção do produto (MELO, 2017, p. 64).

De fato, ainda é possível perceber certo deslumbramento de alguns dos membros da comunidade, diante das facilidades econômicas proporcionadas pelo dinheiro das vendas do artesanato em capim dourado. No entanto, os Mumbucas não se permitem serem dominados por tal possibilidade. Já ocorreram casos de grandes empresas realizarem proposta de contrato em grande escala de um determinado produto, e sermos unânimes em não aceitar a condição fabril de produção. Esta decisão teve como justificativa o argumento de que nossa existência é única e não queremos transformá-la em máquina de ganhar dinheiro.

Há algum tempo Mumbuca vem no desafio de realizar gestão desta exposição midiática, pois o controle implica também em proporcionar a preservação da privacidade do quilombo, com análises de quais assuntos devem ou não serem divulgados. E o desafio de mantermos o equilíbrio de estarmos constantemente tendo

que reproduzir a nossa história para diferentes agentes externos sem ser cansativo e enfadonho para o quilombo.

Salientamos que, em muitas reportagens, as nossas informações são apresentadas de forma inverídica e até racista. Isto por interesse comercial daqueles que querem vender a nossa imagem, seja como exótico, folclorizado, seja como carente e pobre necessitado.

Destaca-se que a proporção midiática é tanta, que no ano de 2018, no período do mês de setembro, da colheita do capim dourado, Mumbuca, recebeu os principais veículos de comunicação do Tocantins, e até uma equipe de TV da BBC de Londres. Muitos candidatos ao governo do Tocantins estiveram presente no quilombo, junto com eles prefeitos de cidades da região do Jalapão.

Temos percebido que uma grande parte das reportagens que procuram o quilombo já vem com roteiros definido e com nomes de pessoas escolhidos por agentes externos, no qual são convidados a narrar de forma “floclozizada” sobre as nossas belezas, raramente sobre as demandas. Enquanto sobre assuntos pertinentes a fauna, flora, pesquisas, biomas, é feito por pesquisadores externos ou gestores de alguma das unidades de conservação, existentes no Jalapão.

Com o turismo em crescimento, Mumbuca se vê no dilema de cada dia, manter-se entre os atrativos turísticos e ao mesmo tempo garantir sua privacidade. Para não sucumbimos aos interesses externos, estamos a cada dia afirmando quem somos, a nossa lógica de vida, sem importar tanto com o que dizem sobre nós. Pois são muitos tecendo opiniões de cunho preconceituoso. Para exemplificar, um dos visitantes escreveu na internet o seguinte comentário sobre o quilombo Mumbuca: “Não gostei do local. Totalmente diferente do que vemos no *youtube*. Quilombolas andando de Amarok e com relógio banhado”.

Nos deparamos com diversas situações em que veículos de comunicação, órgão de governo, universidades, agencia de turismo, instituição religiosa etc, tende as nos dizer que deveríamos ser assim e não assim, as nossas casas deveriam ser para sempre de palha e não de telha. Deveríamos ter religião x em vez de y.

Diante de todos os pré-julgamentos, os Mumbucas estão construindo sua autonomia com propósito na gestão e equilíbrio fundamentado naquilo que somos e o que nos faz viver com liberdade. Por isto, estamos construindo nossa própria mídia, nas redes sociais, estamos mostrando quem somos a partir dos nossos próprios olhares.

Existe publicações sobre nós que não passam de construção de narrativa aprisionadora e estática no passado. Muitos defendem que se andávamos descalços no século passado, deveríamos continuar andando, caso tenhamos sandálias, devem ser de coro feita de forma rudimentar exatamente como o passado. Somos constantemente “taxados” de perdedores da cultura.

Enquanto afirmamos que tal visão é colonialista uma vez que não entende que, como uma sociedade dinâmica, estamos em constante processo de adaptação ou reedição. Defendemos a liberdade de escolha. O ato de sermos oriundos de um continente no qual fomos retirados a força e chegando aqui, conseguirmos e construímos nosso território livre, nisto não aceitaremos imposições.

No processo de preparação para domínio de instrumentos e linguagens, ao nosso tempo e condições temos construído as nossas mídias independentes, inclusive, com domínio de técnica de audiovisual.

O ato de saber, os resultados e as consequências das exposições, Mumbuca, sabe que em tudo não existe apenas dois lados. Entre os lados estamos em constante processo de reavaliar, ponderar, reprovar e aceitar relações com estas interfaces.

Somos sabedores que, em geral, nossas demandas e a nossa realidade não tem visibilidade, em um país colonialista a comoção é seletiva. A partir da capacidade de gestar tal situação, os mumbucas se veem na responsabilidade de não deixar ser dominados ou ofuscados pelos brilhos. Nosso desafio é saber lidar com tal conjuntura.

Acreditamos na nossa capacidade de lidar com os riscos. Constantemente nos autoquestionarmos, sobre a não possibilidade de furtarmos aos debates, temos que relacionar com diferentes agentes, sem sermos oprimidos. A partir da experiência que somos povo indomável nos aspectos, social, cultural e espiritual.

Diante disso, estamos construindo processos próprios de defesas. Estamos a cada dia, sabendo fazer a seleção de pessoas chaves, no qual estabelecemos relações de confiança, com turistas, agencias turística, pessoas públicas, pesquisadores, e governos de distintas instâncias. A nossa forma compartilhada de existir, nos garante tal firmeza na capacidade de articulação, fortalecimento ou (re)edição dos nossos territórios, utilizando-se do capim dourado como uma isca no severo. Não temos a mídia, como um problema insuperável, a mídia tem provocado diversas questões que nos ensinam a lida com mundo externo.

#### **4.2 A representação ficcional na telenovela "O outro lado do paraíso"**

No decorrer do processo de pesquisa e escrita deste trabalho, escrever esta subseção, foi a mais dolorida de todas as partes. Dores de diferentes níveis, pessoal, coletivo racial e ancestral. Para finalizar tal escrita, contei com grande apoio no ato de escrever e leitura conjunta com o grupo, em especial da pesquisadora Nubia Matos, sem este acompanhamento, sem as reflexões, sem o apoio para secar as lágrimas não teria conseguido. A decisão conjunta do grupo GQMP de realizar em descrever este processo, não se dá pelo fator da culpabilização versus vangloria das pessoas do quilombo ou desta pesquisadora ou qualquer outro agente externo. Mas para alertar que qualquer ação realizada por agentes de dentro ou de fora do quilombo tem consequências que poderão causar danos irreparáveis.

Percorremos o caminho de escrever esta parte, utilizando-se da fundamentação teórica da escritora negra, norte-americana, Bel Hooks, especialmente no livro *Olhares negros: raça e representação* (2019).

Precisa-se contextualizar, por qual razão faremos uma breve análise de uma obra fictícia. Penso que a história se inicia no ano 2000. Pela primeira vez o povo de Mumbuca, assiste uma novela, “Cravo e a Rosa” uma adaptação feita pelo dramaturgo Walcyrr Carrasco da obra *A megera indomável* do dramaturgo inglês William Shakespeare. Uma novela que tinha como protagonista o casal, Petruquio e Catarina com uma linguagem do povo do campo.

No ano de 2007, já com 20 anos, ganhei o segundo livro, *Em busca de um sonho*. E este livro, do dramaturgo e escritor Walcyrr Carrasco. A partir de então ao ler sobre a trajetória dele voltei as lembranças e desejos de ser escritora um do sonho da personagem inspiradora Raquel do meu primeiro livro. Nisto, passei a desenvolver admirações por este escritor. A medida que os tempos foram passando, passei a buscar outras obras dele, o jeito simples dele escrever tocava em mim.

Uma amiga fez a inscrição da iniciativa casinha da arvore, uma ação educacional que idealizei no ano de 2004 no quilombo Mumbuca. E no ano de 2016, foi uma das iniciativas finalistas do 8º Prêmio Vivaleitura do Ministério da Educação, categoria 1 Cidadão Promotor da Leitura.

Nisto, fui até Brasília, participar do momento de premiação de todas as iniciativas. Para minha supressa um dos que estava fazendo entrega dos prêmios era o meu escritor predileto Walcyrr Carrasco, na ocasião tive a alegria de pessoalmente poder contar a ele sobre a inspiração da escrita dele para minha vida. Uma noite

inenarrável, pois não imaginava que poderia encontra-lo pessoalmente. Conforme registrado por ele na revista *Época*:

Há meses entreguei um prêmio no Ministério da Educação, em Brasília, para professoras que criaram projetos de incentivo à leitura. Uma das vencedoras me disse, emocionada: “ – Comecei a ler por sua causa” É o tipo de mensagem que faz a vida de um escritor valer a pena! Ela vinha do quilombo Mumbuca, no Jalapão, Tocantins. Convidou-me para visitá-lo. Aceitei. Escrevia uma novela na época, esperei terminar. Há semanas parti. Desci em Palmas, capital do Tocantins. Lá, um guia me levou ao Jalapão, parte pouco conhecida do país, belíssima, com montanhas, areias, dunas, cachoeiras. Quando chegamos à pequena cidade de Mateiros, tivemos a notícia. O quilombo estava inacessível. A ponte que o liga ao resto do mundo sofrera um incêndio criminoso. (CARRASCO, 2016, p. 29).

E assim, em setembro de 2016 ele veio até o quilombo. Ainda deslumbrada com tal situação, foram muitas conversas, ida ao campo dourado e assim ele passou o dia no quilombo. Na época a única ponte de madeira que dava acesso ao quilombo tinha sido queimada criminosamente. Ele fez publicações importantes chamando atenção do poder público para a nossa situação de isolamento. Após meses em campanha para construção da ponte, fiz contato com ele novamente, na campanha para arrecadar valores para construção da ponte, na época estava faltando treze mil reais para completar os valores já arrecadados. Ele foi solícito, mobilizou outra pessoa e fizeram a doação deste valor, em dinheiro.

Neste tempo, o que não sabíamos era que ele tinha inspirado no Jalapão e com a nossa história de vida e estava desenhando sua próxima novela. E a ponte construída fazia parte do projeto de viabilização do interesse do mesmo.

Ele, em nenhum momento, nos falou sobre tal interesse. Baseado apenas no que chamam de “liberdade poética”. Quando os produtores foram até a comunidade, fizemos uma reunião com eles no quilombo, logo percebemos que o quilombo estava dividido entre os que queriam a novela e os que não queriam aceitar que uma novela em um horário considerado nobre, retratasse as nossas vidas de forma tão expositiva e sem nenhum plano de mitigação etc.

Diversas vezes, nos reunimos para discutir com as lideranças do quilombo sobre as vantagens e desvantagens da novela. Um dos argumentos de aceitação, se dava pela possibilidade de divulgação e venda das nossas produções. Entre tantos argumentos das desvantagens, era também atrair diversos interesses para o Jalapão.

Neste debate o grupo a favor da novela foi o vencedor. No entanto, já não fazia diferença, entre ser a favor ou não. A Rede Globo de televisão já tinha feito a articulação com o Estado do Tocantins, Município etc. Nós, grupo de pesquisa, composto em sua maioria por jovens, nos posicionamos contrários por diversos motivos. No entanto, não temos poder da decisão, apenas somos formadores de opinião e juntos com o quilombo construímos reflexões que apontem os lados para as decisões serem tomadas de forma conscientes. Em cunho pessoal, meu sentimento era de culpabilidade, me sentia idiota, por ter acreditado em um branco, e para além de acreditar, fui a responsável por convidar ele para o quilombo, abrir as portas das nossas casas e vidas. Passei a entender que o dramaturgo, escritor que me inspirava, se tornou um “ladão de história”. O “roubo” foi causador de prejuízos imensuráveis.

E assim a questão quilombola fez parte da agenda nacional, sendo tema de telenovela da maior empresa de comunicação privada do país e a quarta maior do mundo, a Rede Globo. A novela “O outro lado do paraíso” teve como cenário o Jalapão e o Quilombo Mumbuca como um dos núcleos de personagens da telenovela, sendo a protagonista negra da trama uma negra quilombola.

Após contextualização, a partir de agora passaremos a tecer análise sobre o conteúdo da obra fictícia “O outro lado do paraíso”. O enredo da novela, apresentou a história de uma jovem quilombola de um quilombo por nome Formiga, que sai do quilombo a procura de estudos, a personagem feita por uma atriz negra, (Erica Januza), na trama ganhou o nome de Raquel, em menção a primeira personagem do livro que li e contei a história ao dramaturgo. O triste da narrativa construída na ficção, foi assistir a afirmação dos estereótipos sobre as vidas negras, especialmente das mulheres. O papel comum de ser empregada doméstica na cidade.

Embora, sabendo que é possível, construir outra opção de narrativa, sendo minha história a inspiração para tal, fui para cidade fiz curso superior e em nenhum momento precisei ser empregada doméstica, dito isto, não para menosprezar um trabalho digno, mas para dizer que não existe apenas esta condição de trabalho para jovens negras quilombolas, que saem dos interiores rumo as cidades. Nisto concordamos com o que diz Bell Hooks (2019),

Estereótipos são uma forma de representação. Como as ficções, são criados para servir como substitutos, postos no lugar da realidade.

Não estão lá para dizer como as coisas são, mas para estimular e encorajar o fingimento. São fantasias, projeções sobre o Outro para torná-la menos ameaçador. (HOOKS, 2019, p. 303).

De diversos jeitos, tentamos incidir na narrativa fictícia, no entanto as justificativas, eram de que se tratava de um produto consumido pelo público que nunca estiveram dispostos a abdicarem de ponto de vista colonialista e consumirem outras perspectivas sobre as vidas negras. Conforme Bell Hooks (2019, p. 303), “Estereótipos sobram [...]. São uma invenção, um fingimento de que se sabe quando os passos que levariam ao verdadeiro conhecimento possivelmente não podem ser dados ou não são permitidos”.

No decorrer da trama a protagonista quilombola Raquel, se apaixona pelo filho da patroa. Quando a patroa descobre, ocorre diversas ofensas racistas, e em nenhum momento, recebeu alguma punição pelo crime de racismo. Bell Hooks (2019) nos auxilia no entendimento da construção e reprodução social do imaginário para além da realidade brasileira,

Há poucos filmes e programas de televisão que tentam desafiar as crenças de que relacionamentos sexuais entre mulheres negras e homens brancos não se baseiam apenas em relações de poder que espelham o paradigma senhor/escrava. (HOOKS, 2019, p. 150).

Assistimos de forma minuciosa, a naturalização de um crime ocorrendo, uma apologia extremamente eficaz, sobre a insignificância dos corpos negros e nos condicionando ao lugar de telespectadores conformados, com a reprodução da Casa Grande do século XXI. Em um país que a invasão foi considerada como descobrimento, não se espera, outra atitude além de nos condicionar ao papel de objetos sexuais e trabalhadoras domésticas.

Acreditamos na nossa capacidade constante de luta para escrever a nossa própria representação, pois sabemos que os enredos das telenovelas, geralmente, são escritas por mãos racistas, descendentes dos colonialistas. Sendo previsível o fato de que não se importarão em lucrar com as nossas belezas ou agruras sem o mínimo de pudor sobre o que pode acarretar como consequência. Bell Hooks (2019, p. 306) diz que “Njeri lamenta que ‘ninguém realmente nos conhece’. Ela escreve: ‘A ignorância institucionalizada de nossa história, nossa cultura, nossa existência diária é tanta que, geralmente, nós mesmos não nos conhecemos’”.



Vivemos em estado permanente de alerta, pois são muitas as investidas de nos tornar, seres desconhecidos de nós mesmos. E habitualmente temos o exercício de afirmar quem somos para nós mesmos. O imaginário trabalhado na novela, sobre a quilombola, foi tão marcado por uma lógica de lugar comum condicionado que, mesmo aparentemente, ela ter batalhado, se tornado juíza, quando ela se acidentou, nenhuma pessoa do quilombo foi estar com ela.

Ao se tornar juíza, ela não retorna ao quilombo, no imaginário “branco” os quilombolas que fazem formação acadêmica, devem ver o quilombo como lugar a ser superado. Isto vem ao contrário todos os debates e construções que estamos fazendo, junto aos quilombolas que adentram a universidade.

A Raquel se tornar a juíza quilombola, não representa sucesso, pois teve que desfazer de característica do seu povo e adaptando aos modos brancos, inclusive até o cabelo teve que amarrar. Na verdade isto é o extremo de uma violência disfarçada em glória, se nos é vendido que ser juíza é algo fantástico, se ao chegar neste lugar temos que negar os fenótipos originários, existe mais prejuízo do que ganho, nesta narrativa, quantas meninas negras vislumbra está rara possibilidade e a certeza que como Raquel elas terão de se descaracterizarem.

Neste aspecto, é preciso sabermos da necessidade de teorizarmos nossa existência. Bell Hooks (2019, p. 395), diz que “teorizando a experiência negra, buscamos revelar o encoberto, restaurar assim como desconstruir, para que novos caminhos, diferentes jornadas, sejam possíveis”.

Ao refletimos a narrativa exposta na telenovela, nos vimos, como se estivéssemos em um zoológico humano, tendo que contestar público que tem noção a partir de senso comum, realidade distorcida sobre quilombo. Além de que a novela nos mostrou para o mundo, como mulheres que se envolvem com o patrão branco. E muitos turistas tem abordado meninas do quilombo e ao ser questionado por tal abordagem assediadora, eles respondem na maior naturalidade: “a novela mostrou que vocês gostam de homens brancos”.

Representações que carregam tais visões são repudiantes, e temos construído argumentos em diversas instâncias. Bell Hooks (2019, p. 397) nos auxilia dizendo: “A necessidade de teorizar a experiência negra é desafiada constantemente e subvertida por vozes conservadoras relutantes de se moverem de suas posições fixas”.

Ficou visível a construção de uma imagem subalternizada do quilombo. Desde a ornamentação até os nove segundos, reservado aos cantores violeiros de Mumbuca

que apareceram em tela representado a tradicional festa da colheita do capim dourado. A personagem que representava nossa matriarca, não tinha nome na ficção, ele foi revelado apenas no penúltimo capítulo. Enquanto, as belezas, as águas, as paisagens do Jalapão, eram exploradas como o lado belo do até então paraíso global.

Percebe-se que nada se construiu de forma tão espontânea, todas as imagens e enredo, tiveram um propósito maior. A narrativa gananciosa em torno das pedras preciosas, suscitou desejos sobre “garimpo no Jalapão” em especial em terras quilombolas e justamente em tempos que todas as ameaças estão postas.

Nisto, se percebe que o Jalapão se tornou o próprio grande garimpo da Rede Globo de televisão. Não foi feita nenhuma ação de compensação social, reparação de danos e etc.

Quem ganhou e quem perdeu com tal exposição? É fato que não foram os nativos do Jalapão que tiveram ganhos. Além de atrair para os nossos territórios, diversos empreendimentos turístico, resorts. No Jalapão existe o quilombo Formiga, nele passa o rio de águas verdes. Em um dos lados do rio, já não tem nativos. Muitos estão chegando montando seus empreendimentos, etc.

Após meses do fim da novela, estamos vendo o território quilombola sendo invadido. Alguns nativos, sendo induzidos a vender suas terras, seus fervedouros por preços irrisórios. Uma verdadeira expulsão silenciosa. Segundo a emissora, a trama teve o melhor resultado no horário, desde 2012.

Episódio como este torna-se importante por provocar debates que traz à tona as novas formas de vender negros na atualidade. Sabemos que esta novela gerou lucratividade para a emissora. E este episódio se constituiu como importante, nem que seja no âmbito da aprendizagem, na provocação do debate em diferentes espaços. E a necessidade de promover outros questionamentos e considerações sobre imagem e representação dos povos quilombolas.

Sendo pertencente ao grupo, que de forma geral somos condicionados a um estereótipo marcadamente inferiorizado é preciso sermos necessariamente contra colonialista. Bell Hooks (2019), nos encaminha para a excelente interpretação da sociedade construtora de tal imagem do povo negro.

Contar as nossas histórias é o que possibilita a auto recuperação política. Na sociedade contemporânea, pessoas brancas e negras acreditam, de forma semelhante, que o racismo não existe mais. Esse

apagamento, embora mítico, dispersa a representação da branquitude na imaginação negra como aterrorizante. (HOOKS, 2019, p. 313).

Nisto, afirmamos que o viver aquilombado é a defesa mais potente contra as lógicas de poder colonial. A negritude de todos os lugares deste planeta quando conectarmos pela afirmação ancestral, quebraremos todas as estruturas coloniais e veremos a superação daquilo que nos condiciona aos seguintes sentimento, conforme descreve Bell Hooks (2019),

peças negras ainda sentem medo e terror, associada a branquitude, mas raramente são capazes de articular as várias formas como somos aterrorizados por ser fácil silenciar diante de acusações de racismo reverso ou de insinuações de que as pessoas negras que falam sobre como se sentem aterrorizados pelos brancos estão simplesmente evocando a vitimização para exigir tratamento especial. (HOOKS, 2019, p. 313).

Diante, disto invoca-se a conectividade da revolta daqueles que não se conformam com tal representação. Mesmo diante do risco de sermos julgados como ingratos, uma vez que pela primeira vez uma novela desta proporção representou assunto dos quilombos no Brasil. No entanto, categoricamente, afirmamos que este tipo de representação corrobora intrinsecamente para a perpetuação da lógica colonialista.

### **4.3 Como queremos ser apresentados**

Nos apresentamos com o nosso saber e jeito de fazer compartilhado ancestralmente, somos ameaça para uma sociedade que insiste em nos representar de forma vertical e monoteísta. Enquanto somos de cosmologia circular e politeísta, e isto nos permite conviver e ser diversidade. Defendemos a existência das existências.

## **CONSIDERAÇÕES CONTÍNUAS**

Seguindo a nossa lógica existencial de começo, meio e fim, reservamos este espaço para a escrita das posições continuadas, entendendo que este trabalho é um pontinho entre muitos outros contra-coloniais que já estão e virão. Este só terá

valido a pena a pesquisa, estudos, leituras e elaborações se foi capaz de provocar alguma inquietação, pois a escrita contra-colonialista deve ser consequentemente provocadora de movimentos, como a lógica do universo: nada fica em estado estático, tudo se movimenta. Poderíamos não ter a necessidade de afirmarmos quem somos, pois já somos. Mas, enquanto existir sociedades colonialistas em ação contínua para dominar, impondo suas cosmologias e subjugando as expressões cosmológicas de outros povos, faz-se necessário sermos permanentemente contra-coloniais.

Nesse país, eu sinto e nós sentimos as chibatadas que deram, que estão tentando perpetuar. Nesse país temos visíveis a compreensão que eles não morreram. Eles, aqueles escravizadores dos navios negreiros dos anos 1500. Estão vivos nos seus descendentes. Assim como os quilombos estão vivos na resistência. Temos certeza que existem descendentes deles que estão do nosso lado, e muitos dos nossos que estão do lado deles, outros que estão de ambos os lados, outros que não decidiram os lados. Nos tiraram a força do nosso primeiro território, o africano, nossa existência é milenar e transatlântica. Analogicamente o século XVI ainda não acabou, tempos de escolhas de lados, tempos de decidir-se: aquilombar ou colonizar. Quilombo lugar de existência.

*Florescemos em meio as terras arenosas do Cerrado.*

*Descobrimos nos animais as experiências das histórias contadas e as certezas de estratégias montadas.*

*(Claudiana Matos da Silva)*

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. Os perigos de uma história única. *In*: Conferência Anual – TEDGlobal 2009, 21-24 jul. 2009, Oxford. Oxford: TED, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BÂ, A. H. **Amkoullel, o menino Fula**. Tradução de Xina Smith de Vasconcellos. 3. ed. São Paulo: Palas Athena, 2013.

BASTOS, M. D.; GONÇALVES, F. C. (org.). **Comunicação e disputa da hegemonia: a indústria cultural e a reconfiguração do bloco histórico** – Caderno 3. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

BIZERRIL, M. A interiorização das Universidades Federais foi um acerto estratégico. **Brasil de Fato**, Opinião, Educação, São Paulo, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/23/artigo-or-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BONILLA, M. F. *et al.* A música e a voz da comunidade Mumbuca. *In: JORNADA DE PESQUISA EM ARTES*, 1., 2017, Belém. **Anais** [...]. Belém: UFPA, 2017a.

BONILLA, M. F. *et al.* A perspectiva do pesquisador pesquisado na etnomusicologia: o caso do estudo sobre a Viola de Buriti na comunidade Mumbuca no Jalapão, TO. *In: IV JORNADA DE ETNOMUSICOLOGIA DA UFPA*, 4., 2017, Belém. **Anais** [...]. Belém: UFPA, 2017b. p. 198-206.

BONILLA, M. F.; MATOS DA SILVA, A. C.; CHADA, S. M. A violinha de buriti da comunidade Mumbuca: por uma etnomusicologia participativa. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MÚSICA NA AMAZÔNIA – SIMA*, 4., 2017, Macapá. **Anais** [...]. Macapá: UEAP, 2017. p. 206-216.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 191-A, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de jul. de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 16 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 abr. 2016.

CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (org.). **MST – universidade e pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 264 p.

CARDOSO, M. Etnografia entre “éticas”: ética e pesquisa com populações indígenas. In: SARTI, C.; DUARTE, L. (org.). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2013. p131-171.

CARRASCO, W. Um incêndio criminoso isolou a área bem na época da colheita do capim-dourado, usado no artesanato. **Época**, 4 out. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/walcyr-carrasco/noticia/2016/10/o-quilombo-de-mumbuca.html>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CARVALHO, J. J de. Antropologia: saber acadêmico e experiência iniciática. In: **Anuário Antropológico 90**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

CARVALHO, J. J de. Sobre o notório saber dos mestres tradicionais nas instituições de ensino superior e de pesquisa. **Cardemos de inclusão**, n. 8 p. 5-13, 2016.

CONAQ; TERRA DE DIREITOS. **Racismo e Violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Conaq/Terra de Direitos, 2018.

CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científicos**. Revista da Fundarte, v. 75.2007.

DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos**. São Paulo: Napaub, 2005.

FONTES, L. Ética na pesquisa: o trato com o sagrado do outro. **Revista Mundaú**, n. 2, p.135-145, 2017.

GOUVEIA, J. Descoberta do ouro nos campos dos índios Xerente. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 12 jan. 2004. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=10668>. Acesso em: 26 jun. 2017.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE. Mateiros. IBGE, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=171270>. Acesso em: 10 maio. 2019.

LOPES, M. A. de O. Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. **Patrimônio e Memória**, Unesp/FCLAs/Cedap, v. 5, n. 1, p. 107-126, out. 2009.

MATOS DA SILVA, G. **Grupo Encenando a Tradição: Teatro de comunidade no quilombo Mumbuca, Jalapão – TO**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis, 2018.

MATOS DA SILVA, S. **O processo de aprendizagem da Viola de Buriti no quilombo Mumbuca – Jalapão –TO**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis, 2018.

MATOS DA SILVA, S.; BONILLA, M. F. O processo de aprendizagem da Viola de Buriti no quilombo Mumbuca – Jalapão-TO. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., 2018, Palmas. **Caderno de Resumos** [...]. Palmas: UFT, 2018.

MELO, C. M. Das veredas às vitrines: entre o saber-fazer das artesãs e o design do capim-dourado na Comunidade Quilombola Mumbuca do Tocantins. 2017. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. 269 p.

MPF. Procuradoria da República no Tocantins. Assessoria de Comunicação Social. MPF/TO media acordo entre Comunidade Mumbuca e Parque Estadual do Jalapão. **MPF**, Sala de Imprensa, Notícias, Palmas, 19 set. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/to/sala-de-imprensa/noticias-to/mpf-to-media-acordo-entre-comunidade-mumbuca-e-parque-estadual-do-jalapao>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, v. dez./fev. 1995/96, n. 28, p. 56-63, 1996.

NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo**. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002. 302 p.

O'DWYER, E. C. (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, F. C. O matriarcado e o lugar social da mulher em África: Uma abordagem afro centrada a partir de intelectuais africanos. **Odeere**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Uesb, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018.

PEREIRA, A. L. **Famílias Quilombolas**: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca – Estado do Tocantins. 2012. Tese (Doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: INCT/UnB, 2015.

SANTOS, A. B. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018.

SCHMIDT, I. B. **Etnobotânica e ecologia populacional de *Syngonanthus nitens*: sempre-viva utilizada para artesanato no Jalapão, Tocantins**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SEEGGER, A. **Por que cantam os Kisêdjê**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SILVA, A. C. M. **Organização tradicional e organização associativista: um estudo de caso na comunidade quilombola de Mumbuca em Mateiros-TO**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, 2016.

STF. STF garante posse de terras às comunidades quilombolas. **STF**, Imprensa, Notícias STF, Brasília, 8 fev. de 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>. Acesso em: 20 maio 2019.

TAUIL, P. L. Fronteira entre avaliação da metodologia e a ética em pesquisa. *In*: DINIZ, D. *et al.* (org.). **Ética em pesquisa: temas globais**. Brasília: Letras Livres, Editora UnB, 2018. p. 253-287.

TOCANTINS. Lei nº 1.203, de 12 de janeiro de 2001. Cria o Parque Estadual do Jalapão, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, n. 1.004, 2001.

TOCANTINS. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão**. Palmas: Seplan; Naturatins, 2003.

TOCANTINS. Decreto-Lei nº 2.356, de 24 de fevereiro de 2005. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, 2005.

TOCANTINS. Portaria nº 362, de 35 de maio de 2007. Regulamenta a colheita e venda do capim-dourado. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, 2007. Disponível em: [www.naturatins.to.gov.br](http://www.naturatins.to.gov.br). Acesso em: 10 abr. 2019.

TOCANTINS. Lei nº 2.106, de 14 de julho de 2009. Reconhece, como bem de valor cultural e Patrimônio Histórico do Estado do Tocantins, o artesanato produzido em capim-dourado. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, n. 2.942, 2009.

VILLAS BÔAS, R. L. **Relatório da 5ª reunião Associação da Educação do Campo da região da Chapada dos Veadeiros e Território Kalunga**. Brasília: UnB, 19 jan. 2013.

VILLAS BÔAS, R. L. **Ato da UnB no MEC aponta nossa força potencial e expõe nossas fragilidades**. 2017. Mimeografado.



## APÊNDICE 1 – Termo de Concordância Quilombo Mumbuca

### TERMO DE CONCORDÂNCIA QUILOMBO MUMBUCA

O Grupo Quilombo Mumbuca de Pesquisa – GQMP, os violeiros Arnon Tavares e Mauricio Ribeiro e o representante institucional do quilombo Mumbuca, depois de avaliarem previamente seu conteúdo e sugerir alterações, declaramos que a tese de doutorado **MINHA VIOLA É DE BURITI: tese-inventário e musicalidade do quilombo Mumbuca**, apresentada pelo pesquisador Marcus Facchin Bonilla em sua versão final a ser defendida, está de acordo com que o quilombo entende e deseja que esteja escrito sobre nós em formato acadêmico.

Quilombo Mumbuca/ Mateiros, 1 de junho de 2019.

Assinam:

Sirlene Matos da Silva  
 Arnon Ribeiro Tavares  
 Mauricio Ribeiro de Silva  
 Jma. Claudina Matos da Silva  
 Dalmaciano Jose da Silva  
 Keila Bonfesa da Silva



Município Mateiros To

17/09/2005

A Sua Senhoria o Senhor  
Ubiratan Castro de Araujo  
**Presidente da Fundação Cultural Palmares**  
Setor Bancário Norte Quadra 02-Ed. Central Brasília Df -1ºsubsolo.  
70040-904  
FAX: 326-0242

Senhor Presidente,

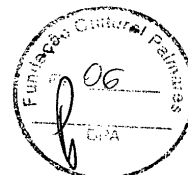
Nós, membros da comunidade, Mumbuca e Arredores , localizada no município de Mateiros To , nos autodefinimos como grupo remanescente das comunidades de quilombos, e de acordo com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, vimos requerer à **Fundação Cultural Palmares** o registro no livro de cadastro geral e expedição de certidão como comunidade remanescente de quilombo.

Atenciosamente,

  
Noemi Ribeiro da Silva

**Presidente da Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca**  
**CNPJ: Nº 05.010.011/0001-76**

## APÊNDICE 2 – Certidão de Auto-Reconhecimento Quilombo Mumbuca



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

### CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Mumbuca e Arredores**, localizada no município de Mateiros, Estado do Tocantins, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 005, Registro n. 467, fl. 75, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca  
 CNPJ/MF nº 05.010.011/0001-76

Presidente: Noemir Ribeiro da Silva

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 16 de janeiro de 2006.

O referido é verdade e dou fé

**Edvaldo Mendes Araújo**

**Presidente-Substituto da Fundação Cultural Palmares**

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

*“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)*

### APÊNDICE 3 – Monografias, dissertações, teses e outras publicações relacionadas ao Quilombo Mumbuca – Jalapão-TO

	Ano	Autor(a)	Título	Tipo	Área	Palavras-chave	Instituição
1	1943	PEREIRA, Gilvandro Simas	Expedição Jalapão	Artigo Revista	Geografia	Não consta	Revista Brasileira de Geografia
2	2002	FALEIROS, R.P	Relatório tecnico científico de Antropologia: Jalapão sob perspectiva social- um breve recorte historico social da comunidade Mumbuca e da sede do Municipio de Mateiros-TO. In: ARRUDA, M.B & VON BEHR, M (Org). Jalapão: Expedição Tecnico- Cientifia.	Relatório de expedição	Antropologia	Não encontrada	IBAMA- Brasilia
3	2003	GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO	Diagnóstico e Planejamento	Não consta	Não consta	-Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN) -Instituto Natureza Do Tocantins – (NATURATINS)
4		VON BEHR Miguel	Jalapão Sertão das Aguas	Livro	Não consta	Não consta	Editora: Somos- São Paulo
5	2005	SCHMIDT, Isabel Belloni.	ETNOBOTÂNICA E ECOLOGIA POPULACIONAL DE <i>Syngonanthus nitens</i> : SEMPRE-VIVA UTILIZADA PARA ARTESANATO NO JALAPÃO, TOCANTINS	Dissertação	Ecologia	Extrativismo vegetal, Produtos Florestais Não- Madeireiros (PFNM), Campos úmidos, Cerrado, Manejo	UNB – Universidade de Brasília
6	2006	MILHOMEM, Geórgia de Castro Alves.	CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL TOCANTINENSE E SUAS MEDIAÇÕES SIMBÓLICAS: a história do capim dourado	Monografia	Comunicação	Associação de valores culturais e simbólicos. Habitus. Construção de Identidade.	UFT – Universidade Federal do Tocantins
7	2006	ALCUBIERRE, Marcos Strohhaecker Lisa	JALAPÃO: Modo de vida tradicional e conflito no Parque Estadual do Jalapão-TO	Monografia	Geografia	Não consta na versão encontrada	USP- Universidade de São Paulo
8	2006	ANJOS, Rafael Zanzio Araujo ( pesq) Cypriano, André (fot)	Quilombolas. Tradições e Cultura da resistencia.	Livro	Geografia	Quilombo. Comunidades quilombolas, negros no Brasil,	São Paulo: Aori Comunicação. Produções Culturais

						Cartografia, fotografia, Fotografia documental. II Título	
9	2007	GOMES, Emylli de Carvalho.	A IMPORTÂNCIA DO ARTESANATO DE CAPIM DOURADO NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA O POVOADO DE MUMBUCA - MATEIROS TOCANTINS	Monografia	Administração	Administração. Artesanato brasileiro. Capim dourado. Comunidade Mumbuca. Geração de renda.	UFT – Universidade Federal do Tocantins
10	2007	FIGUEIREDO, Isabel Benedetti.	EFEITO DO FOGO EM POPULAÇÕES DE CAPIM DOURADO ( <i>Syngonanthus nitens Eriocaulaceae</i> ) NO JALAPÃO, TO	Mestrado	Ecologia	Não consta na versão encontrada	UNB – Universidade de Brasília
11	2007	SANTOS, Flávia Rodrigues dos.	AS PESSOAS E A CONSERVAÇÃO DO CERRADO: o caso do Parque Estadual do Jalapão	Mestrado	Ciências do ambiente	Unidades de Conservação. Participação Social. Jalapão	UFT – Universidade Federal do Tocantins
12	2008	ALVES, Hátilla do Espírito Santo.	A PERCEPÇÃO DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E ARTESANAIS DO CE (CORREDOR ECOLÓGICO) JALAPÃO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA EXPLORAÇÃO DO CAPIM DOURADO ( <i>Syngonanthus nitens</i> )	Mestrado	Planejamento e gestão ambiental	Jalapão. Extrativismo. Capim Dourado. Sustentabilidade ambiental. Conhecimento tradicional. Percepção	UCB – Universidade Católica de Brasília
13	2008	SENNA, Maria Lúcia Gomes Silveira de.	PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO AMBIENTAL DOS GUIAS/CONDUTORES DE TURISMO E DOS TURISTAS DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO/TO, COMO FATOR INFLUENCIADOR DA PRÁTICA ECOTURÍSTICA	Mestrado	Ciências do ambiente	Percepção Ambiental. Jalapão. Guias/Condutores de Turismo	UFT – Universidade Federal do Tocantins
14	2008	BELAS, Carla Arouca.	CAPIM DOURADO: costuras e trançados do Jalapão	Catálogo - Sala do Artista Popular n. 145	Artesanato em fibra vegetal Artistas populares Artesãos Trançado Tocantins	Artesanato em fibra vegetal. Artistas populares. Artesãos. Trançado. Tocantins.	IPHAN Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) Sala do Artista Popular (SAP)

15	2008	MENDES, Leonardo Romeiro.	Aplicação Técnicas de Geoprocessamento para Análise Geomorfológica do Parque Estadual do Jalapão (TO) e Entorno.	Dissertação (Mestrado em Geografia)	Área de Concentração Gestão Ambiental e Territorial.	Gestão ambiental, Parque Estadual do Jalapão; Geoprocessamento.	Universidade de Brasília, UNB: Brasília,
16	2008	ADORNO, Lúcio Flávio Marine	Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins	Artigo	Turismo	Não encontrada	Caderno Virtual de Turismo Vol. 8, N° 1,
17	2009	SOUSA, Ruberval Rodrigues.	TRADIÇÃO, ARTESANATO DO CAPIM DOURADO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO POVOADO MUMBUCA DO JALAPÃO EM MATEIROS – TO	Mestrado	Desenvolvimento local em contexto de territorialidades	Desenvolvimento. Tradição. Capim dourado. Artesanato. Povoado.	UCDB – Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande - MS)
18	2009	BENVINDO, Rosângela Araújo Fernandes.	Análise comparativa dos instrumentos de regulamentação das políticas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo: o caso do Parque Estadual do Jalapão – TO.	Dissertação de Mestrado	Ciências Ambientais	Não consta	Universidade de Brasília, Brasília,
19	2009	FREDRYCH, Thelma Valentina de Oliveira.	COMUNIDADE MUMBUCA: vivendo os entraves e desafios por ter seu território incorporado ao Parque Estadual do Jalapão – TO	Mestrado	Ciências do ambiente	Não consta	UFT – Universidade Federal do Tocantins
20	2010	FUNDAÇÃO CULTURAL DO TOCANTINS. (CASTRO, Eliane osrg.)	CAPIM DOURADO: trançando a tradição	Inventário	Ciências humanas	História. Árvore genealógica. Mumbuca. Capim-dourado. Trançado	Publicação pela Fundação Cultural do Tocantins
21	2010	SAMPAIO, Maurício Bonesco; SCHMIDT, Isabel Belloni; FIGUEIREDO, Isabel Benedetti; SANO, Paulo Takeo.	BOAS PRÁTICAS DE MANEJO PARA O EXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL DO CAPIM DOURADO E BURITI	Livro	Ecologica/Extrativismo.	Capim dourado. Buriti. Extrativismo sustentável. Manejo. Boas práticas.	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
22	2011	Prefeitura Municipal de Mateiros	MULHERES DO MUMBUCA	Cartilha	Não consta	Não consta	Prefeitura Municipal de Mateiros

23	2011	SILVA, Daniel Santos.	O DISCURSO DA COMUNIDADE MUMBUCA FRENTE AO DISCURSO DO ESTADO	Mestrado	Filologia da linguagem brasileira	Discurso; Identidade; Políticas Públicas; Quilombolas; Estado	USP – Universidade de São Paulo
24	2011	SCHIMIT,I.B., SAMPAIO, M.B., FIQUEREDO, I.B.,TICKTIN, T	Fogo e Artesato de capim dourado no Jalapão- Usos tradicionais e consequências Ecológicas.Biodiversidade brasileira,	Artigo	Ciências Biológicas	Não consta	UNB- Universidade de Bras PEQUI.
25	2011	OLIVEIRA, J E; AGUIAR, R L S	Do megalitismo às gravuras rupestres: contribuições para arqueologia da região do Jalapão, Tocantins, Brasil,	Doutorado	História	Não consta	UERJ- Universidade do Rio de Janeiro
26	2012	TELES, Annyelle Figueredo.	INDICADOR DE SAÚDE E A CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MUMBUCA, MUNICÍPIO DE MATEIROS - TOCANTINS	Monografia	Ciências Biológicas	Não consta	UFT – Universidade Federa do Tocantins
27	2012	SOUSA, Aline Tavares.	ESTUDO A PARTIR DAS ASSOCIAÇÕES DO ARTESANATO DE CAPIM DOURADO NA REGIÃO DO JALAPÃO	Mestrado	Economia de bem-estar social	Mulheres. Empoderamento. Associações. Capim dourado.	UFT – Universidade Federa do Tocantins
28	2012	BELAS, Carla Arouca.	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: artesanato de capim-dourado do Jalapão-Brasil	Doutorado	Ciências humanas e sociais	Indicações Geográficas. Patrimônio imaterial. Artesanato, Populações tradicionais, Capim dourado	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
29	2012	PEREIRA, Ana Lúcia.	FAMÍLIAS QUILOMBOLAS: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Quilombola Mumbuca – Estado do Tocantins	Doutorado	Sociologia	Famílias Quilombolas; Políticas Públicas; (In)Segurança Alimentar e nutricional; Vulnerabilidade	UNESP – Universidade Estadual Paulista – Araraquara-SP

						Social; Comunidade Mumbuca	
30	2012	HILÁRIO, Felipe	Estudo químico e avaliação da atividade antioxidante e antimicrobiana dos escapes de <i>Syngonanthus nitens</i> (Bong.) ruhland. (Eriocaulaceae).	Mestrado	Ciencia Farmacêutica	Não consta	Faculdade de Ciência Farmacêutica, Universidade Estadual Paulista,
31	2012	CÁLIPO, Nara de Moraes	Coabitares no corpo da bailarina pesquisadora-intérprete: as mulheres quebradeiras de coco babaçu e seu terecô.	Mestrado	Artes	Não consta	UNICAMP, Campinas, SP
32	2013	MEDINA, Maria de Fátima Rocha; MARANHÃO, Valquíria de Lima; VISINTAINER, Mário; STURIALE, Domenico; OLIVEIRA, Adrielle Betina Inácio de Oliveira; MATOS SILVA, Ana Cláudia da.	TECENDO PALAVRAS: narrativas da Comunidade Mumbuca.	Livro	Letras e Literatura	Letras. Literatura. Manifestações poético- orais.	CEULP/ULBRA – Centro Universitário Luterano de Palmas
33	2013	NUNES, Lília Tereza Diniz.	DESIGN E CULTURA: um olhar sobre o artesanato de capim dourado	Mestrado	Design, Arte e Moda: Inter-Relações.	Design. Artesanato. Cultura. Patrimônio. Inter- relações.	Universidade Anhambí Morumbi
34	2013	VIANA, Rebeca.	DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE SABERES CIENTÍFICOS E LOCAIS ASSOCIADOS AO CAPIM-DOURADO E AO BURITI NA REGIÃO DO JALAPÃO, TO	Mestrado	Botânica	Diálogo de saberes. Capim- dourado. Buriti	USP – Universidade de São Paulo
35	2013	ELOY, L, LUCIO, S.L.B	Caracterização agrônômica e socioeconômica das roças de toco e de esgoto na Estação Ecologica Serra Geral do Tocantins	Artigo	Agronomia	Não consta	GIZ/ICMBio



36	2013	LINDOSO, L.D.C.PARENT, T.G	Fogo e Liberdade nos gerais do Jalapão: uma análise à luz do conceito de Recursos de uso comum	Artigo-apresentado em Belo Horizonte	Jornalismo	Não consta	ICMBIO-Tocantins
37	2014	SOARES, J	Relatório final da consultoria para o projeto Cerrado Jalapão. Apoio na construção do estabelecimento de regras de convivência para o manejo da terra e uso sustentável dos Recursos naturais das Unidades de Conservação.	Relatório de consultoria	Ciências Ambientais	Não consta	GIZ/ICMBio
38	2014	TELES, Annyelle Figueredo.	A DOENÇA FALCIFORME E O CONTEXTO SOCIAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS – BRASIL	Mestrado	Ciências Ambientais	Doença falciforme. HbS. HbC. Dados socioeconômicos. Políticas Públicas. Comunidades 24Quilombolas. Estado do Tocantins	UFT – Universidade Federal do Tocantins
39	2014	SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos; MASCOSO, Tiago de Aragão Silva; Mara Cristina; ROCHA, Loyanne Dias; SOUSA JUNIOR, Eliseu Santos de.	RELATÓRIO DOS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS DA COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DE MUMBUCA-O.B.S REPROVADO	Laudo Antropológico da Comunidade de Remanescentes de Quilombo de Mumbuca	Antropologia, Geografia e História	Não consta na versão consultada	-Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) -Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) -Superintendência Regional do INCRA no Tocantins (SF 26) -Coordenação regional de regularização fundiária de áreas de comunidades remanescentes de quilombo
40	2014	CARVALHO, Sabrina Silva de Carvalho.	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE ARTESANATO COM O CAPIM DOURADO NA REGIÃO DO JALAPÃO: um estudo sobre a atuação institucional	Mestrado	Desenvolvimento regional	Mercado. Instituições. Desenvolvimento local. Empoderamento.	UFT – Universidade Federal do Tocantins
41	2014	DOLCE, Julia; MEDEIROS, Nana.	A RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO JALAPÃO	Site vaidape.com.br	Direitos humanos	Não consta	Coletivo de comunicação que atua na defesa dos direitos humanos, denunciando a violência

							institucional e valorizando a movimentações Marginais
42	2015	ANJOS, Ana Carolina Costa dos.	DO GIRASSOL AO CAPIM DOURADO: a apropriação de elementos da natureza na construção de símbolos político-identitários no Estado do Tocantins	Mestrado	Ciências exatas e da terra	Símbolo. Girassol. Capim dourado. Tocantins.	UFT – Universidade Federal do Tocantins
43	2015	RAMOS, Matheus Aparecido dos Santos.	Syngonanthus nitens (Bong.) Ruhland: caracterização biológica e prospecção terapêutica do extrato metanólico incorporado ou não em sistema nanoestruturado para aplicação no tratamento da candidíase vulvovaginal	Dissertação Mestrado	Ciência Farmacêutica	Não consta	Universidade Estadual Paulista, Araraquara
44	2015	ELOY, L., and C.Fernandes	Manejo Integrado do Fogo (MIF) e Sistema Agropastoris no Jalapão: Primeiras considerações a partir de um trabalho de campo na comunidade quilombola de Mumbuca, Parque Estadual do Jalapão	Relatório de Pesquisa	Ciência agrônoma	Não consta	GIZ/UNB
45	2016	MATOS da SILVA, Ana. Claudia.	ORGANIZAÇÃO TRADICIONAL E ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVISTA: um estudo de caso na comunidade quilombola de Mumbuca em Mateiros-TO.	Monografia	Ciência Social	Comunidade Mumbuca, Linderanças quilombolas, Organização Associativista, Organização Tradicional.	CEULP/ULBRA – Centro Universitário Luterano de Palmas
46	2016	CARACRISTI, Maria de Fátima de Albuquerque	PODER E LEGITIMIDADE NA DISPUTA PELO JALAPÃO: análise da sustentabilidade do capim dourado e do turismo para a comunidade de Mumbuca	Doutorado	Geografia	Poder. Jalapão. Capim dourado. Turismo.	UFG – Universidade Federal de Goiás
47	2017	MELO, Caio Monteiro	DAS VEREDAS ÀS VITRINES: entre o saber-fazer das artesãs e o design do capim-dourado na Comunidade Quilombola Mumbuca do Tocantins	Doutorado	Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento	Artesanato. Saber-fazer. Capim-dourado. Design. Estética. Análise Cognitiva. Comunidade Quilombola Mumbuca. Tocantins	UFBA Universidade Federal Bahia
48	2018	RIBEIRO DA SILVA, Railane	Uma análise sobre a criação da escola na comunidade quilombola da Mumbuca, no Jalapão: lutas, desafios e demandas	Monografia	Licenciatura em Educação do Campo)	Comunidade Quilombola. Escola. Desafios. Demandas.	UFT – Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis

49	2018	MATOS DA SILVA, Sirlene	O processo de aprendizagem da Viola de Buriti no quilombo Mumbuca – Jalapão –TO.	Monografia	Licenciatura em Educação do Campo	Educação do Campo. Educação quilombola. Pesquisa participante.	UFT– Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis
50	2018	MATOS DA SILVA, Givoene	Grupo Encenando a Tradição: Teatro de comunidade no quilombo Mumbuca, Jalapão –TO.	Monografia	Licenciatura em Educação do Campo	Educação do Campo. Educação quilombola. Pesquisa participante.	UFT– Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis
51	2018	CAVALCANTE, Jéssica Painkow Rosa	Regularização territorial do quilombo Mumbuca: identidade e memória como fundamento da propriedade quilombola.	Mestrado	Direitos Humanos		Universidade federal de Goiânia, Goiânia,

Fonte: elaborado pela autora, a partir da matriz construída pelo pesquisador Caio Melo Monteiro (2017)